UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CIDADE E PRESERVAÇÃO:
A dimensão urbana do patrimônio cultural em Santo André

Orientanda: Larissa Tesubake de Farias
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Andréa de Oliveira Tourinho

Área de Concentração: Arquitetura e Cidade
Linha de Pesquisa: Gestão do Espaço Urbano

São Paulo
2020

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CIDADE E PRESERVAÇÃO:

A dimensão urbana do patrimônio cultural em Santo André

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Gestão do Espaço Urbano.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Andréa de Oliveira Tourinho.

São Paulo

2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade São Judas Tadeu

Bibliotecária: Cláudia Silva Salviano Moreira - CRB 8/9237

Farias, Larissa Tesubake de.
F224c Cidade e preservação: a dimensão do patrimônio cultural em Santo André / Larissa Tesubake de Farias. - São Paulo, 2020.
f.196: il.; 30 cm.

Orientadora: Andréa de Oliveira Tourinho.
Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2020.

1. Patrimônio cultural. 2. Santo André. 3. Inventário. 4. Preservação. 5. Patrimônio Industrial. I. Tourinho, Andréa de Oliveira. II. Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo. III. Título

CDD 22 – 720

Aos meus pais, que me ensinaram a persistir em meus propósitos, sem me deixar desistir.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), a quem agradeço pelo auxílio durante o período de desenvolvimento desta pesquisa.

A Deus, por me conceder mais uma oportunidade de adquirir conhecimento e por me ajudar nessa caminhada, dando-me força, sabedoria e muita perseverança.

Aos meus pais que me incentivaram desde o princípio e que estiveram ao meu lado em todas as situações, boas ou ruins, ajudando-me a enfrentar os momentos de ansiedade e de preocupação e que não me deixaram desistir.

Ao meu esposo, que me ajudou muitas vezes durante a realização dessa pesquisa, que sofreu junto comigo e que me incentivou a continuar nos momentos em que eu não possuía forças.

À Miriam, por todo apoio que tem me dado nesses dois anos de mestrado.

A Marly Rodrigues, pelas conversas sobre o patrimônio de Santo André, que abriu meus olhos para importantes caminhos a serem percorridos nessa pesquisa. Agradeço também à Professora Silvia Helena Passarelli, que disponibilizou seu tempo para uma conversa muito instigante para minha pesquisa.

A Fátima Talavella, Suzana Kleeb, Belmiro dos Santos e Elaine Moraes de Albuquerque, do COMDEPHAAPASA, pessoas de imensa generosidade que forneceram importantes materiais para o desenvolvimento desta pesquisa, além de serem figuras importantes na busca para a preservação e reconhecimento do patrimônio cultural. Agradeço também à Estela da Silva, que sempre me acolheu com grande atenção em minhas visitas à biblioteca do Museu de Santo André.

À Professora Eneida de Almeida, por suas contribuições em sala de aula, que enriqueceram minha pesquisa e meu posicionamento enquanto pesquisadora. Agradeço pelas suas contribuições na banca de Qualificação, que foram de extrema pertinência.

À Professora Manoela Rufinoni, com quem tive aulas enriquecedoras para o debate do patrimônio cultural em minha pesquisa e por suas contribuições durante a banca de Qualificação.

Agradeço às colegas de mestrado, Bárbara e Gisele, com quem dividi momentos de aflição e de alegria durante a trajetória do mestrado.

Agradeço, em especial, à Professora Andréa de Oliveira Tourinho que, mais uma vez, tive o prazer de ser sua orientanda. Agradeço por sua dedicação, pelas conversas riquíssimas que tivemos, e até mesmo pelos momentos de advertência, que me fizeram mais forte e me ajudaram a persistir na trajetória do mestrado. Agradeço por ser uma das minhas grandes fontes de inspiração, como professora e como mulher.

RESUMO

FARIAS, Larissa Tesubake de. Cidade e preservação: a dimensão do patrimônio cultural em Santo André. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2020.

Esta pesquisa busca responder à pergunta de quais são as visões de cidade e de patrimônio cultural em Santo André, na chamada Região do Grande ABC, região metropolitana de São Paulo, a partir da análise de três inventários realizados para a área central do município: o inventário realizado em 1998, por equipe coordenada pelo arquiteto Décio Tozzi; o inventário elaborado em 2006, que tinha em sua equipe nomes como Regina Prosperi Meyer e Marta Dora Grostein, professoras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e o inventário realizado em 2009, que foi desenvolvido pelo corpo técnico do órgão de preservação do patrimônio municipal. Além disso, entendendo-se que o centro do município de Santo André é o lugar de formação inicial da cidade, que se desenvolveu a partir da indústria, pretende-se aqui identificar o que ainda resta da memória industrial, tendo como recorte espacial de estudo a Zona Especial de Interesse do Patrimônio da área central de Santo André (ZEIP – Centro). A problemática a ser enfrentada é a de que, apesar de terem sido realizados esses inventários, pouco da memória da cidade está reconhecida por meio de tombamento enquanto instrumento de reconhecimento de valor cultural. Procede-se, inicialmente, a um panorama das práticas de preservação do patrimônio cultural em esfera federal e no estado de São Paulo, a fim de compreender a ampliação do conceito de patrimônio cultural nas ações dos órgãos de preservação. Outros inventários são analisados por contribuírem para o debate do patrimônio cultural, como o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC), o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC), e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Em seguida, aborda-se o município de Santo André, contemplando sua história, políticas urbanas e de preservação do patrimônio cultural, para, então, serem descritos e analisados cada um dos inventários do município. A investigação dos inventários aponta para uma ampliação do conceito de patrimônio cultural, que vai desde a identificação de bens isolados de seu entorno, passa pela utilização de categorias como ciclos históricos, que excluem grupos sociais mais modestos da história da cidade, até chegar no conceito de paisagem cultural. Também verifica-se a apropriação do patrimônio cultural como bem de consumo cultural, a partir da presença do uso cultural nos bens preservados, em que se perde a dimensão do cotidiano e do trabalho. Percebe-se, também, a dificuldade na integração das ações de preservação do patrimônio cultural e de planejamento urbano, que não acontecem de forma conjunta e, assim, prejudicam a preservação e manutenção do centro urbano do município de Santo André, ressaltando a presença de bens remanescentes do período industrial do município, que não estão preservados por meio de tombamento.

Palavras-chave: patrimônio cultural, Santo André, inventário, preservação, patrimônio industrial.

ABSTRACT

FARIAS, Larissa Tesubake de. City and preservation: the cultural dimension of the cultural heritage at Santo André. 2020. Dissertation (Master's Degree) - São Judas Tadeu University, São Paulo, 2020.

This research seeks to answer to the question of what are the visions of city and cultural heritage in Santo André, in the called Great ABC Paulista, in the Metropolitan Region of São Paulo, from the analysis of three inventories done for the central area: the inventory elaborated in 1998 was done by the team coordinated by Décio Tozzi (architect); the inventory elaborated in 2006, that had in the team Regina Prosperi Meyer and Marta Dora Grostein, teachers in the Architecture and Urbanism School of São Paulo's University; and the inventory elaborated in 2009, that was developed by the technical staff of the cultural heritage's preservation agency. Besides that, understanding that Santo André's central area is the place of initial formation of the city, developed from the industry, this research intends to identify what remains of industrial memory, having as spatial clipping the Special Zone of Heritage Interest – Central Area. The problematic to be faced is that despite of carried out these inventories, just a little of the memory of the city is recognized by the heritage-listed, as an instrument of cultural value recognition. First, is realized a panorama of the cultural heritage's actions, in order to understand the expansion of the concept of cultural heritage present in the actions of the preservation agencies. Other inventories were analyzed for contributing to the cultural heritage discussion, like the Bahia's Protection Inventory of Cultural Collection, the General Inventory of Environmental Heritage Cultural and Urban of São Paulo's City, and the National Inventory of Cultural References. Next, the research enters in the city of Santo André, understanding the history, urban politics and cultural heritage politics. Posteriorly, each inventory of Santo André is descripted and analyzed. The investigation of the inventories points to an expansion of the cultural heritage concept, from the identification of isolated goods of the urban context, use of categories like historical cycles, which delete social groups of the city's history, until arrive to the concept of cultural landscape. In addition, the research verifies the appropriation of the cultural heritage as an object of cultural consumption, from the presence of the cultural use in the preserved goods, as a common sense of give to the cultural heritage this kind of use, forgetting the everyday activities, like work. Also is perceived the difficult in the integration of the actions preservations of cultural heritage and the urban planning, that don't happen together and, because of that, the preservation and maintenance of the city's central area is harmed, highlighting the presence of remaining goods from the city's industrial period, that aren't preserved by listing.

Keywords: cultural heritage, Santo André, inventory, preservation, industrial heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural.

COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André.

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IGEPAC - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo.

IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais.

LUME - Laboratório de Urbanismo da Metrópole.

PCH - Programa de Cidades Históricas.

PPPC - Plano de Preservação do Patrimônio Cultural.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UFABC - Universidade Federal do Grande ABC.

UniABC - Universidade do Grande ABC.

USCS - Universidades de São Caetano do Sul.

ZEIC – Zona Especial de Interesse Comercial.

ZEIP – Zona Especial de Interesse do Patrimônio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente).....52
Figura 2: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (verso).....53
Figura 3: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (fotos).....54
Figura 4: Ficha do IGEPAC da Liberdade (frente).....58
Figura 5: Ficha do IGEPAC da Liberdade (frente).....59
Figura 6: Croqui de levantamento de campo.....60
Figura 7: Ficha de identificação do sítio – INRC.....62
Figura 8: Ficha de identificação do sítio – INRC.....63
Figura 9: Ficha de identificação do sítio – INRC.....64
Figura 10: Ficha de identificação do sítio – INRC.....65
Figura 11: Ruínas da vila abandonada.....70
Figura 12: Estação São Bernardo, 1867.....72
Figura 13: Fábrica de Tecidos Silva & Seabra, ou "Ypiranguinha", como era conhecida. Foto de 1928.....72
Figura 14: Teatro de Alumínio, década de 1950.....75
Figura 15: Sobrados residenciais remanescentes do período inicial de industrialização do município em primeiro plano e, ao fundo, edifícios residenciais.....77
Figura 16: Cobertura da Rua Oliveira Lima.....78
Figura 17: Ruínas da Igreja Matriz, em Rio Grande da Serra.....79
Figura 18: Igreja da Matriz.....82
Figura 19: Igreja da Matriz vista da Rua Coronel Agenor de Camargo, 2019.....82
Figura 20: Vista da Igreja Matriz a partir da Rua Dom Duarte Leopoldo dificultada pela passarela.....83
Figura 21: Totem no calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima.....84
Figura 22: Localização dos bens tombados dentro da Zona Especial de Interesse do Patrimônio.....87
Figura 23: Bens tombados dentro da Zona Especial de Interesse do Patrimônio.....88
Figura 24: Proposta de Cândido Malta para o Projeto Eixo Tamanduatehy.....91
Figura 25: Cobertura da Rua Oliveira Lima.....92
Figura 26: Mapa 4 – Zona Especial de Interesse Comercial e Zona Especial de Interesse do Patrimônio.....96

Figura 27: Mapa 8 – Projeto Eixo Tamanduatehy, com indicação da área central do município, objeto desta pesquisa 97
Figura 28: Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio 98
Figura 29: Número máximo de pavimentos, com indicação da ZEIP Centro 99
Figura 30: Número máximo de pavimentos na ZEIP Centro 100
Figura 31: Apresentação e discussão dos registros realizados nas pesquisas de campo 102
Figura 32: Piso do calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima 103
Figura 33: Bens de interesse indicados em inventário de 1998 106
Figura 34: Ficha de identificação da Residência Olga Guazelli 107
Figura 35: Espaços de patrimônio 110
Figura 36: Bens de interesse indicados em inventário de 2006 112
Figura 37: Ficha do inventário para a Residência do Dr. Góes, que hoje é a atual Casa do Olhar 113
Figura 38: Evolução urbana do perímetro de estudo 116
Figura 39: Perímetro de estudo e área de influência 117
Figura 40: Inventário realizado em 2009 – área de estudo e identificação das paisagens culturais 118
Figura 41: Ficha da categoria de uso inicial para a Paisagem Cultural I, identificada como "Povoado da Estação" 119
Figura 42: Bens de interesse indicados em inventário de 2009 121
Figura 43: Principais conceitos em cada um dos inventários 132
Figura 44: Relação entre a linha férrea, os antigos caminhos e a localização das indústrias 134
Figura 45: Edificações industriais demolidas e existentes na área de estudo 136
Figura 46: Indústrias identificadas na área de estudo 138
Figura 47: Indústrias identificadas na área de estudo 139
Figura 48: Indústrias identificadas na área de estudo 140
Figura 49: Remanescentes da ocupação inicial do território e remanescentes industriais 141
Figura 50: Remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial da área de estudo 143

Figura 51: Remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial da área de estudo 144
Figura 52: Remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial da área de estudo 145
Figura 53: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente).....157
Figura 54: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente).....158
Figura 55: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente).....159
Figura 56: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..160
Figura 57: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..161
Figura 58: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..162
Figura 59: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..163
Figura 60: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..164
Figura 61: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..165
Figura 62: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..166
Figura 63: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..167
Figura 64: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..168
Figura 65: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..169
Figura 66: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..170
Figura 67: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..171
Figura 68: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..172
Figura 69: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..173
Figura 70: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..174
Figura 71: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC ..175
Figura 72: Ficha de identificação do sítio – INRC.....176
Figura 73: Ficha de identificação do sítio – INRC.....177
Figura 74: Ficha de identificação do sítio – INRC.....178
Figura 75: Ficha de identificação do sítio – INRC.....179
Figura 76: Ficha de identificação da Vila Comendador Mansueto Cecchi.....180
Figura 77: Ficha de identificação do Museu de Santo André.....181
Figura 78: Ficha de identificação dos galpões da Companhia Streiff de São Bernardo 182
Figura 79: Ficha de identificação do Busto do Padre Luís Capra 183

Figura 80: Ficha de identificação do Parque Antônio Flaquer 184
Figura 81: Ficha de identificação da Vila Operária da Fábrica Ypiranguinha 185
Figura 82: Ficha de identificação do Primeiro Grupo Escolar de São Bernardo 186
Figura 83: Ficha de identificação da Avenida Bernardino de Campos.....187
Figura 84: Ficha de identificação da Vila Operária da Fábrica Ypiranguinha 188
Figura 85: Ficha de identificação da Catedral Nossa Senhora do Carmo 189
Figura 86: Categoria de perspectivas do inventário elaborado em 2006 190
Figura 87: Identificação dos bens de interesse no inventário elaborado em 2006 ..190
Figura 88: Categoria de uso inicial do inventário elaborado em 2006 191
Figura 89: Categoria de valor imaterial do inventário elaborado em 2006 191
Figura 90: Categoria de estado de conservação do inventário elaborado em 2006 .192
Figura 91: Categoria de atividades cotidianas e festividades do inventário elaborado em 2006 192
Figura 92: Categoria de elementos arquitetônicos do inventário elaborado em 2006 193
Figura 93: Categoria de período provável de construção do inventário elaborado em 2006 193
Figura 94: Categoria de calçadas do inventário elaborado em 2006 194
Categoria de tampas de bueiros do inventário elaborado em 2006.....194
Figura 95: Categoria de entorno dos bens de interesse do inventário elaborado em 2006 195
Figura 96: Categoria de sensações do inventário elaborado em 2006.....195
Figura 97: Categoria de área verde urbana do inventário elaborado em 2006 196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro resumo dos inventários – IPAC-BA, IGEPAC e INRC.....67
Tabela 2: Lista de bens imóveis tombados no município de Santo André.....84
Tabela 3: Relação de gestão, políticas urbanas e inventários em Santo André. 122
Tabela 4: Síntese dos três inventários para a área central de Santo André (1998, 2006, 2009) 124

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO 1

DO MONUMENTO À PAISAGEM CULTURAL: NOVAS ABORDAGENS SOBRE PATRIMÔNIO E CIDADE

1.1. Do tombamento isolado à chancela da paisagem cultural 26

1.1.1. Políticas federais de patrimônio 26

1.1.1.1. O conceito de paisagem cultural na esfera municipal 36

1.1.2. Políticas estaduais de patrimônio em São Paulo 38

1.2. Um instrumento de identificação do patrimônio: o inventário 47

1.2.1. Uma ação pioneira: o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA) 49

1.2.2. Preservação e renovação urbana: o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC) 55

1.2.3. Patrimônio material e imaterial: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) 60

CAPÍTULO 2

A CIDADE DE SANTO ANDRÉ: DA FORMAÇÃO À PRESERVAÇÃO

2.1. O município de Santo André: origem e desenvolvimento 69

2.2. A proteção do patrimônio no município: a atuação dos órgãos de preservação..... 79

2.3. A preservação no âmbito das políticas públicas e projetos urbanos..... 89

CAPÍTULO 3

INVENTÁRIOS EM SANTO ANDRÉ: VISÕES DE PATRIMÔNIO E CIDADE

3.1. Uma nova metodologia de inventariar: O Inventário dos Espaços Significativos - 2004 101
3.2. Os inventários de Santo André 103
3.2.1. Inventário dos Bens Culturais e de Interesse Urbanístico – 1998 103
3.2.2. Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André – 2006 108
3.2.3. Inventário de Bens Culturais de Santo André – 2009 113
3.3. Do monumento à paisagem cultural em Santo André 120
3.3.1. Visões de patrimônio e cidade nos inventários de Santo André 121
3.3.2. Memória industrial: a dimensão urbana do patrimônio 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS 145

REFERÊNCIAS 149

ANEXOS 155

I N T R O D U Ç Ã O

O município de Santo André, que faz parte da chamada Região do Grande ABC, área metropolitana de São Paulo, tem em seu centro urbano a origem da cidade, a partir do desenvolvimento industrial da região, que influenciou não apenas transformações econômicas e sociais da cidade, como também, transformações urbanas. Ainda que a população e o órgão de preservação municipal reconheçam esse passado como importante, pouco da memória industrial da cidade está reconhecida por meio de legislação de tombamento. Considera-se que o tombamento não é o único instrumento que garante a proteção dos bens, mas ele é, no Brasil, sem nenhuma dúvida, o instrumento mais recorrente do reconhecimento de valor cultural.

Tendo em vista que, nas ações de preservação, o instrumento de identificação do bem cultural para o seu reconhecimento como patrimônio – que precede e justifica o tombamento - é o inventário, este trabalho pretende enfrentar a pergunta sobre as visões de patrimônio e de cidade presentes nos três inventários realizados para o município de Santo André, tendo como recorte espacial o perímetro da Zona Especial de Interesse do Patrimônio para a área central (ZEIP – Centro). Pretende-se examinar, portanto, qual é a ideia de cidade que está na base da interpretação do patrimônio cultural em cada um dos inventários, considerando que os bens culturais compõem e representam um conjunto urbano. Essa pergunta remete à dimensão urbana do patrimônio.

Dada a importância da indústria para o desenvolvimento de Santo André a partir de sua área central, que foi o núcleo de ocupação inicial na cidade, surge uma importante questão: o que resta da memória industrial na área central de Santo André ainda hoje? O centro urbano desse município pode ser considerado como o lugar da memória industrial na cidade?

Para responder às questões desta pesquisa, o objeto de investigação é o conjunto de inventários realizados em Santo André, especificamente no que se refere à sua área central. São três os referidos inventários: o Inventário de Interesse Urbanístico do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André, de 1998,

elaborado pelo arquiteto Décio Tozzi e equipe; o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André, de 2006, elaborado pelo Laboratório de Urbanismo da Metrópole (LUME), sob a coordenação da Profa. Dra. Regina Meyer; e o Inventário de Bens Culturais de Santo André, de 2009, elaborado pela equipe de técnicos que então atuavam no Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA).

Alguns conceitos são de extrema importância para a discussão nesta pesquisa, um deles é o conceito de patrimônio cultural urbano, que pode ser entendido como testemunho das transformações da cidade, revelando as diversas camadas de tempo que a configura. Nas últimas décadas, assistiu-se a uma ampliação do conceito de patrimônio, atendendo à necessidade de se contemplar as rugosidades[1] e os diferentes estratos que formam a cidade, compreendendo-a, portanto, como um grande artefato humano, no sentido defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses (1978).

Esse conceito possui ampla interpretação, de acordo com o que se quer enfatizar ou preservar. Os órgãos de preservação do patrimônio cultural atuam a partir da adoção de valores e critérios de reconhecimento dos bens culturais, que norteiam suas práticas, como, por exemplo, a valorização exclusiva de aspectos materiais. Isso ocorre mesmo no contexto pós Constituição Federal de 1988, que contribuiu para a ampliação do debate, defendendo a necessidade de se reconhecer também aspectos imateriais.

Em relação às ações dos órgãos de preservação, as primeiras ações oficiais de preservação do patrimônio no Brasil foram realizadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN)), criado em 1937, que atuava no momento em que o Estado Novo tentava consolidar uma identidade nacional que atendesse às novas circunstâncias socioeconômicas de um país em fase de industrialização (CHUVA, 2012). Tentativa que consagrou como patrimônio nacional tanto edificações religiosas

[1] As rugosidades do território são definidas pelo geógrafo Milton Santos (2006, p. 43) como um conjunto de características não apenas físicas, como também, sociais, que se manifestam no território.

e civis do período colonial, principalmente do século XVIII, quanto bens que são ícones da arquitetura moderna do século XX.

Na esfera estadual de São Paulo, foi somente em 1968 que ocorreu a criação de um órgão de preservação. A atuação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), assim como no restante do país, assemelhava-se ao IPHAN, pois adotava práticas de preservação semelhantes ao órgão federal, que era referência nacional. Posteriormente, o CONDEPHAAT passou a reconhecer os conjuntos urbanos como patrimônio cultural, diferenciando-se das práticas do IPHAN, que ainda privilegiava como patrimônio cultural monumentos isolados de seu entorno, desconsiderando o contexto urbano em que estavam inseridos.

As áreas urbanas passaram a ser reconhecidas a partir da necessidade de preservação de cidades e centros históricos, que passavam pela ideia de resgate econômico - tal como defendia as Normas de Quito de 1967 (CURY, 2000) -, uma vez que seu patrimônio edificado se encontrava em estado de deterioração física. A ideia da recuperação dos bens para os incorporar ao turismo foi defendida nesse documento, pois atribui a salvaguarda do patrimônio cultural das cidades ao próprio turismo.

Além disso, documentos internacionais como a Carta de Veneza, em 1964, e a Declaração de Amsterdã, em 1975 (CURY, 2000), também colocaram em pauta a necessidade de preservação das obras modestas e dos sítios e conjuntos urbanos, que também deveriam ser considerados patrimônio cultural, contemplando sua paisagem como suporte de memória.

A Declaração de Amsterdã estabeleceu, ainda, o conceito de "conservação integrada", que defendia o tratamento conjunto da preservação e do planejamento urbano e/ou territorial, não deixando a preservação como um campo tratado em segundo plano. Também defende a participação dos cidadãos como parte dessa conservação integrada, com visões da situação existente das cidades, para enfrentar os problemas reais do território.

Esse desafio permanece ainda hoje. A cidade transforma-se constantemente, mas, ainda assim, possui camadas que são memórias vivas da passagem do tempo que constituiu a sociedade, que revelam sua identidade e, portanto, importantes de serem preservadas. Desse modo, a proteção de áreas urbanas e não apenas de bens isolados, trouxe para o campo do patrimônio um novo compromisso: a gestão de áreas urbanas reconhecidas como patrimônio e sua relação com o planejamento urbano, dois campos de força em disputa constante e que produzem cidade, com o objetivo de garantir a proteção e manutenção do ambiente urbano, dotado de valor cultural, tanto de natureza material quanto imaterial.

Essa relação é ainda mais problemática em cidades como Santo André, por ser um município que adquire importância urbana a partir da indústria do século XX e que não possui um centro histórico reconhecido e definido espacialmente enquanto tal, somando-se o fato de que não tem sua memória industrial[2] preservada. Segundo Manoela Rufinoni (2009, p. 179):

> As especificidades compositivas dos edifícios e sítios industriais e as dificuldades para o seu reconhecimento como patrimônio cultural são os principais motivos que dificultam um tratamento adequado nos projetos de readaptação para novos usos. (...) Nesses casos, a questão da preservação do patrimônio industrial adquire indubitavelmente dimensão urbana e deve, portanto, ser tratada nos moldes da conservação integrada, conforme as recomendações de Amsterdã.

Com efeito, a região central desse município não possui objetos arquitetônicos de valores excepcionais, com poucos exemplares reconhecidos por meio do instrumento do tombamento naquela área, sendo apenas 8 dentre os 24 bens tombados em todo o município. Nesse sentido, é difícil, inclusive, reconhecer a existência de um centro histórico, ou seja, de uma área que represente física e simbolicamente a cidade, ainda mais se tratando do reconhecimento do patrimônio industrial, que remete à formação inicial do território, dado que, dos 8 bens tombados, apenas um refere-se a esse passado, representado por uma vila residencial da década de 1950 construída com o intuito de atender à demanda por moradia que era ocasionada, principalmente, pelos operários das fábricas.

[2] Considerando-se o fato de que a indústria instalou-se, primeiramente, na região que hoje é conhecida como o centro urbano do município e que foi o núcleo de sua ocupação inicial.

A ideia de centro histórico é assim substituída pela de centro comercial, entendido como a área de maior densidade da dinâmica do comércio na cidade. Contudo, suas edificações, traçados, vias, espaços públicos, monumentos escultóricos, bem como as dinâmicas sociais que ali se realizam compõem um conjunto urbano que merece ser considerado para preservação.

É clara a importância desse conjunto urbano como lugar de memória do passado industrial da cidade. Além da instalação de fábricas nessa região, a oferta de empregos gerou uma demanda por moradia, construindo-se, portanto, casas e vilas para operários, além de comércios, escolas, igrejas. O desenho urbano da cidade também se transformou ao longo do tempo, com a abertura de novas vias, mas com a permanência de traçados antigos, como o Caminho do Pilar e o Caminho estação-vila, que estão presentes ainda hoje nesse território.

A análise da dimensão urbana do patrimônio cultural na área central de Santo André é realizada, nesta pesquisa, a partir da investigação crítica, de fonte primária, dos três inventários realizados no município, e, especificamente, em seu centro. Cada um desses inventários revela diferentes visões de cidade, que serão interpretadas através dos conceitos de patrimônio adotados nos processos de identificação dos bens culturais. Cabe relatar, também, o Inventário Regional de Bens Culturais, desenvolvido no âmbito da pesquisa "7Cidades", em 2006, sob a coordenação do Prof. Dr. Artur Ferreira Cole[3], que realizou estudos nas sete cidades da Região do Grande ABC, incluindo, portanto, aspectos do patrimônio cultural em Santo André, a partir de uma metodologia que se baseou no enfrentamento da cidade.

Com relação aos acervos pesquisados, foi realizado levantamento na hemeroteca do Museu de Santo André, cujo material tem como fonte principal o jornal Diário do Grande ABC, de grande importância na região. Investigaram-se reportagens, relatos, notícias e dados referentes ao município, principalmente às questões relacionadas ao patrimônio cultural e aos projetos urbanos, sempre no que tange ao recorte espacial da área central do município ou outras áreas que influenciaram

[3] Além de Arthur Ferreira Cole, professor da Universidade do Grande ABC (UniABC), participaram como pesquisadores a Profa. Dra. Silvia Helena Passarelli, da Universidade Federal do Grande ABC (UFABC), a Profa. Dra. Priscilla Perazzo, da Universidades de São Caetano do Sul (USCS) e José da Silva Romero que é artista visual.

diretamente o centro. Durante essa pesquisa, foram encontradas reportagens que abordavam os órgãos estadual (CONDEPHAAT) e nacional (IPHAN), que foram referências para as ações de preservação no município.

Esta pesquisa propõe-se, também, compreender os pontos de aproximação e de distanciamento entre as políticas de preservação do patrimônio cultural e as políticas urbanas, a fim de verificar as relações existentes ou não entre esses dois campos. Para isso, foram examinadas as legislações pertinentes a esses dois campos, como os Planos Diretores do Município de Santo André[4] (2004 e 2012), o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural[5] (PPPC, 2008), o Mapa de Zoneamento da cidade e o Mapa de Gabaritos, definidos pelo Plano Diretor de 2012.

Foi realizado um extenso levantamento bibliográfico para conhecer o estado da arte do tema com relação à Santo André. Muitos trabalhos que abordam o município enfrentam a problemática da habitação social, muitos deles desenvolvidos na UFABC. Em geral, as pesquisas sobre o patrimônio cultural em Santo André voltam-se, em sua grande maioria, à Vila de Paranapiacaba. Poucos são os trabalhos que abordam o centro urbano do município, sendo o principal deles a dissertação de mestrado desenvolvida, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, por Ângela Inês Micheletti da Silva Quintino Armelini (2008), com o título "A Preservação do Patrimônio Cultural em Santo André: Uma Avaliação Sobre a Contribuição do Uso Cultural em Imóveis Tombados", que versa sobre o questionamento específico da preservação de bens tombados por meio do uso cultural e a difusão dos valores históricos que proporcionam à sociedade.

Diante disso, percebe-se que o enfrentamento das relações entre preservação e planejamento ainda é pouco abordado em um município que não apresenta em seu centro histórico ícones excepcionais, ou monumentos exuberantes, mas sim, quando muito, remanescentes industriais que remetem à memória da industrialização do município. Esta pesquisa, portanto, pretende contribuir, por meio da investigação das

[4] Lei nº 8.696 de 17 de dezembro de 2004 e Lei nº 9.394 de 05 de janeiro de 2012, sendo que o Plano Diretor de 2012 já contempla como instrumento de proteção do patrimônio cultural não apenas o tombamento de bens móveis e o registro de bens imóveis, como também a chancela da paisagem cultural.

[5] Lei nº 9.071, de 05 de setembro de 2008.

visões de cidade a partir dos inventários de bens culturais, para a ampliação do debate, ainda pouco explorado - apesar dos vários discursos sobre o tema -, acerca da dimensão urbana do patrimônio cultural (RUFINONI, 2009), ou seja, da relação entre patrimônio e cidade, e, especificamente, dessa relação no âmbito das políticas urbanas e patrimoniais para a cidade em questão.

Esta dissertação está organizada em três capítulos.

No Capítulo 1, "Do Monumento à Paisagem Cultural: Novas Abordagens Sobre Patrimônio e Cidade", é realizado um panorama geral da preservação no Brasil, por meio das práticas efetuadas pelos órgãos de preservação, tomando como estudos de caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). A análise das práticas desses dois órgãos são importantes, pois reconhecem alguns bens e conjuntos no município de Santo André, além de serem referências para o órgão de preservação desse município. Cabe destacar que a trajetória aqui descrita procura olhar o patrimônio cultural e sua relação com a cidade.

A partir das práticas de preservação dos órgãos citados acima, apresentam-se algumas reflexões sobre dois conceitos importantes para esta pesquisa: o patrimônio ambiental urbano e a paisagem cultural. O conceito de patrimônio ambiental urbano, que surge na década de 1970, é discutido tomando como base os trabalhos de Ulpiano Bezerra de Meneses (1978), além de outros autores que também tratam desse conceito, como Marly Rodrigues e Andréa Tourinho (2016, 2017). A paisagem cultural, regulamentada pelo Conselho da Europa, por meio da Recomendação R (95) 9, e pelo IPHAN, pela Portaria nº 127 de 2009, aparece como uma categoria recente ainda pouco utilizada pelos órgãos de preservação no Brasil. Assim, pretende-se, aqui, abordar o conceito tomando como base as práticas do IPHAN e autores que se debruçaram sobre esse, principalmente, Rafael Winter Ribeiro (2007) e, no caso de Santo André, Vanessa Gayego Bello Figueiredo (2014).

O inventário, como um dos principais instrumentos de reconhecimento do patrimônio cultural, é apresentado em seguida, a partir da análise de três importantes inventários, sendo eles: o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC);

o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC); e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Tais inventários possuem conceitos e metodologias diferentes, que vão desde o levantamento de bens isolados até o reconhecimento do patrimônio imaterial, configurando, portanto, um panorama geral sobre a realização dos inventários no Brasil.

O Capítulo 2, "A Cidade de Santo André: da Formação à Preservação", apresenta o município de Santo André a partir de sua origem como Vila de São Bernardo da Borda do Campo, bem como seu desenvolvimento dentro da Região do Grande ABC Paulista, tendo como referências principais a obra do geógrafo Juergen Richard Langenbuch, *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana* (1971), e a obra A *Cidade que Dormiu Três Séculos*, de Otaviano Armando Gaiarsa (1968, 1991), bacharel em Ciências e Letras e médico, que foi figura proeminente e referência no município, bem como trabalhos acadêmicos relacionados à história do município. Nesse capítulo, apresenta-se ainda, uma reflexão sobre as preocupações iniciais no município com o patrimônio cultural, que resultaram na criação de programas como o Corredor Cultural, além do *city marketing*, utilizado como estratégia pelo poder municipal a fim de alavancar a imagem da cidade por meio de seus bens culturais, como o Museu de Santo André, a Casa da Palavra e a Casa do Olhar, no momento de desindustrialização da cidade, a partir da década de 1980, proposta que ficou conhecida como Projeto Centro, durante a primeira gestão do Prefeito Celso Daniel (1989 a 1992).

Além disso, esse capítulo explicita a atuação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA), que foi criado em 1990 e desde então atua no reconhecimento do patrimônio cultural andreense. Ainda nessa parte, são analisadas as políticas públicas urbanas e de patrimônio em Santo André, a fim de estabelecer relações e pontos de afastamento entre elas, tendo em vista que ambas atuam na conformação e transformação da cidade.

No Capítulo 3, "Inventários em Santo André: Visões de Patrimônio e Cidade", apresenta-se a pesquisa "7Cidades", que foi iniciada em 2004, apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP) e coordenada por

Arthur Ferreira Cole, tal como acima mencionado. A pesquisa foi encerrada em 2006 e, como resultado, foi criado o Inventário dos Espaços Significativos, consistente na proposta de identificação de bens das sete cidades da Região do Grande ABC, que poderiam ser reconhecidos como patrimônio cultural. Esse inventário, apesar de não ter resultado em nenhuma ação de proteção do patrimônio, é importante por contemplar uma nova metodologia de inventariação, a partir da imersão dos pesquisadores em campo, ou seja, na própria cidade, além de refletir sobre um patrimônio comum a toda a região.

Em seguida, são descritos os três inventários realizados no município. Cada um desses inventários contempla conceitos e, portanto, metodologias diferentes no sentido da criação de um instrumento de identificação do patrimônio cultural. O primeiro, de 1998, procede à identificação de bens culturais a partir de listagens, fornecidas pela prefeitura, publicadas em jornais ou em bibliografias, além de reconhecer os bens, em sua maioria, de maneira isolada de seu entorno. O inventário de 2006 utiliza o conceito de espaços de patrimônio, dividindo a cidade em zonas que apresentam bens importantes a serem reconhecidos como patrimônio cultural. Já o inventário realizado em 2009 fundamenta-se sobre um conceito pouco utilizado no campo do patrimônio, que é a "paisagem cultural". Conceito que vem ganhando destaque nas últimas décadas e que foi instituído no Brasil no âmbito da preservação pelo IPHAN, em 2009, não se configurando como tombamento, mas sim, como chancela.

A partir da abordagem dos inventários para Santo André, pretende-se, ainda nesse capítulo, analisar os conceitos de patrimônio em cada um dos inventários, analisar as fichas de identificação dos bens e suas categorias, para, assim, responder à pergunta desta pesquisa de qual é a visão de cidade que está por trás de cada um, por meio da ampliação da concepção de patrimônio cultural no âmbito das práticas de preservação, em momentos distintos do município e relacionar com a prática das ações de preservação na cidade, que não privilegiam a dimensão urbana do patrimônio. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância das discussões apresentadas por Rufinoni (2009), que tratam da questão da dimensão urbana do patrimônio, principalmente, do patrimônio industrial.

Como segunda etapa nesse capítulo, é realizada uma pesquisa de campo, para verificar o que ainda resta da memória industrial na área central do município, sempre considerando como recorte espacial o perímetro da ZEIP-Centro. São identificadas as indústrias que se instalaram nesse perímetro, verificando quais foram demolidas e quais ainda possuem edificação existente, apesar de mudanças de uso. Além das indústrias, também foram verificados os remanescentes do período industrial e de formação inicial do município, caracterizados por casas e vilas residenciais onde moravam os operários, igrejas, comércios, que são importantes para a memória da cidade, mas que não são protegidos pelo órgão de preservação do patrimônio cultural do município.

Por fim, são realizadas as análises dos dados obtidos, a fim de compreender qual é a situação atual do centro urbano de Santo André em relação aos remanescentes que ainda persistem nesse território, verificando, assim, a dimensão urbana do patrimônio, uma vez que é um tema pouco estudado, principalmente se tratando de um centro confundido por vezes como centro comercial, deixando em segundo plano a herança ali existente que representa a memória industrial e a identidade do município.

Também é reforçada, nessa pesquisa, a necessidade em se ir além do inventário, que é um instrumento utilizado de maneira recorrente com o objetivo de identificação do patrimônio cultural, mas que também pode atender à função de ser um instrumento que forneça subsídios à formulação de políticas públicas urbanas e de memória.

C A P Í T U L O 1

DO MONUMENTO À PAISAGEM CULTURAL: NOVAS ABORDAGENS SOBRE PATRIMÔNIO E CIDADE

1.1. Do tombamento isolado à chancela da paisagem cultural

1.1.1. Políticas federais de patrimônio

No Brasil, as preocupações iniciais com o patrimônio surgem no início do século XX, durante o regime republicano, que tinha como objetivo inserir o país no âmbito da competitividade internacional do capitalismo. Para isso, forjava-se uma identidade nacional apoiada no universo vivido pelas elites intelectuais e políticas, com referências europeias, impedindo que a identidade local, principalmente, a identidade dos grupos sociais mais populares, pudessem manifestar-se (RODRIGUES, 1999, p. 8).

Esse cenário que correspondia à imposição de uma identidade que pertencia à elite começou a se transformar durante a década de 1930, com o avanço da industrialização no país, que levou a transformações urbanas, ocasionando a perca de elementos na cidade importantes à memória, em um momento em que a herança do país era representada por monumentos de valores excepcionais.

Influenciando ações patrimoniais no Brasil e no mundo, a Carta de Atenas, criada em 1931, tratava de critérios referentes à preservação de bens culturais. Apresenta, como princípios, o respeito às diversas camadas de tempo e o abandono às reconstituições integrais. Já a Carta de Atenas de 1933, concebida durante o 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), afirmava a arquitetura moderna como solução para os problemas enfrentados pelas cidades, decorrentes do avanço da industrialização e a colocava como símbolo de progresso e inovação, características essas que se aproximavam das ações de preservação iniciais no Brasil. Em relação à preservação do patrimônio, o documento afirma a supremacia das questões de salubridade sobre à manutenção de bairros históricos.

No Brasil, o olhar para monumentos teve um momento inédito com o decreto assinado por Getúlio Vargas, em 1933, que declarava a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional, sendo uma ação pioneira no reconhecimento do ambiente urbano como patrimônio, ainda que de forma incipiente. Posteriormente, seis cidades mineiras foram tombadas, mas de forma equivocada, visto que ainda não havia definições relativas à administração e legislação para a proteção de tais áreas (SANT'ANNA, 2017, p. 140).

Somente em 1937 foi criado o órgão nacional para a defesa do patrimônio cultural brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através do decreto-lei 25 de 1937 e, junto a ele, foram estabelecidos quatro livros do tombo, a partir do anteprojeto de Mário de Andrade, ainda que esse não tenha sido integralmente aplicado. A preocupação com as paisagens, a partir de sua representação como um constructo humano, também estavam sujeitas à valorização e inscrição nos livros do tombo, porém, foram pouco exploradas nos primeiros trinta anos do órgão federal.

O primeiro período de atuação do órgão de preservação do patrimônio nacional, que em 1946 foi elevado à diretoria, passando a ser chamado de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ficou conhecido como "fase heroica" de 1937 a 1967, e possuía como objetivo "forjar nossa identidade nacional, calcada na ideia de uma suposta originalidade da cultura brasileira" (FIGUEIREDO, 2014, p. 147). Foi também o momento de afirmação do Estado nacional, tendo em vista duas dimensões principais: a dimensão histórica e a dimensão artística, deixando em segundo plano ou até mesmo desconsiderando os aspectos sociais (ATIQUE, 2017, p. 225).

Também caracterizavam a fase heroica as consequências advindas com a intensa urbanização das cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram diversos bens patrimoniais destruídos. Alguns núcleos urbanos mantiveram-se protegidos, pois ficaram à margem do processo de urbanização e do redesenho viário das cidades, deixando então ao órgão de preservação do patrimônio a missão de proteger os exemplares importantes que ainda restavam nas cidades. Com isso,

foi exposta à população, nesse período, a importância em se preservar tais bens, a partir de ações do próprio DPHAN:

> Numa primeira fase – reconhecidamente heroica – do início da atuação do órgão de proteção ao patrimônio nacional, sua atividade principal concentrou-se em não deixar que as edificações civis e religiosas, semiabandonadas, ou deficientemente usadas, desabassem, desaparecessem por ruína. A par disto, toda uma atividade para sensibilizar a população, quanto ao valor e importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens móveis neles existentes, teve de ser empreendida com caráter permanente, através de publicações técnicas, da divulgação jornalística, da criação de museus regionais, da organização de exposições, além de outras iniciativas educacionais e culturais. (SPHAN, 1980, p. 19).

A grande participação de arquitetos dentro do SPHAN, inclusive na diretoria, com os arquitetos Lúcio Costa e Renato Soeiro, privilegiou o reconhecimento de monumentos arquitetônicos, isolados de seu entorno, destacando as características arquitetônicas que possuíam, considerando os valores artísticos do bem ou por remeter à origem da nação, reconhecendo, assim, bens que eram exemplares da arquitetura barroca e da arquitetura moderna.

O tombamento de núcleos urbanos acontecia de forma pouquíssimo frequente e, quando ocorria, gerava conflitos com a gestão municipal, além de não estabelecer diálogo com as populações locais, o que não trazia o efetivo reconhecimento do patrimônio. O que se tinha, então, era a gestão dessas áreas em nível federal, não eram amparadas por políticas municipais (SANT'ANNA, 2017, p. 142).

A década de 1960 marcou o período de mudanças nas práticas e concepções do patrimônio, tanto em esfera nacional quanto em esfera internacional. Cresceram os debates em torno da cultura, as pesquisas históricas dos períodos do Império e da República tornaram-se recorrentes, ocasionando em novos elementos para a história brasileira. No âmbito internacional, o patrimônio deixou de ser visto como monumento isolado, integrando-se à paisagem e se inserindo nas políticas de planejamento urbano, bem como uma nova dimensão: a ''indústria cultura'' (RODRIGUES, 1999, p. 16). A Recomendação de Paris, em 1962, contribuiu para essa visão, pois representou, primariamente, o centro histórico como parte integrante do meio ambiente, incluindo-o no planejamento territorial.

Em 1964 é publicada a Carta de Veneza, documento que reconhece a importância da preservação dos sítios urbanos, rompendo com a ideia de monumento isolado, uma vez que os conjuntos urbanos passaram a ser considerados "testemunho vivo das tradições seculares" (CURY, 2004), além de trazerem em si valores importantes da sociedade que ali vivia. Com esse documento, reforça-se a adoção da área envoltória, que é um perímetro no entorno dos bens que visam a manutenção da paisagem urbana.

A segunda fase do IPHAN compreende o período de 1967 a 1979, conhecida como fase moderna, com Renato Soeiro à frente da direção do IPHAN quando ocorreram também mudanças administrativas dentro do próprio órgão nacional de preservação do patrimônio, a partir do Decreto Lei nº 66.967, mudando o órgão de Diretoria para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e lhe conferindo maior autonomia administrativa, uma vez que se tornava mais independente do Ministério da Educação e Cultura em que estava vinculado.

Outros valores foram incorporados ao campo do patrimônio, ampliando ainda mais o debate. Com o advento da tecnologia e o acelerado desenvolvimento das cidades, passam a integrar a noção de patrimônio cultural, uma sociedade formada por diversas identidades. Segundo Chuva (2009, p. 157), "tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação". Isso ocorreu, também, por influências da Carta de Veneza, de 1964, com o reconhecimento de arquiteturas modestas que também eram testemunhos da história da sociedade (FIGUEIREDO, 2014, p. 158).

O intenso desenvolvimento urbano das cidades trouxe a preocupação da preservação de seu patrimônio cultural, além da valorização do solo urbano, que fizeram com que a atuação do IPHAN ficasse voltada para a preservação de conjuntos. Esse desenvolvimento era composto, dentre outras características, pela abertura de estradas que facilitavam a locomoção e interligação de áreas mais distantes, que permitiu a difusão do turismo (IPHAN, 1980, p. 20).

No Brasil, a fim de proteger os conjuntos urbanos, foram adotadas medidas como a elevação de Paraty à categoria de monumento nacional, em 1966, a partir de

planos que conciliavam a preservação do patrimônio ao desenvolvimento urbano da cidade. Além de Paraty, outras cidades como Cachoeira (BA) e Porto Seguro também se tornaram monumentos nacionais, em 1973 e 1973, respectivamente (IPHAN, 1980, p. 20). Nesse contexto, Michel Parente, consultor da UNESCO, visitou o Brasil em 1966 e 1967, a fim de inserir o país no roteiro do turismo cultural mundial, justificando que tal atividade era "uma importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global" (LEAL, 2008, p. 21).

Ainda em relação ao desenvolvimento da atividade turística, as Normas de Quito de 1967 enfatizam esse debate. Esse documento afirma que os monumentos históricos e artísticos são fontes para a economia, adequando esses bens aos usos que lhe podem ser atribuídos, sendo que os recursos investidos na restauração dos bens e conjuntos de rápido retorno quando esses bens fazem parte da atividade turística e contribuem para a recuperação econômica de áreas em estado de deterioração e com problemas econômicos.

O Compromisso de Salvador, elaborado em 1971, também destacou, dentro da atividade turística, a importância da preservação do patrimônio cultural e da necessidade de que a indústria do turismo contribua para a resolução de problemas e para a divulgação do valor cultural presentes nas áreas preservadas. Ainda nesse documento, é exposta a necessidade em relacionar planos diretores e projetos públicos e privados com os órgãos de preservação do patrimônio cultural, a fim de alcançar uma proteção mais eficiente do patrimônio.[6]

Diversas foram as tentativas para salvaguarda dos conjuntos urbanos que, desde seu início, teve dificuldades na elaboração de uma política que conseguisse lidar com esse novo campo do patrimônio cultural. A fim de solucionar essa questão, em 1973 surgiu o Programa de Cidades Históricas (PCH), como uma iniciativa do governo federal até 1987. Nesse momento, houve uma reestruturação nas bases do governo,

[6] Na esfera internacional, também contribuiu para a mudança da visão do patrimônio a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, em 1972, organizada pela Unesco que, segundo Choay (2017, p. 207), contemplava o fato de que a "mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais".

que viu no turismo um importante mecanismo para alavancar algumas cidades que estavam pouco ativas economicamente e em estado de deterioração de suas edificações.

O momento em que surge o PCH, segundo Sant'Anna (2016, p. 60), foi marcado pela mudança de paradigmas, tanto nas políticas de preservação do patrimônio quanto nas políticas federais:

> De um lado, uma alteração significativa na orientação das políticas de preservação do patrimônio urbano no Brasil e, de outro, a retomada, em novas bases, do viés desenvolvimentista e integrado da política econômica e urbana do governo federal, então voltada para a eliminação de desigualdades regionais, para a desconcentração produtiva e demográfica e para o fortalecimento da rede urbana. O turismo surgiu, à época, como o ponto ideal para unir o aproveitamento econômico do patrimônio urbano ao desenvolvimento regional. Ou seja, como a atividade produtiva mais adequada para retirar do pântano da deterioração física e da estagnação econômica algumas cidades e suas regiões. (SANT'ANNA, 2016, p. 60)

Além do PCH, o governo federal criou outros planos buscando atrelar o desenvolvimento econômico e o turismo nas cidades brasileiras. Um desses planos foi o Plano Nacional de Desenvolvimento que, além das questões relacionadas à preservação do patrimônio histórico, também se preocupou com a qualidade de vida das cidades brasileiras, atentando para a importância da preservação do meio ambiente e controle da poluição, que eram alguns dos problemas acarretados pelo acelerado processo de urbanização e industrialização (RODRIGUES; TOURINHO, 2016, p. 78).

Foi criado, no ano de 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), protagonizado por Aloísio Magalhães[7], que não possuía em sua visão o conceito de patrimônio cultural, mas sim o de bem cultural e de cultura popular (CHUVA, 2012). Isso foi de grande importância para o contexto da cultura popular brasileira, com a busca por formulações de políticas que compreendessem a realidade cultural brasileira, colocando-se mais próximas da execução das políticas culturais do que da visão patrimonial da cultura.

[7] Importante designer e artista plástico que coordenou o Centro Nacional de Referência Cultural, a partir de 1975.

A partir da década de 1970 foram desenvolvidos inventários que não se configuravam apenas como uma listagem de bens, mas também, como forma de produzir conhecimento sobre as áreas tombadas e fornecer subsídios para sua gestão. O entorno dos bens foi apropriado como objeto dos inventários, a fim de preservar o tecido urbano e a ambiência, sem o enrijecimento da aplicação de um instrumento como o tombamento, mas a partir da adoção de diretrizes que conduziriam as intervenções futuras. Isso é de extrema importância, visto que é uma tentativa inicial da preservação do patrimônio cultural de se unir a outros campos de produção da cidade.

O debate do patrimônio ampliou-se ainda mais quando em 1988 foi instituída uma nova Constituição Federal, desta vez trazendo o termo "patrimônio cultural", composto por valores materiais quanto imateriais, pela natureza e trazendo o direito à memória, como é expresso em seu artigo nº 216:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I - as formas de expressão;
>
> II - os modos de criar, fazer e viver;
>
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 não apenas ampliou a noção de valores a serem preservados, mas também abriu espaço para a gestão do patrimônio para os próprios municípios. Dessa forma, passou a ser também atribuição do poder municipal a preservação e manutenção do patrimônio, incluindo políticas nos planos diretores que contemplassem essas questões.

A terceira fase do IPHAN, a partir da década de 1990, caracterizou-se por um período de fragilidade da instituição, que se encontrava sem recursos financeiros e com poucos técnicos (SANT'ANNA, 2015, p. 27). Nesse momento, os governos

estaduais e municipais passaram a atuar com maior frequência e foram responsáveis pela implementação de projetos, como os de requalificação e revitalização urbana de áreas preservadas, a exemplo do que se tinha na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1970, como forma de negação ao modernismo que se instalava nas cidades (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 16).

Outra característica que marcou esse período foi a implementação de projetos urbanos que envolvessem em seu escopo a reinserção de áreas históricas nos circuitos turísticos para fomentar a economia, bem como o reconhecimento da diversidade cultural. Tais aspectos geraram grades desafios a serem enfrentados pelas políticas de preservação do patrimônio, principalmente para os períodos futuros, como a questão da preservação do patrimônio imaterial e a gestão de áreas urbanas integrada às demais políticas da cidade.

Cabe ressaltar, a partir da década de 1990 o contexto internacional no campo do patrimônio, que viria a transformar as práticas mundiais. Em 1994 foi iniciada a discussão da Convenção Europeia da Paisagem e, em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa adotou a Recomendação R (95) e, em 2000, a Convenção Europeia da Paisagem, colocando a conservação das áreas de paisagens como parte das ações de políticas públicas e, assim, conseguir estabelecer políticas para a gestão das paisagens. Através dessa Recomendação, surge a discussão do termo paisagem cultural, que se difere do termo paisagem através da atribuição do objetivo de formar subsídios para a gestão do território, evidenciando uma preocupação em relacionar as políticas de patrimônio e as políticas urbanas.

O conceito de paisagem cultural pode ser definido como uma expressão das diversas relações entre uma sociedade e um território definido (RIBEIRO, 2007, p. 51). Apesar dessa definição, Ribeiro (2010, p. 29) expressa que:

> Ao refletir sobre o conceito de paisagem, também incorporamos seus problemas e dificuldades – entre eles, sua polissemia e a multiplicidade de tradições e definições. Talvez seja aí que resida, também, a maior potencialidade da categoria e seu principal problema operacional.

A Carta de Bagé ou Carta da paisagem Cultural, de 2007, foi elaborada durante o Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, organizado pelo IPHAN, MinC e algumas universidades, com o objetivo de se discutir a preservação

da paisagem cultural, considerando, especificamente, o território dos Pampas, no Rio Grande do Sul e as paisagens culturais presentes na fronteira.

Segundo esse documento, a paisagem cultural é a categoria de patrimônio mais abrangente, que inclui as outras categorias de patrimônio, os diversos usos e apropriações, as diversas manifestações de grupos sociais. É também definida como:

> O meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (CASTRIOTA; MONGELLI, 2017).

Nas práticas de preservação do Brasil, o conceito de paisagem cultural foi aplicado com muitas dificuldades e conflitos e a gestão dessa nova categoria de patrimônio, que evidencia a formação do patrimônio cultural brasileiro a partir de valores materiais e imateriais, foi instituída através da Portaria n.º 127 de 2009:

> Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2009).

A paisagem cultural é então reconhecida por meio da chancela, que diz respeito a uma espécie de um "selo de qualidade" (WEISSHEIMER, 2009, p. 18) em uma determinada porção do território, esse recorte espacial é produto de uma relação de valores materiais e imateriais, acrescentando-se, também, os valores históricos, como é dito no trecho a seguir da Portaria n.º 127 de 2009:

> Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.
>
> Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal (IPHAN, 2009).

Em relação à gestão da paisagem cultural, pensava-se na integração dos diversos setores que atuam sobre a paisagem, incluindo a participação social no processo, e não apenas o órgão de patrimônio, como é dito na Portaria:

> Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

> Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN (IPHAN, 2009).

Em 2011, a Conferência Geral da Unesco criou a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica, como uma tentativa de adequar as políticas de preservação do patrimônio cultural, levando-se em consideração uma paisagem, às formas contemporâneas de apropriação do patrimônio, que incluem o desenvolvimento urbano, econômico e social. Segundo Sant'Anna (2015, p. 34), a ação de preservação nesse período referia-se, em muitos casos, à intervenção respaldada pelos interesses socioeconômicos.

Atualmente, a paisagem cultural vem sendo muito discutida, visto que há grandes dúvidas em relação a sua aplicação e, principalmente, a sua gestão. A exemplo disso tem-se a Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais que, além de ser uma paisagem cultural brasileira, candidatou-se a patrimônio mundial da Unesco, em 2016. Por tratar-se de uma porção do território definida a partir de uma bacia hidrográfica, a gestão dessa paisagem cultural tem enfrentado uma série de desafios. Um deles diz respeito ao fato de que a bacia hidrográfica da Pampulha não pertence apenas à Belo Horizonte, mas também tem partes no município de Contagem, gerando alguns conflitos de políticas urbanas para a gestão dessa área.

Os conflitos na salvaguarda das paisagens culturais são recorrentes, pois ainda não foram criadas novas formas de gestão, que são imprescindíveis para a manutenção dessas áreas. Para Figueiredo (2018, p. 88):

> A interdisciplinaridade proposta pelo novo conceito vem exigindo a abertura dos canais de comunicação entre as diversas áreas, buscando, além da integração, a ampliação dos mecanismos de participação, democratizando a gestão do patrimônio e tornando imprescindível a inclusão das comunidades locais e demais interessados.

Além do desafio a ser enfrentado da participação dos diferentes grupos sociais na identificação e gestão da paisagem cultural, a percepção de uma área enquanto paisagem cultural torna-se de maior complexidade em áreas urbanas, quando comparada a áreas naturais. Isso se traduz na sustentabilidade, que é uma das premissas da paisagem cultural, mas que não ocorre nas práticas recorrentes de

preservação, em que pode ser verificada que "a toada dominante ainda é a da intocabilidade dos bens" (FIGUEIREDO, 2018, p. 108).

A paisagem cultural, portanto, remete a conceitos já discutidos no campo da preservação, como o patrimônio ambiental urbano (conceito que será retomado no próximo capítulo), que também abrange no patrimônio cultural o valor das práticas sociais, das representações e, assim, da relação do homem com a natureza e com o meio em que vive. Entretanto, pode-se dizer a paisagem cultural tem como principal característica a articulação entre políticas públicas de patrimônio e urbanas, superando, assim, as práticas de preservação que ocorrem até hoje, a partir de novas formas de gestão, sendo esse o seu grande desafio.

1.1.1.1. O conceito de paisagem cultural em esfera municipal

Além da esfera federal, alguns municípios brasileiros já tentam aplicar o conceito da paisagem cultural, tais como Campinas e Santo André. Em Santo André, o conceito foi importante para o reconhecimento e gestão da Vila de Paranapiacaba, unindo as políticas urbanas às políticas de patrimônio. Outro exemplo, ainda no município de Santo André, foi em 2009, quando os técnicos do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André (COMDEPHAAPASA) iniciaram estudos para a produção de um inventário no centro urbano do município, baseando-se no conceito de paisagem cultural definido pelo IPHAN, porém, esse inventário ainda não foi concluído e que é um dos objetos de análise desta pesquisa.

Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico de 2014 (Lei Nº 16.050 de 31 de julho de 2014) traz, dentro das políticas patrimoniais a chancela da paisagem cultural como um dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural, definindo-a em seu texto da seguinte maneira:

> Art. 172. § 5º A Chancela da Paisagem Cultural, instituída pela Portaria IPHAN 127/2009, tem como objetivo reconhecer uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores, e deve obedecer ao disposto em legislação especifica, assim como as legislações estadual e federal que regulam esse instrumento (SÃO PAULO, 2014).

Apesar do avanço em utilizar a chancela da paisagem cultural como um instrumento, o município de São Paulo ainda possui dificuldades na aplicação de tal conceito. O perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí tem em si uma relação da várzea do Rio Tamanduateí com as colinas, que conformam uma paisagem cultural, pois, segundo Tourinho (2017 p. 58):

> Essa paisagem pode ser entendida como possibilidade de apreensão das acumulações no território (...), não apenas resultante dos agenciamentos físico-territoriais, mas também das relações e práticas sociais que ali se estabeleceram, produzindo camadas de trabalho social que foram se sobrepondo.

Paranapiacaba, a Vila Inglesa situada no município de Santo André e tombada em esfera municipal, estadual e federal, adotou o conceito de paisagem cultural em sua forma de gestão integrada do território, entre 2001 e 2008, quando ocorreu uma descentralização administrativa, em que a vila passou a ser gerenciada com uma subprefeitura própria. Para Vanessa Gayego Bello Figueiredo, que foi subprefeita de Paranapiacaba:

> Conforme já preconizam algumas das ações mais recentes do Iphan, as dimensões social, urbana, ambiental, econômica e política não podem ser desconsideradas pelos órgãos responsáveis. Contudo, como ainda não há no Brasil um órgão único que tenha competência para tratar de todas estas dimensões, há de se buscar o compartilhamento interinstitucional (2014, p. 52).

Havia em Paranapiacaba a necessidade de recuperação da área, envolvendo as questões históricas, culturais, ambientais (visto que a vila encontra-se em Área de Preservação dos Mananciais) e turísticas. A abordagem do ponto de vista da paisagem cultural foi adotada, segundo Figueiredo (2014), pelo fato de que o tombamento era um instrumento insuficiente para a discussão e gestão de todas as questões citadas, presentes em Paranapiacaba, com o objetivo de ‘‘não impedir a mudança, mas em direcioná-la e, portanto, trabalhar na perspectiva do desenvolvimento sustentável’’ (FIGUEIREDO, 2014, p. 36).

A paisagem cultural, como um dos conceitos mais recentes no âmbito das práticas de preservação do patrimônio, tem ainda como desafio a enfrentar tanto o próprio entendimento do conceito e de sua aplicação, mas, principalmente, em sua gestão, visto que, ainda hoje, tem-se um distanciamento entre as políticas da cidade e os grupos que a produzem. Cabe, portanto, estabelecer relações entre essas

diversas políticas, a fim de que a cidade realiza suas transformações necessárias, mas que possam respeitar e integrar as permanências urbanas, que são suporte da identidade e a memória da sociedade que a constitui.

1.1.2. Políticas estaduais de patrimônio em São Paulo

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural no estado de São Paulo acontece a partir da década de 1960, dentro de um regime de governo autoritário, que via na proteção do patrimônio uma missão de evitar o vandalismo e de impor uma identidade bandeirante ao estado.

Nesse mesmo período, a Carta de Veneza de 1964 trouxe uma nova visão de patrimônio cultural, que possibilitava uma leitura histórica do a partir das obras modestas e, assim, não seriam reconhecidos apenas bens relacionados aos grandes heróis, mas também, bens relacionados aos grupos comuns, como foi debatido e apresentado na Carta de Veneza, em 1964 (IPHAN, 2004, p. 92):

> Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que se dá testemunho de uma civilização peculiar, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Assim, a partir desse documento, o reconhecimento do patrimônio iria além de bens isolados e de monumentos, incluindo edificações mais simples, exemplares da arquitetura vernacular e manchas urbanas, até então pouco exploradas dentro do campo do patrimônio cultural. Apesar dessa abrangência no conceito, dentro do campo da cultura, a atividade patrimonial ainda era considerada sem prioridade, atraía o olhar de alguns arquitetos, que se interessavam por questões de memória, e historiadores, que compreendiam "a história como conhecimento científico da sociedade" (RODRIGUES, 2000, p. 29).

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) só foi criado em 1968, momento em que o patrimônio histórico era uma atividade cultural deixada em segundo plano. Entretanto, passou a ganhar forças quando o governo estadual viu na preservação uma

forma de evitar as destruições do patrimônio. Além disso, também era de interesse do estado a promoção do turismo, a partir do que se dizia nas Normas de Quito, documento resultante do encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos, em 1967, em que o turismo deveria ser desenvolvido em conjunto com políticas de proteção do patrimônio monumental (RODRIGUES, 2000).

As Normas de Quito estabeleciam que a atividade turística traria desenvolvimento econômico aos centros históricos que estavam abandonados, pois não faziam parte da lógica do desenvolvimento econômico que se estabelecia, a partir de grandes indústrias. Assim, o turismo seria o motor para reativar a economia dessas áreas e que levaria a sua requalificação.

O patrimônio cultural, nesse período, associava-se às festas típicas, aos monumentos históricos e aos sítios urbanos ou áreas naturais, compondo uma campanha de estado que valorizava as tradições, sempre endossando a ideia de civismo que o estado queria transmitir aos brasileiros e ao mundo. Pode-se dizer, portanto, que a cultura era utilizada como um bem de consumo, visando à difusão da atividade turística, como importante atividade econômica, principalmente nas cidades em que a economia necessitava ser impulsionada.

Em um primeiro momento, as práticas adotadas muito se assemelhavam ao que era realizado no SPHAN e, no tocante à relação entre o órgão e a universidade, havia pouca troca de informações, que poderiam ter ampliado os debates e contribuído para o aprofundamento dos estudos. Somente em 1969 o órgão estadual começou a tomar forma, agregando diversos profissionais para a constituição de um corpo técnico. Dentre os profissionais, o arquiteto Carlos Lemos passou a realizar um levantamento de dados técnicos a respeito dos tombamentos que estavam em estudo.

Se a atuação do órgão nacional, até então, baseava-se na valorização de bens que representavam a nação, os bens representativos para as localidades regionais e municipais ficavam excluídos. Diante disso, a descentralização da tutela e do reconhecimento do patrimônio cultural era necessária, a fim de que bens importantes representativos de uma sociedade não fossem perdidos. A Declaração de Amsterdã,

de 1975, ainda que posterior à criação do CONDEPHAAT, reforçou a tutela dos bens em cada região:

> Os poderes locais devem ter competências precisas e extensas em relação à proteção do patrimônio arquitetônico. Aplicando os princípios de uma conservação integrada, eles devem levar em conta a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais. O futuro não pode nem deve ser construído às custas do passado (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975).

Esse documento influenciou, também, a criação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), em 1975, no município de São Paulo, exemplificando mais um desdobramento da descentralização das políticas patrimoniais. Ao DPH cabia a realização dos estudos que fundamentariam os tombamentos, mas a deliberação do tombamento cabia apenas ao órgão municipal, o Conselho de Preservação de São Paulo (CONPRESP), criado posteriormente, em 1985, mas que só iniciou suas atividades em 1988.

Rodrigues (1999) divide a atuação do CONDEPHAAT em três períodos: o primeiro período, de 1969 a 1975; o segundo período, de 1975 a 1982; e o terceiro período, de 1982 a 1987. Cada um desses períodos diverge entre si pelos valores atribuídos ao patrimônio, pela metodologia utilizada nas práticas do órgão e pelos conceitos utilizados.

O primeiro momento de atuação do CONDEPHAAT, de 1969 a 1975, foi marcado por visões diferentes do que era patrimônio e do que deveria ser reconhecido como tal. Alguns profissionais, como Luís Saia, arquiteto que possuía concepção semelhante à do SPHAN, entendia que o órgão deveria atuar no reconhecimento do patrimônio arquitetônico, de suas características físicas e de suas técnicas construtivas. Tais ideias opunham-se a de outros profissionais, que compreendiam o patrimônio como testemunhos do passado, dos grandes heróis que marcaram a história. A fim de estabelecer um ponto de concordância entre as duas visões, a atuação do órgão estadual procurou valorar o bandeirismo e a ocupação do litoral brasileiro, deixando o período da industrialização em segundo plano.

Essa ideia de valor histórico estava enraizada também na sociedade, que participava com pedidos de tombamento, em sua maioria relacionados a grandes

heróis que passaram ou se estabeleceram em locais específicos, como forma de reconhecimento de uma história oficial.

O primeiro tombamento do CONDEPHAAT foi a casa do Barão de Jundiaí, que fazia parte de uma categoria de ciclo econômico, que serviria de premissa para os demais tombamentos do órgão. Dentro desse contexto, Rodrigues (2000) ressalta e critica a categoria dos "ciclos" econômicos, além do ciclo das bandeiras e o ciclo do café, pois ao utilizar o termo "ciclo", tem-se a ideia de privilegiar determinados momentos históricos em detrimento de outros e, portanto, determinados grupos sociais são enaltecidos e outros esquecidos, deixando de dar o devido valor à "complexa rede de relações culturais presentes em um período histórico" (RODRIGUES, 2000, p. 44).

Apesar disso, ainda na década de 1970, com a ampliação dos debates acerca do patrimônio, que antes era visto como "patrimônio histórico", outros valores foram sendo acrescentados, reconhecendo não apenas os monumentos históricos, mas também outros bens, conjuntos urbanos e áreas naturais (RODRIGUES, 2000, p. 41).

Essa ampliação do patrimônio para áreas naturais fez-se presente a partir da atuação do geógrafo Aziz Ab'Saber dentro do próprio órgão, tendo a Serra do mar como uma das áreas representativas desses novos valores. Também contribuiu para essa ampliação o entendimento da sociedade sobre o patrimônio cultural, que passou a ser mais abrangente, levando a pedidos de tombamentos baseados na memória local e na preservação do meio ambiente.

Já nesse período, os entraves entre as políticas patrimoniais e políticas urbanas estavam presentes nas grandes cidades, uma vez que a especulação imobiliária via na preservação do patrimônio um empecilho para seus interesses. Com isso, a Coordenadoria Geral do Planejamento (COGEP), na ausência de um órgão municipal para a cidade de São Paulo, contratou, em 1974, os arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo para realizarem um cadastro de bens e logradouros de São Paulo de interesse para a preservação. Dentro desse levantamento, foram apontadas algumas intenções de preservação, como a definição de manchas urbanas e o reconhecimento de vilas operárias (PRATA, 2009, p. 54).

Essas manchas urbanas eram importantes para orientar o novo zoneamento da cidade, de forma a incluir no planejamento urbano diretrizes de preservação. Essas medidas eram importantes para regular o ambiente urbano, que estava sendo constantemente transformado com as obras do metrô. As áreas com bens culturais eram conhecidas como Z8-200, incluídas na legislação de uso e ocupação do solo vigente naquele momento.

Em 1974, Hügues de Varine-Bohan[8] ministrou na Universidade de São Paulo um curso, coordenado pelo Professor Ulpiano Bezerra de Meneses, para arquitetos, que ampliou o debate sobre o patrimônio e preservação. Durante o curso, Varine-Bohan expôs que o patrimônio cultural é composto por três categorias: meio ambiente, conhecimento e bens culturais, entendidos como produtos humanos. Para ele, a preservação não devia ter como foco os objetos materiais, mas sim o homem (RODRIGUES, 2000).

Para Carlos Lemos e Antônio Luiz Dias de Andrade[9], o curso foi de grande importância, pois abriu novos olhares sobre a preservação. Apesar disso, o órgão continuou sua atuação com seus métodos e conceitos antigos, uma vez que havia grande quantidade de solicitações que não possibilitavam aos técnicos novas reflexões e aplicações em suas práticas cotidianas.

Ulpiano Bezerra de Meneses, que permaneceu no CONDEPHAAT de 1971 a 1987, como representante do Departamento de História da Universidade de São Paulo, inseriu no órgão novas reflexões sobre o patrimônio cultural. Segundo Meneses, o patrimônio é constituído por um conjunto de objetos que representam as relações do homem.

Dentro desse contexto, surgiu o conceito de "patrimônio ambiental urbano", defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses. O patrimônio ambiental urbano, segundo Meneses (1978, p. 45):

> É visto, inicialmente, como constituído por um conjunto de bens, coisas físicas produzidas pelos homens – artefatos -, ou a natureza transformada em objeto da ação cultural, incorporada pela vida urbana. Trata-se de paisagens,

[8] Arqueólogo, historiador e museólogo francês, foi diretor do Conselho Intermunicipal de Museus (ICOM) da UNESCO.

[9] Arquitetos que atuavam no CONDEPHAAT.

> espaços, construções, objetos móveis também, cujo sentido se manifesta não por si, mas pela articulação que entre si estabelecem e que lhes dá suporte.

É possível afirmar, portanto, que o patrimônio ambiental urbano é um conjunto de objetos apropriados socialmente, que não pode constituir-se de maneira desvinculada das demais políticas que atuam sobre a cidade, principalmente, da legislação urbanística. Tal relação pôde ser vista na Itália, nas décadas de 1960 e 1970, com a defesa da conservação integrada10, momento em que ainda se sofria com os efeitos da guerra. A intenção dessa conservação integrada era relacionar os diversos atores da produção da cidade e colocar como protagonista o próprio habitante.

Apesar de tentativas em se determinar políticas de preservação, o CONDEPHAAT encontrava complexidades na implantação de conceitos e metodologias. Além disso, sua não participação nas decisões e projetos referentes ao planejamento da cidade levava ao desrespeito de determinações importantes ao patrimônio cultural. A exemplo disso, tem-se a destruição dos casarões na Avenida Paulista, que marcavam o início da ocupação da avenida, a partir do início do século XX, em 1982, para a realização de projeto de renovação urbana.

O segundo período do CONDEPHAAT é de 1975 a 1982, quando em 1975 o órgão passou a fazer parte da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. As ideias expostas por Varine-Bohan, em seu curso, nesse momento teriam sua repercussão, quando as práticas de reconhecimento do patrimônio passaram a ter em seu centro a ideia de que o homem é quem produzia a cultura. Outro aspecto importante foi a partir da influência de Aziz Ab'Saber, com o tombamento de áreas urbanas, protegendo o meio ambiente e promovendo a qualidade de vida através da preservação do patrimônio. Somando-se a esse quadro, a sociedade enfrentava um momento de resistência à ditadura, vendo na valorização da memória e da história um direito social.

Em esfera federal, criou-se o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PRCH), através do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). O

[10] A conservação integrada aconteceu a partir da experiência de Bolonha (Itália), com a reabilitação do seu centro histórico, recuperando a estrutura física, econômica e social. Isso condiz com o desenvolvimento sustentável da cidade, que é a recuperação de áreas existentes, remetendo à Declaração de Amsterdã, que coloca a conservação integrada como base das políticas públicas urbanas e de preservação.

CONDEPHAAT viu nesse programa uma forma de captar recursos para realizar um levantamento que serviria de base para o Programa de Núcleos e Cidades Históricas. Apesar de todo o debate e ampliação acerca do patrimônio, o levantamento fundamentou-se nas práticas ortodoxas de reconhecimento dos núcleos iniciais das cidades e da arquitetura que compunha esses conjuntos.

Nesse período, a discussão do patrimônio ambiental urbano ganha destaque, entretanto, "a complexidade do conceito ia de encontro às práticas já consagradas na área preservacionista, mesmo aquelas mais recentes que consideravam o ambiente urbano" (RODRIGUES; TOURINHO, 2017, p. 361). Carlos Lemos compreendia o patrimônio ambiental urbano não apenas composto por monumentos, mas também por arquiteturas simples, cotidianas, que permitiam uma leitura de cidade. Essa postura de Lemos foi criticada por Meneses, pois ainda evidenciava a "raiz do problema" que, para ele, estava no fato de que o patrimônio "foi sempre tomado como dado preestabelecido, produto já pronto e acabado" (MENESES, 1978, p. 45). Apesar de diversos debates e da ampliação do conceito de patrimônio, dentro da atuação do órgão, prevaleceu a visão de Lemos.

Em 1976, Nestor Goulart Reis Filho iniciou sua gestão no CONDEPHAAT. Foram apresentadas novas propostas de preservação, que incluíam o patrimônio natural, sua proteção e valorização, ligados aos trabalhos do geógrafo Aziz Ab'Saber, a fim de realizar a manutenção e preservação das condições naturais do meio ambiente.

Durante a atuação do órgão estadual, diversos momentos revelaram sua fragilidade na competição de agentes transformadores da cidade. A Estação da Luz, mais um exemplo dessa situação, teve no tombamento uma medida importante e urgente para evitar sua descaracterização por parte da Rede Ferroviária Federal, que tinha como objetivo adaptar a estação as necessidades das linhas de trem e metrô descaracterizando-a. Esses embates entre os setores de preservação e de transformação criavam uma imagem fragilizada do CONDEPHAAT diante da sociedade, pelo desrespeito às diretrizes impostas pelo órgão aos bens de interesse de preservação.

Em 1982, o arquiteto Ruy Ohtake assumiu a presidência do CONDEPHAAT. Em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, em 09 de setembro de 1982, o arquiteto afirmou que tinha como um de seus objetivos:

> Fazer com que o tombamento seja sempre vinculado à restauração e utilização posterior, para que as obras tombadas não fiquem no abandono e também para que o próprio CONDEPHAAT não seja visto como um órgão que emperra, na medida em que hoje o tombamento obriga a uma série de compromissos.

Segundo Rodrigues (2000), os conceitos e metodologias utilizados no órgão, nesse período, retomaram a monumentalidade, o valor histórico e a categorização dos ciclos econômicos, de forma a alcançar uma atuação racional e eficiente. Isso levava, muitas vezes, a estudos técnicos de patrimônio, que desconsideravam os valores imateriais e simbólicos dos bens.

O terceiro período de atuação do CONDEPHAAT, de 1982 a 1987, foi um momento de abertura política, com o retorno das eleições diretas. De 1983 a 1984, o antropólogo Antônio Augusto Arantes assumiu a direção do órgão estadual de patrimônio e, nesse momento, procurava-se ter maior relação dos técnicos com as práticas e decisões dentro do órgão, bem como uma maior aproximação com a sociedade.

Ainda caminhando para o entendimento e ampliação das ações preservacionistas, tendo como exemplo o tombamento da Vila Itororó, em São Paulo. A vila foi construída na década de 1920 e estava bastante deteriorada, sendo objeto de projeto de restauração elaborado pelos arquitetos Décio Tozzi e Benedito Lima de Toledo. Um dos membros do CONDEPHAAT, o arquiteto Flávio Império considerou tal projeto como algo que estava fora da realidade da vila, naquele momento, pois ignorava a nova dinâmica que ali se fazia, ocupada como moradia por famílias de baixa renda. Isso levou à observação de que o tombamento não apenas deveria ser analisado pelo passado, mas também pelo presente, pela função social que a ele compete no presente (RODRIGUES, 2000).

Arantes criou a Assessoria de Comunicação e Publicação, que coordenou algumas pesquisas, dentre elas, em Santana de Parnaíba. Ali, o objetivo era entender a relação dos moradores com o lugar, que resultou na necessidade de valorização das

manifestações culturais locais, da aproximação dos moradores com as festas típicas, sendo esses os aspectos patrimoniais importantes naquele lugar, que não mais se sustentava por questões de arquitetura e de história nacional.

A partir desse panorama de atuação do CONDEPHAAT, percebe-se que houve uma ampliação do conceito de patrimônio dentro do próprio órgão, que o levou a revisões em suas práticas. Apesar disso, ainda se vê heranças de suas ações de preservação, em relação aos impasses entre as diretrizes determinadas pelo órgão e pelos outros campos de força da cidade, como o mercado imobiliário. Como herança positiva, Wolff (2018, p. 61) cita que, talvez, o principal aspecto na trajetória do órgão "tenha sido contribuir para a instituição do reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio mais amplamente por variados segmentos da sociedade", quando sob a direção de Arantes as equipes contavam com técnicos multidisciplinares, propiciando diferentes pontos de vista sobre o patrimônio cultural.

A partir de 2006, com a contratação de novos servidores, o CONDEPHAAT criou o Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural (GEI), formado por equipe interdisciplinar que realiza estudos, levantamentos, inventários e demais documentos necessários ao tombamento. A formação desse grupo foi importante para a realização dos estudos básicos para instruir os processos de tombamentos, além de formularem propostas e diretrizes a serem aprovadas quando ocorrer o tombamento do bem.

Ainda nas atuações contemporâneas do CONDEPHAAT, cabe destacar a criação da Declaração de Lugar de Interesse Cultural (DELIC). Segundo Neves e Zagato (2018, p. 180):

> A Declaração de Lugar de Interesse Cultural (Resolução SC-12, 2015, p. 37) reconhece nos estabelecimentos comerciais seu valor cultural e sua potência social como referência a variados grupos sem, contudo, impor qualquer restrição legal, já que depende da anuência do proprietário e/ou responsável legal.

Houve a tentativa de aplicação desse instrumento, mas que não foi efetiva. O GEI desenvolveu um Estudo Temático de Quilombos, em que seria aplicada a DELIC e o reconhecimento e proteção deveriam contemplar, principalmente, a dimensão

imaterial do quilombo. Entretanto, dentro do CONDEPHAAT ainda não existia uma legislação que protegesse essa dimensão.

Outra ação importante dentro do CONDEPHAAT foi a difusão da educação patrimonial através da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP). A REPEP foi contratada a partir de processo na Justiça Estadual sobre a descaracterização e falta de fiscalização da Vila Maria Zélia, na Zona Leste de São Paulo. Nesse processo, ficou acordado que seria realizado trabalho de aproximação dos moradores e da própria população com a vila, resgatando memórias da vila e a importância do patrimônio. Esse trabalho foi uma experiência inicial que possibilitou a aplicação de sua metodologia em outros municípios, com a realização de oficinas que tiveram a participação da população e de agentes locais.

1.2. Um instrumento de identificação do patrimônio: o inventário

O inventário, instrumento comumente utilizado dentro do campo da preservação do patrimônio cultural, em sua concepção mais abrangente, trata de uma listagem de bens de valores reconhecidos, seja pelos órgãos de preservação ou pela sociedade, que são importantes de serem preservados.

Um documento como o inventário possibilita a permanência de bens materiais que não são possíveis de serem preservados, mas que podem ficar registrados, a partir da atribuição de valores que deveria ser realizada entre a sociedade e os próprios órgãos de preservação. Segundo Eneida de Almeida (2018, p. 324) "preservar pressupõe um interesse comum em constituir uma seleção baseada em critérios de valoração associados às tradições, aos costumes e à identidade de grupos sociais". Portanto, um inventário constitui-se não simplesmente de uma listagem de bens, mas sim, de um conjunto representativo de uma sociedade e de sua memória.

Sua origem está ligada ao período da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Na década de 1830 é criada a Comissão dos Monumentos Históricos, a fim de realizar a salvaguarda do patrimônio francês, que estava destruído e ameaçado pela guerra. Dessa necessidade surgiu o inventário, como um instrumento que reuniria a herança francesa, que eram monumentos que representavam o clero e a nobreza.

Nesse inventário, estavam igrejas, conventos, castelos, grandes monumentos. Françoise Choay (2017, p. 105) apresenta um exemplo dessa dificuldade: "o que se podia fazer com uma igreja? Anexá-la para o culto do Ser Supremo? Essa solução não teve mais sucesso que a tentativa, no fim da Antiguidade, de conversão dos templos pagãos em igrejas cristãs". Nota-se nesse período um grande desafio, que perdura ainda nas práticas atuais de preservação: a gestão e a manutenção dos bens.

No Brasil, o inventário ainda é visto como uma listagem de bens de difícil gestão, fruto de políticas urbanas e de preservação que estabelecem pouca ou nenhuma relação. Apesar de ainda possuir uma herança ortodoxa, os debates sobre a elaboração e utilização desse instrumento tem levado a sua ampla utilização, amparado pelas ideias da chamada conservação integrada, que desde a década de 1970 é discutida. Também contribuiu para uma revisão dos inventários a ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural, que não mais se detém aos monumentos, como no período da Revolução Francesa, mas que, cada vez mais, liga-se à representatividade social do patrimônio e aos valores que lhe são atribuídos, como os valores imateriais.

Segundo Leonardo Barci Castriota[11] (2007, p. 69):

> Parece-nos muito promissora a utilização de um instrumento tradicional do campo da preservação do patrimônio, o inventário, que, bem explorado metodologicamente, poderia ultrapassar a sua função original – a de produzir um registro de bens culturais a serem protegidos – passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que forneça bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes, que respeitando as particularidades locais, utilizam-nas como base para o desenvolvimento.

Dessa forma, os inventários poderiam ultrapassar sua utilização dentro do campo da preservação, tendo sua utilização também no planejamento urbano, de forma a conciliar as transformações naturais e necessárias da cidade com as permanências, importantes para a memória e identidade da sociedade.

A fim de compreender diferentes formas de inventariação e de conceitos de patrimônio utilizados nesse instrumento, nesse capítulo são apresentados três

[11] Arquiteto e urbanista, Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-BRASIL) e Vice-Presidente do ICOMOS internacional, desde 2017.

inventários distintos: o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, desenvolvido por técnicos da Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), na década de 1970 e 1980; o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo, desenvolvido dentro do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo, na década de 1970; e o Inventário Nacional de Referências Culturais, desenvolvido pelo IPHAN a partir de 2000.

Ainda que no momento de elaboração desses três inventários ainda não se discutiam conceitos como paisagem cultural, eles foram escolhidos para serem aqui analisados por contemplarem aspectos da relação de cidade e patrimônio cultural, tanto na categoria da ficha de identificação – que no IPAC e INRC são apresentadas como sítio urbano – quanto em outros conceitos, como o de patrimônio ambiental urbano, como é o caso do IGEPAC.

A Tabela 1 (página 67) apresenta um quadro com o resumo das categorias das fichas de cada um dos três inventários que serão expostos nesse capítulo e sua observação permite identificar algumas características, como o fato de que ainda que as fichas do IPAC e do INRC aqui apresentadas sejam referentes a sítios urbanos, o IGEPAC tem em sua concepção o enfoque do levantamento do patrimônio ambiental, mas apresenta poucas categorias de identificação do ambiente, quando comparado aos outros dois inventários.

Quando se trata do reconhecimento das edificações, o IGEPAC é o único que apresenta categorias de identificação para os bens, que é feita para cada um dos edifícios identificados, diferente do que é feito nos outros dois inventários, que identificam as características do conjunto urbano em geral.

1.2.1 Uma ação pioneira: o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA)

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA) foi desenvolvido a partir da década de 1970, dentro da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC). Foi escolhido para ser analisado neste trabalho por ser uma das experiências de

inventariação pioneiras no Brasil, além de ser referência para outros inventários. Segundo Paulo Ormindo de Azevedo, intelectual baiano que organizou o inventário:

> Coube à Bahia realizar, nesta linha, o primeiro catálogo sistemático do patrimônio construído de um estado brasileiro. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-BA, iniciado em 1973 e executado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, cadastrou mais de um milhar de edifícios de interesse cultural e quase duas dezenas de centros históricos. (...) Partindo da experiência do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu, o IPAC-BA desenvolveu uma metodologia de inventariação adaptada às nossas condições que seria seguida, em partes, por outros estados (AZEVEDO apud BRITO, 2017, p. 1).

Uma ação inovadora do IPAC que, até o momento de sua publicação, ainda havia ocorrido, foi a inventariação de bens que ainda não estavam tombados, a fim de contribuir para a difusão dos bens de interesse na Bahia, que ainda não haviam sido reconhecidos enquanto patrimônio cultural.

Para Azevedo (apud BRITO, 2017, p. 5), o inventário seria uma medida complementar para a proteção do patrimônio cultural, semelhante ao que ocorria na França, que não necessitava apenas do tombamento para proteger o bem. Ainda que o inventário fosse uma categoria com menos restrições do que o tombamento, já faria com que os proprietários dos imóveis necessitassem comunicar suas intenções de intervenção no bem.

Foram analisados cerca de 203 municípios, tendo como objetivo a busca por heranças do passado ainda presentes no território baiano. Segundo Manoel Figueiredo Castro[12], na Apresentação do IPAC-BA Volume II:

> Este enorme esforço coloca a Bahia numa posição ímpar em relação aos demais Estados, no que se refere ao conhecimento sistemático e preservação de seu patrimônio cultural em significativos reflexos no aproveitamento do potencial turístico de que é dotada. (CASTRO, 1982, apud SIC, 1982, p. 7)

Na Bahia, havia forte fomento à atividade turística[13], como um dos principais motores de sua economia, pois, segundo a própria SIC, o turismo possuía "no patrimônio e nas manifestações culturais de seu povo o seu maior atrativo" (1982, p.

[12] Foi secretário da Indústria e Comércio da Bahia, de 1979 a 1983.

[13] A atividade turística ligava-se à Secretaria de Indústria e Comércio, através da Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa), a partir de 1971. Desde 2015, o turismo desvinculou-se dessa Secretaria, a partir da criação da Secretaria de Turismo (SETUR).

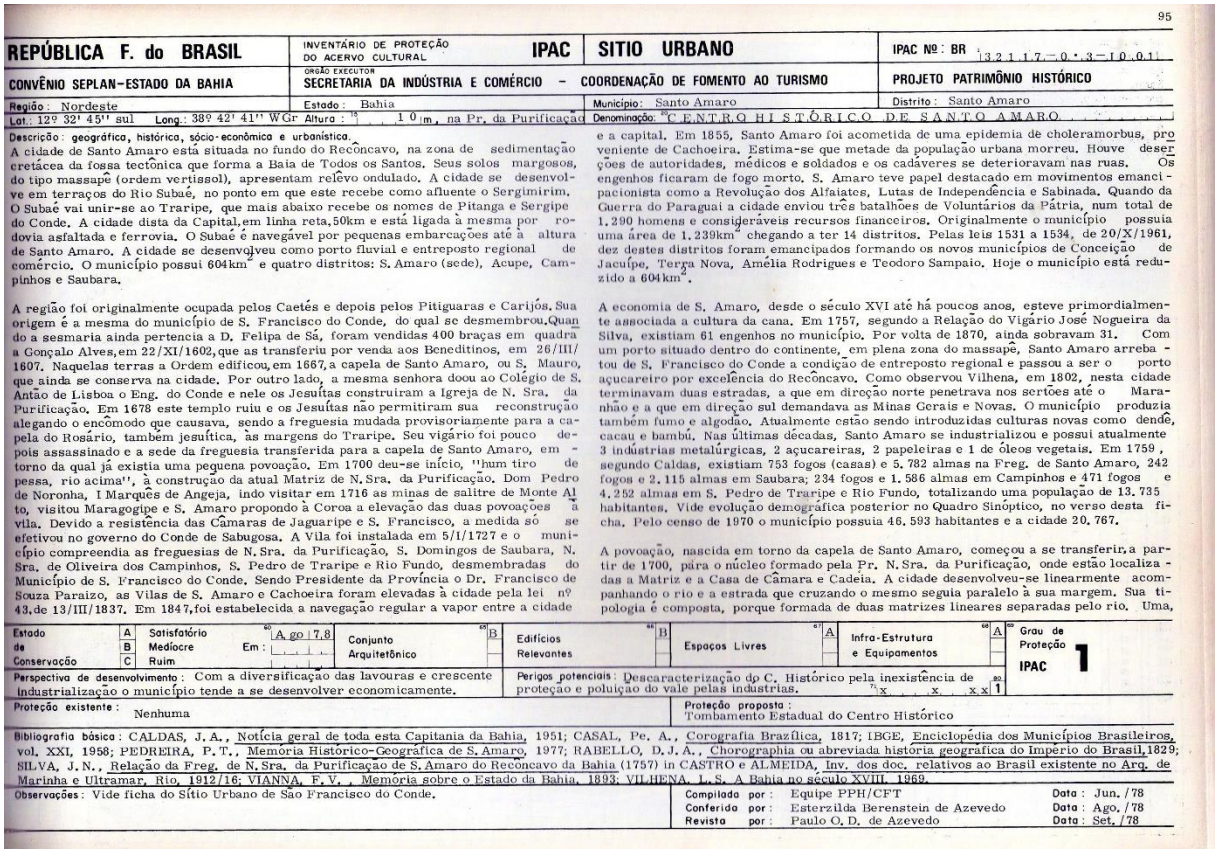
7). A Secretaria, além de promover a realização do IPAC, também buscava, naquele período, realizar a manutenção e restauração de seu patrimônio cultural.

Apesar de a iniciativa do inventário partir da SIC, junto a ela também estavam outros órgãos que se interessavam pelo reconhecimento da identidade cultural de seu estado, como o Conselho Estadual de Cultura, o Instituto de Patrimônio e Cultura da Bahia e a Fundação Cultural do Estado da Bahia. Também contou com recursos de esfera federal, através do Programa Cidades Históricas do Nordeste.

O primeiro volume do IPAC foi publicado em 1973, com um levantamento minucioso em Salvador, posteriormente, foram lançados outros volumes, que inventariavam as regiões do Recôncavo, Serra Geral, Diamantina e Litoral Sul. O IPAC-BA configurava-se não apenas como um inventário científico, em que há uma extensa lista de bens e de suas características, mas sim, como um inventário de proteção, reunindo bens tombados e, principalmente, bens ameaçados ou em estado de deterioração.

Esse inventário consiste na reunião de fichas, que registraram duas tipologias: os monumentos e os sítios urbanos, sendo que, para cada tipologia há um tipo de ficha. As fichas são divididas em duas partes, de modo que na parte frontal são encontradas as informações fundamentais e no verso da ficha, as informações complementares.

Dado o enfoque desta pesquisa para as questões que remetem à dimensão urbana do patrimônio cultural, é apresentada uma ficha de identificação de sítio urbano, a fim de compreender como foi identificado um conjunto urbano, que foge das práticas recorrentes da identificação do monumento e dos bens isolados de seu ambiente urbano (Figuras 1 a 3, que podem ser vistas, também, no Anexo 1).



95

REPÚBLICA F. do BRASIL | INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL **IPAC** | **SITIO URBANO** | IPAC Nº: BR 13.2.1.1.7.-0.3-10.0.11

CONVÊNIO SEPLAN-ESTADO DA BAHIA | ÓRGÃO EXECUTOR: SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - COORDENAÇÃO DE FOMENTO AO TURISMO | PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Região: Nordeste | Estado: Bahia | Município: Santo Amaro | Distrito: Santo Amaro

Lat.: 12º 32' 45'' sul Long.: 38º 42' 41'' WGr Altura: 10 m, na Pr. da Purificação | Denominação: CENTRO HISTÓRICO DE SANTO AMARO

Descrição: geográfica, histórica, sócio-econômica e urbanística.

A cidade de Santo Amaro está situada no fundo do Recôncavo, na zona de sedimentação cretácea da fossa tectônica que forma a Baia de Todos os Santos. Seus solos margosos, do tipo massapê (ordem vertissol), apresentam relêvo ondulado. A cidade se desenvolve em terraços do Rio Subaé, no ponto em que este recebe como afluente o Sergimirim. O Subaé vai unir-se ao Traripe, que mais abaixo recebe os nomes de Pitanga e Sergipe do Conde. A cidade dista da Capital, em linha reta, 50km e está ligada à mesma por rodovia asfaltada e ferrovia. O Subaé é navegável por pequenas embarcações até à altura de Santo Amaro. A cidade se desenvolveu como porto fluvial e entreposto regional de comércio. O município possui 604km² e quatro distritos: S. Amaro (sede), Acupe, Campinhos e Saubara.

A região foi originalmente ocupada pelos Caetés e depois pelos Pitiguaras e Carijós. Sua origem é a mesma do município de S. Francisco do Conde, do qual se desmembrou. Quando a sesmaria ainda pertencia a D. Felipa de Sá, foram vendidas 400 braças em quadra a Gonçalo Alves, em 22/XI/1602, que as transferiu por venda aos Beneditinos, em 26/III/1607. Naquelas terras a Ordem edificou, em 1667, a capela de Santo Amaro, ou S. Mauro, que ainda se conserva na cidade. Por outro lado, a mesma senhora doou ao Colégio de S. Antão de Lisboa o Eng. do Conde e nele os Jesuítas construiram a Igreja de N. Sra. da Purificação. Em 1678 este templo ruiu e os Jesuítas não permitiram sua reconstrução alegando o encômodo que causava, sendo a freguesia mudada provisoriamente para a capela do Rosário, também jesuítica, às margens do Traripe. Seu vigário foi pouco depois assassinado e a sede da freguesia transferida para a capela de Santo Amaro, em torno da qual já existia uma pequena povoação. Em 1700 deu-se início, "hum tiro de pessa, rio acima", à construção da atual Matriz de N. Sra. da Purificação. Dom Pedro de Noronha, I Marquês de Angeja, indo visitar em 1716 as minas de salitre de Monte Alto, visitou Maragogipe e S. Amaro propondo à Coroa a elevação das duas povoações à vila. Devido a resistência das Câmaras de Jaguaripe e S. Francisco, a medida só se efetivou no governo do Conde de Sabugosa. A Vila foi instalada em 5/1/1727 e o município compreendia as freguesias de N. Sra. da Purificação, S. Domingos de Saubara, N. Sra. de Oliveira dos Campinhos, S. Pedro de Traripe e Rio Fundo, desmembradas do Município de S. Francisco do Conde. Sendo Presidente da Província o Dr. Francisco de Souza Paraizo, as Vilas de S. Amaro e Cachoeira foram elevadas à cidade pela lei nº 43, de 13/III/1837. Em 1847, foi estabelecida a navegação regular a vapor entre a cidade e a capital. Em 1855, Santo Amaro foi acometida de uma epidemia de choleramorbus, proveniente de Cachoeira. Estima-se que metade da população urbana morreu. Houve deserções de autoridades, médicos e soldados e os cadáveres se deterioravam nas ruas. Os engenhos ficaram de fogo morto. S. Amaro teve papel destacado em movimentos emancipacionista como a Revolução dos Alfaiates, Lutas de Independência e Sabinada. Quando da Guerra do Paraguai a cidade enviou três batalhões de Voluntários da Pátria, num total de 1.290 homens e consideráveis recursos financeiros. Originalmente o município possuia uma área de 1.239km² chegando a ter 14 distritos. Pelas leis 1531 a 1534, de 20/X/1961, dez destes distritos foram emancipados formando os novos municípios de Conceição de Jacuípe, Terra Nova, Amélia Rodrigues e Teodoro Sampaio. Hoje o município está reduzido a 604km².

A economia de S. Amaro, desde o século XVI até há poucos anos, esteve primordialmente associada a cultura da cana. Em 1757, segundo a Relação do Vigário José Nogueira da Silva, existiam 61 engenhos no município. Por volta de 1870, ainda sobravam 31. Com um porto situado dentro do continente, em plena zona do massapê, Santo Amaro arrebatou de S. Francisco do Conde a condição de entreposto regional e passou a ser o porto açucareiro por excelência do Recôncavo. Como observou Vilhena, em 1802, nesta cidade terminavam duas estradas, a que em direção norte penetrava nos sertões até o Maranhão e a que em direção sul demandava as Minas Gerais e Novas. O município produzia também fumo e algodão. Atualmente estão sendo introduzidas culturas novas como dendê, cacau e bambú. Nas últimas décadas, Santo Amaro se industrializou e possui atualmente 3 indústrias metalúrgicas, 2 açucareiras, 2 papeleiras e 1 de óleos vegetais. Em 1759, segundo Caldas, existiam 753 fogos (casas) e 5.782 almas na Freg. de Santo Amaro, 242 fogos e 2.115 almas em Saubara; 234 fogos e 1.586 almas em Campinhos e 471 fogos e 4.252 almas em S. Pedro de Traripe e Rio Fundo, totalizando uma população de 13.735 habitantes. Vide evolução demográfica posterior no Quadro Sinóptico, no verso desta ficha. Pelo censo de 1970 o município possuia 46.593 habitantes e a cidade 20.767.

A povoação, nascida em torno da capela de Santo Amaro, começou a se transferir, a partir de 1700, para o núcleo formado pela Pr. N. Sra. da Purificação, onde estão localizadas a Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia. A cidade desenvolveu-se linearmente acompanhando o rio e a estrada que cruzando o mesmo seguia paralelo à sua margem. Sua tipologia é composta, porque formada de duas matrizes lineares separadas pelo rio. Uma,

Estado de Conservação			Em:	Conjunto Arquitetônico	Edifícios Relevantes	Espaços Livres	Infra-Estrutura e Equipamentos	Grau de Proteção
	A	Satisfatório	A go	7,8	B	B	A	A	IPAC 1
	B	Mediocre							
	C	Ruim							

Perspectiva de desenvolvimento: Com a diversificação das lavouras e crescente industrialização o município tende a se desenvolver economicamente.

Perigos potenciais: Descaracterização do C. Histórico pela inexistência de proteção e poluição do vale pelas indústrias. x x x x 1

Proteção existente: Nenhuma

Proteção proposta: Tombamento Estadual do Centro Histórico

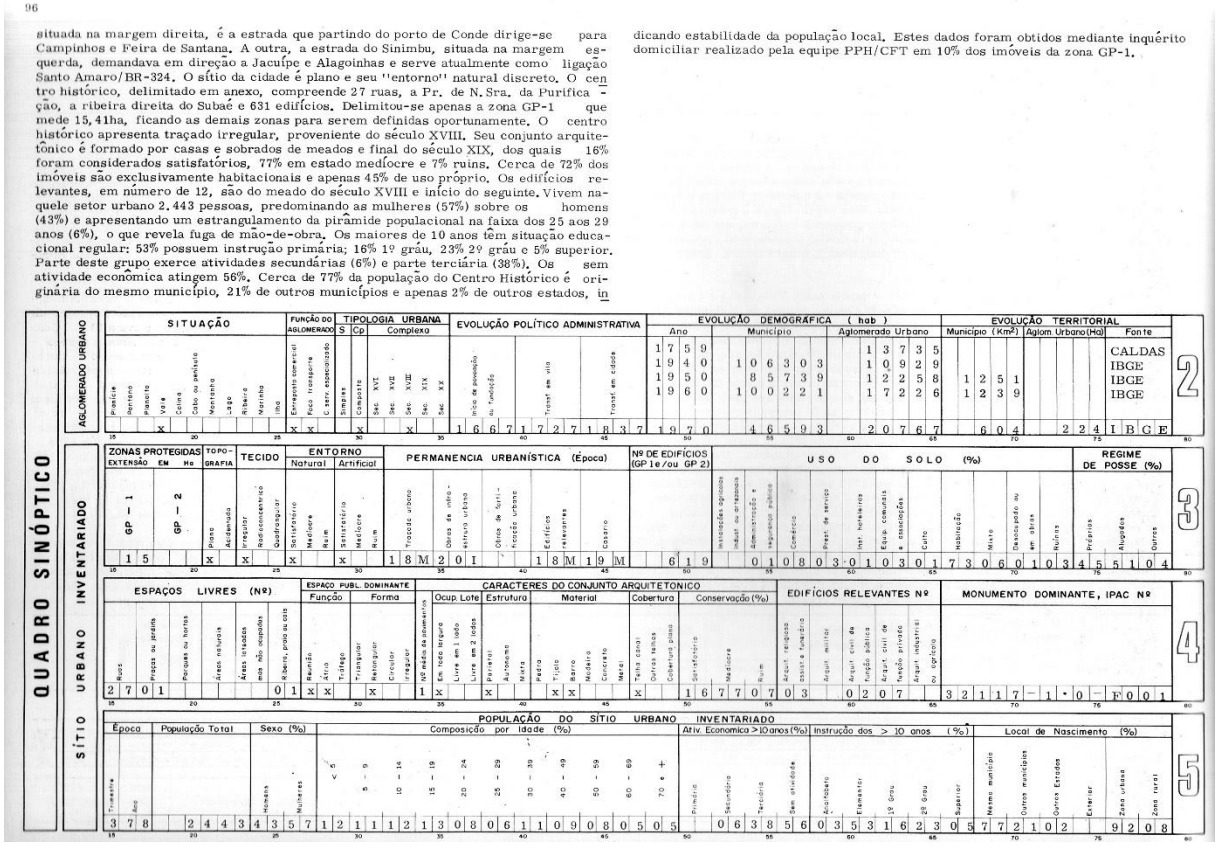
Bibliografia básica: CALDAS, J. A., Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia, 1951; CASAL, Pe. A., Corografia Brazílica, 1817; IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXI, 1958; PEDREIRA, P. T., Memória Histórico-Geográfica de S. Amaro, 1977; RABELLO, D. J. A., Chorographia ou abreviada história geográfica do Império do Brasil, 1829; SILVA, J. N., Relação da Freg. de N. Sra. da Purificação de S. Amaro do Recôncavo da Bahia (1757) in CASTRO e ALMEIDA, Inv. dos doc. relativos ao Brasil existente no Arq. de Marinha e Ultramar, Rio, 1912/16; VIANNA, F. V., Memória sobre o Estado da Bahia, 1893; VILHENA, L. S. A Bahia no século XVIII, 1969.

Observações: Vide ficha do Sítio Urbano de São Francisco do Conde.

Compilada	por:	Equipe PPH/CFT	Data: Jun./78
Conferida	por:	Esterzilda Berenstein de Azevedo	Data: Ago./78
Revista	por:	Paulo O. D. de Azevedo	Data: Set./78

Figura 1: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente). Fonte: SIC, 1982.

A ficha apresentada na Figura 1 identifica o Centro Histórico de Santo Amaro. Relata uma descrição abrangente da área, com dados socioeconômicos, históricos, geográficos e até mesmo urbanísticos, também informa sobre o estado de conservação, tanto dos bens edificados quanto do ambiente urbano. Outra categoria importante presente nessa ficha é a perspectiva de desenvolvimento, que dá uma diretriz da vocação econômica da região e os perigos potenciais que esse desenvolvimento pode acarretar.



96

situada na margem direita, é a estrada que partindo do porto de Conde dirige-se para Campinhos e Feira de Santana. A outra, a estrada do Sinimbu, situada na margem esquerda, demandava em direção a Jacuípe e Alagoinhas e serve atualmente como ligação Santo Amaro/BR-324. O sítio da cidade é plano e seu "entorno" natural discreto. O centro histórico, delimitado em anexo, compreende 27 ruas, a Pr. de N.Sra. da Purificação, a ribeira direita do Subaé e 631 edifícios. Delimitou-se apenas a zona GP-1 que mede 15,41ha, ficando as demais zonas para serem definidas oportunamente. O centro histórico apresenta traçado irregular, proveniente do século XVIII. Seu conjunto arquitetônico é formado por casas e sobrados de meados e final do século XIX, dos quais 16% foram considerados satisfatórios, 77% em estado medíocre e 7% ruins. Cerca de 72% dos imóveis são exclusivamente habitacionais e apenas 45% de uso próprio. Os edifícios relevantes, em número de 12, são do meado do século XVIII e início do seguinte. Vivem naquele setor urbano 2.443 pessoas, predominando as mulheres (57%) sobre os homens (43%) e apresentando um estrangulamento da pirâmide populacional na faixa dos 25 aos 29 anos (6%), o que revela fuga de mão-de-obra. Os maiores de 10 anos têm situação educacional regular: 53% possuem instrução primária; 16% 1º grau, 23% 2º grau e 5% superior. Parte deste grupo exerce atividades secundárias (6%) e parte terciária (38%). Os sem atividade econômica atingem 56%. Cerca de 77% da população do Centro Histórico é originária do mesmo município, 21% de outros municípios e apenas 2% de outros estados, indicando estabilidade da população local. Estes dados foram obtidos mediante inquérito domiciliar realizado pela equipe PPH/CFT em 10% dos imóveis da zona GP-1.

QUADRO SINÓPTICO

AGLOMERADO URBANO

SÍTIO URBANO INVENTARIADO

Figura 2: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (verso). Fonte: SIC, 1982.

Na Figura 2 são apresentadas características do espaço urbano inventariado, sistematizadas em um quadro sinóptico que mostra as informações presentes descrição de forma resumida e de fácil visualização. Percebe-se nas informações presentes nas fichas a preocupação em mostrar o território do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico, social e até mesmo político.

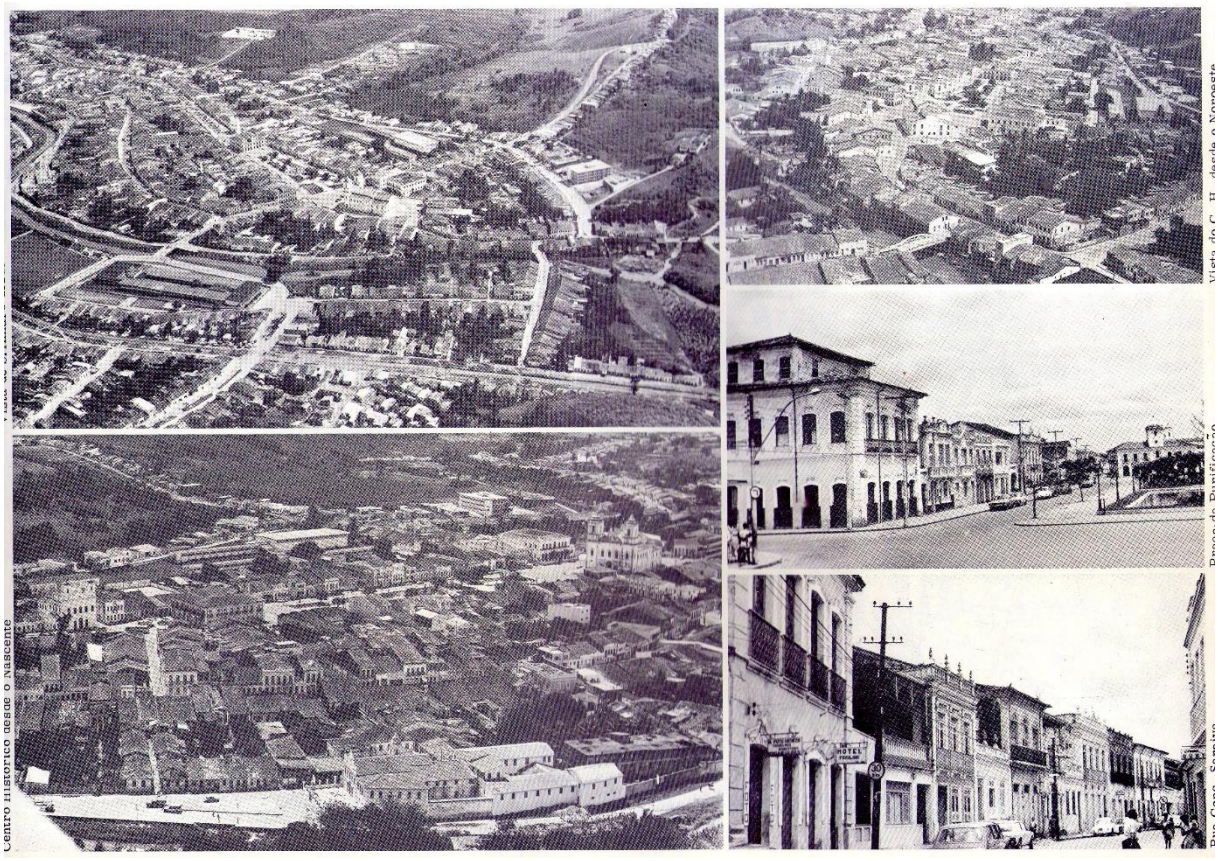


Figura 3: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (fotos). Fonte: SIC, 1982.

Também são apresentadas imagens que representam o sítio urbano identificado, documentando, assim, o conjunto, de forma que possa ser transmitida às próximas gerações as imagens desses sítios urbanos que, até aquele momento, ainda não haviam sido protegidas pelo órgão de preservação do patrimônio cultural, seja ele de esfera municipal, estadual ou até mesmo federal.

Para Vieira, Oliveira e Souza (2012, p. 9):

> É importante entender o valor destas iniciativas como pioneiras na tentativa de uniformização de métodos e critérios para o inventario de bens culturais, no Brasil, além de preconizarem a necessidades de instrumentos auxiliares a preservação do patrimônio cultural. Também teve êxito no registro dos bens de preservação desejável de forma a torná-los de conhecimento utilizável em prazo rápido, subsidiando ações de proteção, sem, contudo ter a pretensão de esgotar o conhecimento dos bens.

Dessa forma, o IPAC-BA, além de ser uma iniciativa pioneira no Brasil, em relação à sistematização do levantamento do patrimônio cultural de uma região, comportava-se como um instrumento de auxílio aos demais setores de desenvolvimento urbano e como modelo de inventariação para outros inventários em diferentes regiões do Brasil.

1.2.2. Preservação e renovação urbana: o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC)

O IGEPAC foi selecionado para ser analisado nessa pesquisa por ser um inventário que inova no conceito utilizado em sua concepção: o patrimônio ambiental urbano, além de possuir o objetivo de se constituir como um instrumento de identificação do patrimônio cultural e de fornecer subsídios para as políticas de planejamento da cidade de São Paulo.

Os estudos iniciais que, posteriormente, dariam origem ao Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC), foram realizados dentro Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH), criada em 1975, mas que só teve seu corpo técnico estabelecido em 1977. A realização desse inventário possuía a ideia de uma inventariação sistemática, para todo o município de São Paulo.

A elaboração do IGEPAC também tinha como objetivo fornecer subsídios para as políticas urbanas, não se configurando apenas como uma catalogação de bens. Entretanto, não foi possível a integração dos campos da preservação e do planejamento e, para que as áreas de patrimônio fossem protegidas, via-se a necessidade da criação de um órgão municipal de proteção, que seria subsidiado pelos estudos do DPH, mas que conseguiria efetivar a proteção através do tombamento dessas áreas (SANTANA, 2017, p. 13).

A necessidade de se realizar um inventário para a cidade de São Paulo dava-se diante das transformações das obras do metrô, na Zona Leste, ameaçando o patrimônio existente nas chamadas Z8-200, que eram áreas de interesse cultural dentro da legislação de zoneamento daquele momento. Essas zonas foram uma das primeiras medidas de proteção do patrimônio cultural em São Paulo, por iniciativa do planejamento urbano, dentro da Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP).

O primeiro inventário realizado pelo DPH foi contratado pela Cia de Metrô, para o levantamento dos bens culturais existentes na região do Metrô Leste, a chamada ZML-I. Esse inventário tinha por objetivo:

> Para atendimento da solicitação inicial deste estudo procuramos desenvolver um trabalho de pesquisa e levantamento para a obtenção de elementos que permitam:
>
> 1º - a análise e avaliação das causas das transformações desta herança ambiental e arquitetônica;
>
> 2º - análise e avaliação de seus valores atuais;
>
> 3º - estabelecimento de diretrizes para a criação de normas de preservação dos bens considerados culturalmente significativos na área em estudo.
>
> (Patrimônio Ambiental Zona Leste do Metrô, 1978, apud Baffi, 2006, p. 170).

O primeiro IGEPAC só foi publicado em 1983, tendo como conceito base para sua elaboração o de patrimônio ambiental urbano. Segundo a equipe (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1986, p. 9):

> O IGEPAC não se configura apenas como classificador de bens, mas também é sua função tornar evidente, através de propostas de preservação, as várias etapas e formas de inscrição da evolução urbana de São Paulo, passíveis de serem reintegradas formal e funcionalmente na paisagem urbana.

Também fazia parte dos objetivos desse inventário anteceder a elaboração dos trabalhos realizados dentro do planejamento urbano, a fim de contribuir com o reconhecimento das potencialidades dos lugares que receberiam as intervenções, conciliando transformações e permanências.

Diferentemente do que se tinha em Salvador, em São Paulo, poucos eram os edifícios do período colonial, o que levava à compreensão do patrimônio ambiental urbano a partir da investigação do que ainda se fazia presente na malha urbana, não apenas do ponto de vista das edificações, como também da própria paisagem e da ambiência dos bens.

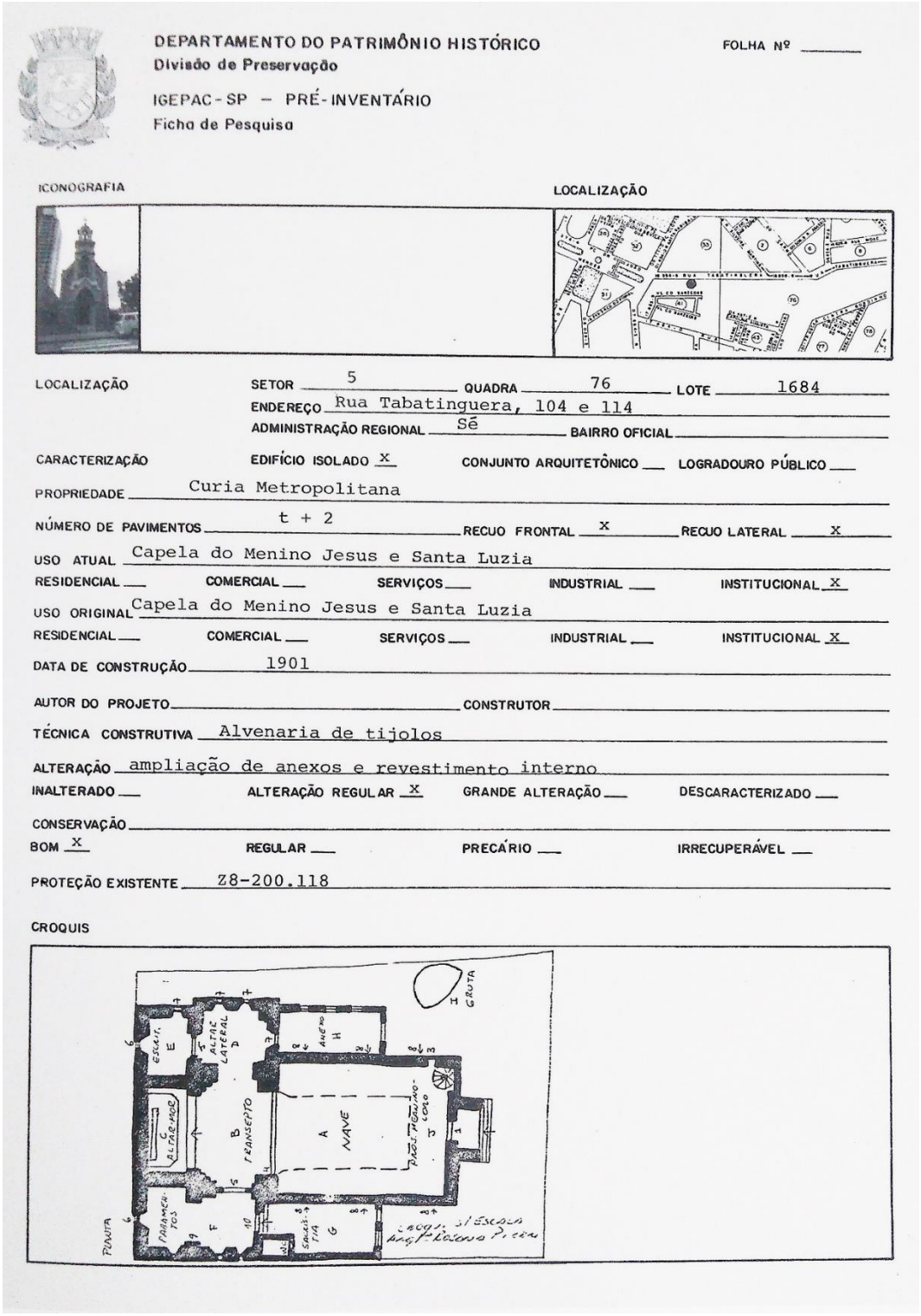
A metodologia desse inventário foi dividida em duas etapas:

- 1ª etapa: constituiu-se pelo estudo dos bairros, das manchas urbanas que eram significativas de proteção. Dentro desse escopo principal, buscava-se identificar a evolução urbana da área, as legislações urbanas, os aspectos socioeconômicos. As informações coletadas eram registradas em mapas, relatórios e fichas.

- 2ª etapa: constituiu-se pela pesquisa de campo, em que eram obtidas imagens do que existia nas manchas urbanas: tipologias, paisagens, equipamentos, referências visuais.

Após as duas etapas, as informações eram reunidas em fichas (Figuras 4 a 6). As tipologias levantadas eram caracterizadas como edifício isolado, conjunto arquitetônico e logradouro público. Apesar da categoria edifício isolado, havia a preocupação com o entorno do bem, localizando-o em um mapa que mostra sua inserção urbana, um campo na ficha para descrição da ambiência do bem e croquis que registravam a paisagem e ambiência nos levantamentos de campo.

A Figura 4 ilustra a ficha de identificação do IGEPAC, que categoriza os bens em edifício isolado, conjunto arquitetônico e logradouro público. Também estão presentes categorias que remetem à materialidade dos bens, como gabaritos, usos, estado de conservação, características arquitetônicas, entre outras.



DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Divisão de Preservação
IGEPAC - SP – PRÉ - INVENTÁRIO
Ficha de Pesquisa

FOLHA Nº _____

ICONOGRAFIA

LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO SETOR 5 QUADRA 76 LOTE 1684
ENDEREÇO Rua Tabatinguera, 104 e 114
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL Sé BAIRRO OFICIAL

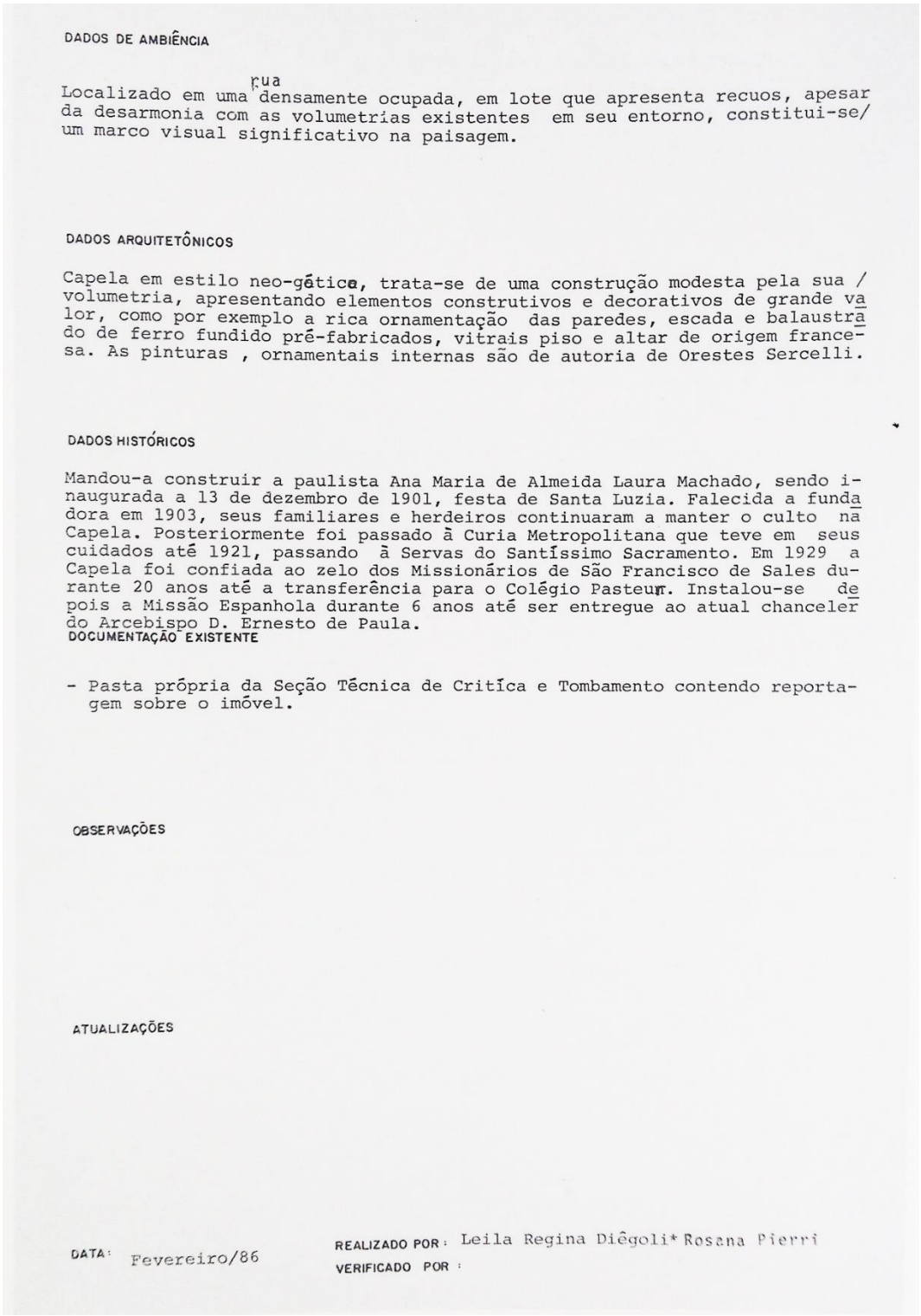
CARACTERIZAÇÃO EDIFÍCIO ISOLADO x CONJUNTO ARQUITETÔNICO ___ LOGRADOURO PÚBLICO ___
PROPRIEDADE Curia Metropolitana
NÚMERO DE PAVIMENTOS t + 2 RECUO FRONTAL x RECUO LATERAL x
USO ATUAL Capela do Menino Jesus e Santa Luzia
RESIDENCIAL ___ COMERCIAL ___ SERVIÇOS ___ INDUSTRIAL ___ INSTITUCIONAL x
USO ORIGINAL Capela do Menino Jesus e Santa Luzia
RESIDENCIAL ___ COMERCIAL ___ SERVIÇOS ___ INDUSTRIAL ___ INSTITUCIONAL x
DATA DE CONSTRUÇÃO 1901
AUTOR DO PROJETO ___ CONSTRUTOR ___
TÉCNICA CONSTRUTIVA Alvenaria de tijolos
ALTERAÇÃO ampliação de anexos e revestimento interno
INALTERADO ___ ALTERAÇÃO REGULAR x GRANDE ALTERAÇÃO ___ DESCARACTERIZADO ___
CONSERVAÇÃO
BOM x REGULAR ___ PRECÁRIO ___ IRRECUPERÁVEL ___
PROTEÇÃO EXISTENTE Z8-200.118

CROQUIS

Figura 4: Ficha do IGEPAC da Liberdade (frente). Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

A Figura 5, a seguir, apresenta dados complementares, como dados históricos, arquitetônicos e a preocupação com o ambiente urbano é apresentada em "Dados de Ambiência", que descreve o entorno do bem identificado. Essa preocupação também

pode ser vista na Figura 6, que mostra um croqui da paisagem, evidenciando, assim, as transformações ocorridas no entorno.



DADOS DE AMBIÊNCIA

Localizado em uma rua densamente ocupada, em lote que apresenta recuos, apesar da desarmonia com as volumetrias existentes em seu entorno, constitui-se/ um marco visual significativo na paisagem.

DADOS ARQUITETÔNICOS

Capela em estilo neo-gótica, trata-se de uma construção modesta pela sua / volumetria, apresentando elementos construtivos e decorativos de grande valor, como por exemplo a rica ornamentação das paredes, escada e balaustrado de ferro fundido pré-fabricados, vitrais piso e altar de origem francesa. As pinturas , ornamentais internas são de autoria de Orestes Sercelli.

DADOS HISTÓRICOS

Mandou-a construir a paulista Ana Maria de Almeida Laura Machado, sendo inaugurada a 13 de dezembro de 1901, festa de Santa Luzia. Falecida a fundadora em 1903, seus familiares e herdeiros continuaram a manter o culto na Capela. Posteriormente foi passado à Curia Metropolitana que teve em seus cuidados até 1921, passando à Servas do Santíssimo Sacramento. Em 1929 a Capela foi confiada ao zelo dos Missionários de São Francisco de Sales durante 20 anos até a transferência para o Colégio Pasteur. Instalou-se depois a Missão Espanhola durante 6 anos até ser entregue ao atual chanceler do Arcebispo D. Ernesto de Paula.

DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE

- Pasta própria da Seção Técnica de Crítica e Tombamento contendo reportagem sobre o imóvel.

OBSERVAÇÕES

ATUALIZAÇÕES

DATA: Fevereiro/86

REALIZADO POR: Leila Regina Diêgoli* Rosana Pierri

VERIFICADO POR :

Figura 5: Ficha do IGEPAC da Liberdade (frente). Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

Figura 6: Croqui de levantamento de campo. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

1.2.3. Patrimônio material e imaterial: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) será analisado por trazer como novidade as referências, ou seja, a identificação de bens e de sítios considerando os bens edificados ou o ambiente urbano carregados de valores imateriais, que conferem, assim, a identidade do bem e a sua apropriação pela população.

A metodologia do INRC foi desenvolvida pelo IPHAN, a fim de valorizar os bens tanto pelos seus valores materiais quanto imateriais. O INRC tem como premissa a valoração dos bens a partir de sua representatividade para os diversos grupos sociais, que podem ser levados a estudos mais aprofundados a fim de serem registrados. Surge a partir da experiência do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), de 1975 a 1979 e sua forma se consolidou em 1999 (SANT'ANNA, 2016, p. 64).

Nessa metodologia de inventário são reconhecidos tanto bens culturais materiais quanto imateriais, que podem ser indicados ao tombamento/registro ou não. São organizados em cinco categorias: celebrações, formas de expressão, ofícios e modo de fazer, edificações e lugares. Seu trabalho é orientado a partir de dois objetivos principais:

> 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade;
>
> 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação (IPHAN, 2000).

A metodologia, fichas de inventário a serem utilizadas e todas as informações necessárias para a aplicação do INRC estão descritas no *Manual de Aplicação* do INRC, que foi desenvolvido pelo IPHAN, em 2000. O processo de trabalho é dividido em três etapas:

1. Levantamento preliminar: determinação do sítio a ser realizado o levantamento, a identificação das localidades existentes dentro dele e o que há ali de referência para a população, tanto bens materiais quanto significados, manifestações, saberes.
2. Identificação: são realizadas entrevistas e aplicados questionários com a população, para identificar o que há de significativo e representativo no sítio escolhido, com a sistematização posterior das informações em fichas.
3. Documentação: essa etapa exige formação específica, sendo realizada, principalmente, pelos técnicos do patrimônio, são desenvolvidos nesta etapa os estudo técnicos dos bens inventariados.

No Anexo 2 estão fichas preenchidas de um INRC realizado em Utinga, na Bahia, que identificaram dentro da categoria "Ofícios e Modos de Fazer" o ofício de um pedreiro.

As Figuras 7 a 10 são as fichas de identificação dos sítios, que podem ser vistas, também, no Anexo 3:

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **SÍTIO**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

Especificar a localização do sítio a ser inventariado, detalhando até o nível que seja relevante para o caso considerado. Se o sítio incluir mais de uma unidade administrativa, relacionar todas, iniciando pela que abranger a maior parte da área considerada e listando as demais em ordem alfabética.

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		DENOMINAÇÃO OFICIAL
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Relacionar todas as demais por ordem alfabética.
ESTADO		
MUNICÍPIO		
DISTRITO OU SUBDISTRITO		
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Relacionar em ordem alfabética as localidades em que o sítio foi subdividido para efeitos deste inventário.
	NO ENTORNO	Relacionar em ordem alfabética as localidades inventariadas que se situam fora dos limites do sítio.

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Inserir fotos emblemáticas do sítio, incluindo pelo menos uma vista geral, um registro de cada um do(s) ponto(s) focal(is) ou detalhes mais significativos mencionados no resumo. Numerar cada foto (foto 1, 2, etc.), acrescentar legenda descritiva e código de localização, seguindo o padrão do *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
Indicar número de bens inventariados nas várias categorias e resumir as suas principais características.

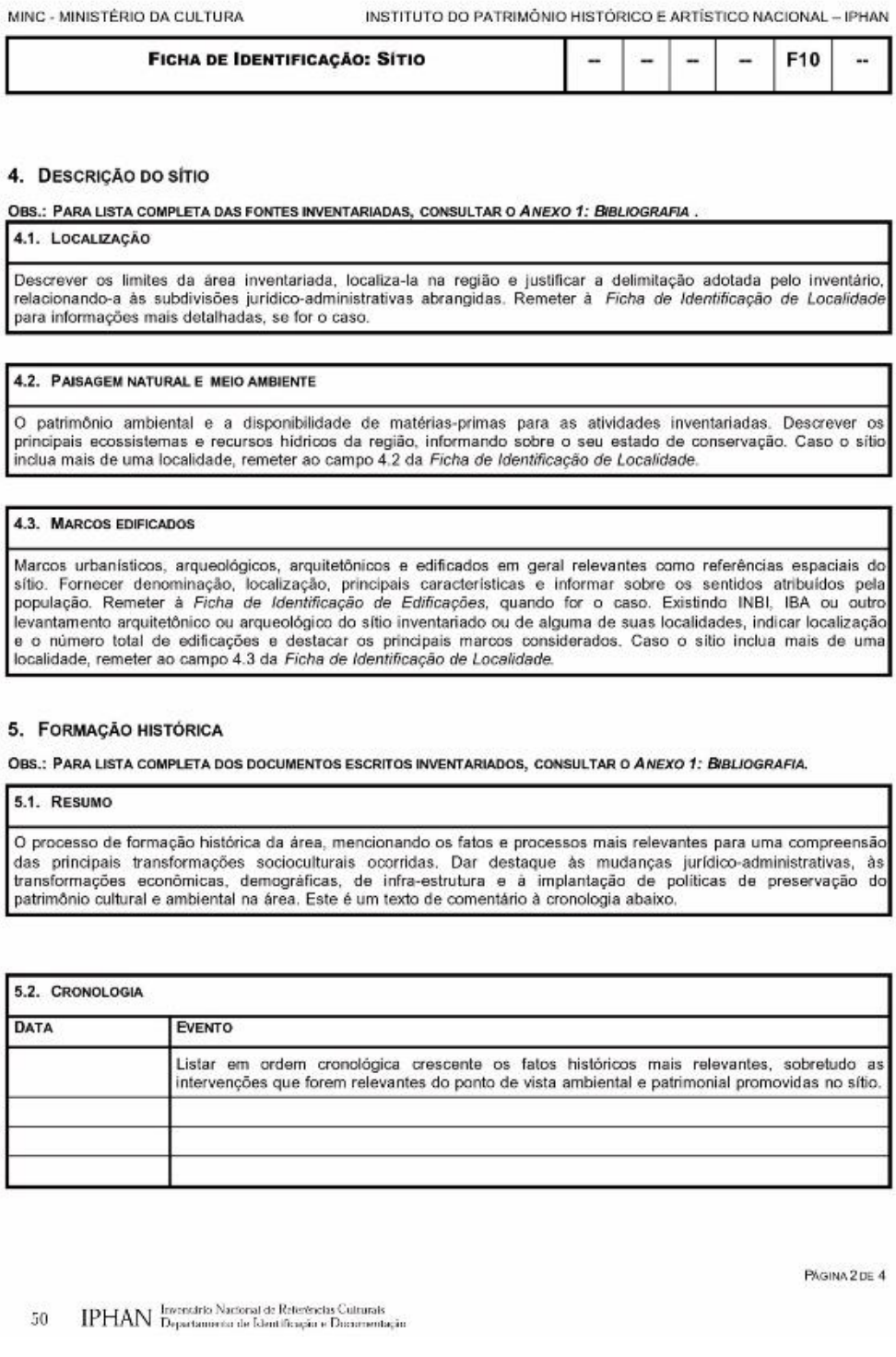
PÁGINA 1 DE 4

IPHAN Inventário Nacional de Referências Culturais Departamento de Identificação e Documentação 49

Figura 7: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

As fichas de identificação do INRC possuem categorias detalhadas para a identificação dos bens, além de fornecerem as instruções para o seu preenchimento. Vê-se que uma das categorias de identificação apresenta as "referências culturais",

que é a identificação do valor cultural de cada um dos bens levantados e que se fazem presentes em determinado sítio.



MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO

Descrever os limites da área inventariada, localiza-la na região e justificar a delimitação adotada pelo inventário, relacionando-a às subdivisões jurídico-administrativas abrangidas. Remeter à *Ficha de Identificação de Localidade* para informações mais detalhadas, se for o caso.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O patrimônio ambiental e a disponibilidade de matérias-primas para as atividades inventariadas. Descrever os principais ecossistemas e recursos hídricos da região, informando sobre o seu estado de conservação. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter ao campo 4.2 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Marcos urbanísticos, arqueológicos, arquitetônicos e edificados em geral relevantes como referências espaciais do sítio. Fornecer denominação, localização, principais características e informar sobre os sentidos atribuídos pela população. Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações*, quando for o caso. Existindo INBI, IBA ou outro levantamento arquitetônico ou arqueológico do sítio inventariado ou de alguma de suas localidades, indicar localização e o número total de edificações e destacar os principais marcos considerados. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter ao campo 4.3 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

O processo de formação histórica da área, mencionando os fatos e processos mais relevantes para uma compreensão das principais transformações socioculturais ocorridas. Dar destaque às mudanças jurídico-administrativas, às transformações econômicas, demográficas, de infra-estrutura e à implantação de políticas de preservação do patrimônio cultural e ambiental na área. Este é um texto de comentário à cronologia abaixo.

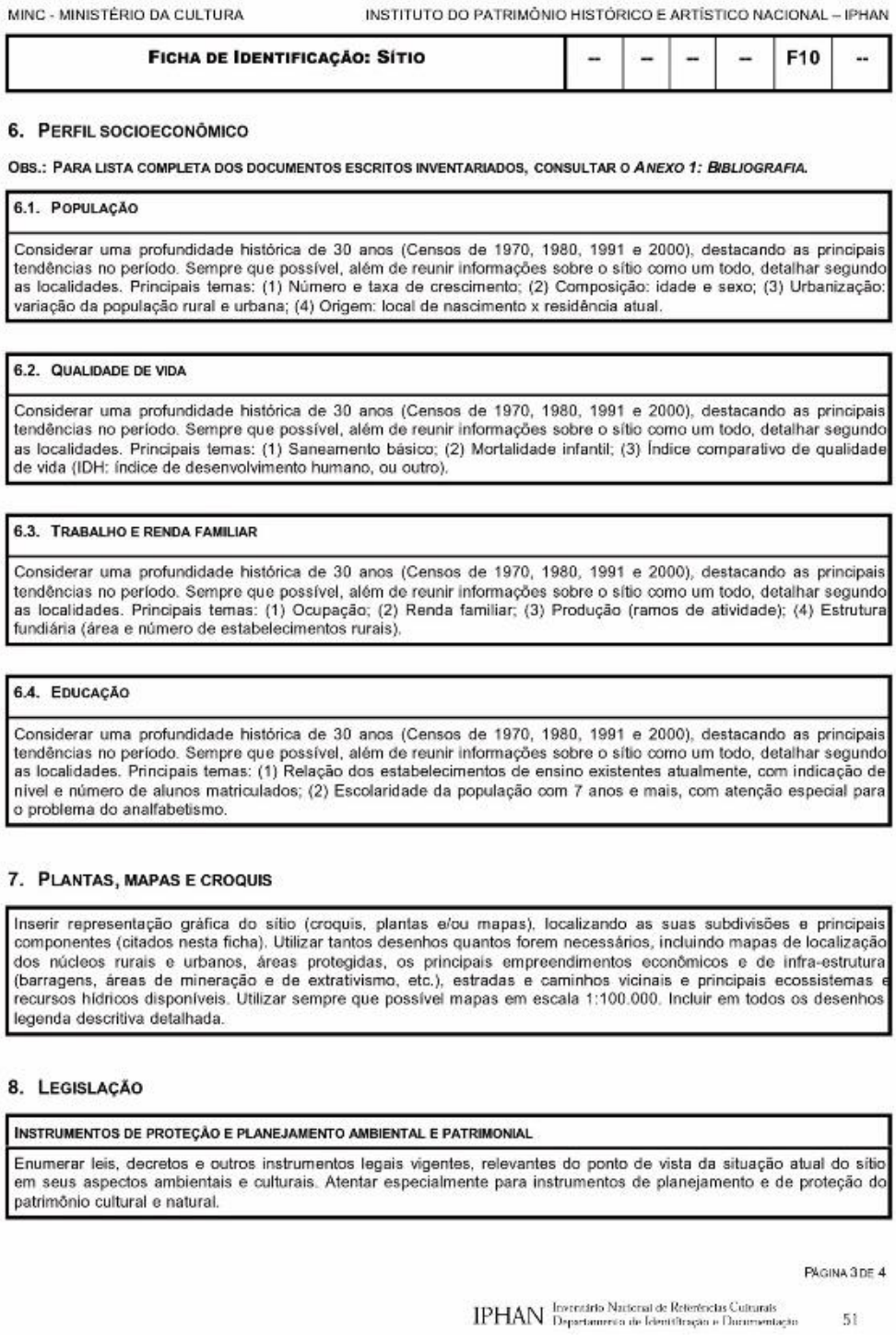
5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
	Listar em ordem cronológica crescente os fatos históricos mais relevantes, sobretudo as intervenções que forem relevantes do ponto de vista ambiental e patrimonial promovidas no sítio.

PÁGINA 2 DE 4

50 IPHAN Inventário Nacional de Referências Culturais Departamento de Identificação e Documentação

Figura 8: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.



MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	–	–	–	–	F10	--

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.*

6.1. POPULAÇÃO
Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Número e taxa de crescimento; (2) Composição: idade e sexo; (3) Urbanização: variação da população rural e urbana; (4) Origem: local de nascimento x residência atual.

6.2. QUALIDADE DE VIDA
Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Saneamento básico; (2) Mortalidade infantil; (3) Índice comparativo de qualidade de vida (IDH: índice de desenvolvimento humano, ou outro).

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR
Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Ocupação; (2) Renda familiar; (3) Produção (ramos de atividade); (4) Estrutura fundiária (área e número de estabelecimentos rurais).

6.4. EDUCAÇÃO
Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Relação dos estabelecimentos de ensino existentes atualmente, com indicação de nível e número de alunos matriculados; (2) Escolaridade da população com 7 anos e mais, com atenção especial para o problema do analfabetismo.

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Inserir representação gráfica do sítio (croquis, plantas e/ou mapas), localizando as suas subdivisões e principais componentes (citados nesta ficha). Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários, incluindo mapas de localização dos núcleos rurais e urbanos, áreas protegidas, os principais empreendimentos econômicos e de infra-estrutura (barragens, áreas de mineração e de extrativismo, etc.), estradas e caminhos vicinais e principais ecossistemas e recursos hídricos disponíveis. Utilizar sempre que possível mapas em escala 1:100.000. Incluir em todos os desenhos legenda descritiva detalhada.

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL
Enumerar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes, relevantes do ponto de vista da situação atual do sítio em seus aspectos ambientais e culturais. Atentar especialmente para instrumentos de planejamento e de proteção do patrimônio cultural e natural.

PÁGINA 3 DE 4

IPHAN Inventário Nacional de Referências Culturais Departamento de Identificação e Documentação 51

Figura 9: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

Como se trata da identificação do sítio, há a preocupação nas fichas com a identificação do perfil socioeconômico da população, com informações como taxa de crescimento, qualidade de vida, renda familiar e educação.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	–	–	–	–	F10	--

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Considerar: (1) Questões de natureza administrativa (relação entre áreas de competência, problemas de gerenciamento, etc.); (2) Atitudes e valores da população (residentes, usuários ou visitantes e ONGs) em relação ao patrimônio cultural e ambiental e em relação à atuação do governo; (3) Impactos e outros problemas decorrentes de empreendimentos públicos e privados implantados no sítio e em seu entorno.

9.2. RECOMENDAÇÕES
Recomendações dos técnicos à instituição, considerando: (1) A necessidade de implementar ações de valorização e informação (programas de educação patrimonial); (2) A conveniência de se aprofundarem estudos visando a registro ou tombamento de bens (citar denominação, código do inventário e justificativa).

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	Indicar título e código.
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade*.
ANEXO 4: CONTATOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade*.
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Figura 10: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

Em 2010, o INRC foi adaptado para a educação patrimonial, a partir da construção de Inventários Pedagógicos, com parceria entre o IPHAN e o Ministério da Educação. Além desse, outros método surgiram, como o Inventário Participativo, em

2016, como forma de mobilizar a sociedade para o reconhecimento de seu patrimônio cultural e, dessa forma, incentivar a apropriação do patrimônio pelas pessoas.

Cabe ressaltar que, mais uma vez, a Constituição de 1988 tem papel fundamental na implantação desse tipo de prática, uma vez que institui a concepção de patrimônio cultural formada por valores materiais e imateriais que referenciam a memória social e a identidade de uma sociedade. Além disso, traz os grupos sociais como protagonistas da formação das cidades e, portanto, são atribuídos valores afetivos e de natureza imaterial, ampliando a discussão que antes era realizada do ponto de vista histórico e monumental.

Em São Paulo, o Bairro do Bom Retiro também teve seu patrimônio levantado e sistematizado em um INRC. O Bom Retiro recebeu muitos imigrantes italianos, espanhóis, alemães, que foram para a região a partir da economia cafeeira, tornando-se um local de vivência de diversos grupos e culturas, que não possui ali apenas um patrimônio material diverso, mas também, um patrimônio imaterial, vindo das tradições, relações e multiculturas daquelas pessoas. Segundo Simone Toji[14] (2010, p. 197):

> A região do Bom Retiro e Luz se tornou referência para a fixação de muitos grupos migrantes e imigrantes até a atualidade. É a reminiscência dos grupos que vieram no passado e a confluência dos novos grupos que chegam, suas relações intergrupais e intragrupais, suas tensões e compartilhamentos que se buscou contemplar com o estudo para reconhecimento de patrimônio cultural.

Outro exemplo de INRC é o "Inventário de Referências Culturais de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira - SP", de 2013, a partir da iniciativa da própria comunidade quilombola, com o intuito de levar o reconhecimento da comunidade de seus bens culturais, preocupados com os avanços da urbanização que ameaçavam seu território. Não apenas com o objetivo de reconhecer, mas este INRC também possuía como intuito ser um material que auxiliasse as políticas de preservação das comunidades quilombolas, a partir da criação de políticas urbanas e de patrimônio.

[14] Técnica em Ciências Sociais na superintendência do IPHAN em São Paulo.

Tabela 1: Quadro resumo dos inventários – IPAC-BA, IGEPAC e INRC

INVENTÁRIO	IPAC BA - Inventário de Proteção do Acervo Cultural	IGEPAC - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural de São Paulo	INRC – Inventário de Referências Culturais
AUTOR	Secretaria da Indústria e Comércio-Coordenação de Fomento ao Turismo	DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo	IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TIPOLOGIA DE LEVANTAMENTO	Sítio urbano	Mancha	Sítio
INÍCIO	1973	1983	2000
HISTÓRICO	Descrição histórica	Dados Históricos	Formação histórica: resumo; cronologia
AMBIENTE	Região, estado, município, distrito, latitude, longitude, denominação	Identificação – planta cadastral, endereço, nome	Localização: denominação (oficial) e outras denominações, estado, município, distrito, localidades inventariadas
	Fotos	Fotos	Fotos
	Descrição urbanística	Dados de ambiência	Descrição do sítio: localização; paisagem natural e meio ambiente; marcos edificados
	Descrição socioeconômica		Perfil socioeconômico: população; qualidade de vida; trabalho e renda familiar; educação
	Mapas: situação, delimitação do centro histórico, gabarito, uso do solo, época das construções, grau de proteção		Plantas, mapas e croquis
	Grau de proteção, proteção existente, proteção proposta		Legislação: instrumentos de proteção e planejamento ambiental e patrimonial
	Perspectiva de desenvolvimento, perigos potenciais		Avaliação e perspectivas: problemas e possibilidades; recomendações
	Bibliografia básica		Documentos anexados: fichas de identificação de localidades, bibliografia, bens culturais inventariados, registros audiovisuais, contatos, fichas de identificação
	Equipe de realização, sistematização e revisão		Técnicos responsáveis: pesquisador, supervisor, redator, responsável pelo inventário

	Estado de conservação: conjunto arquitetônico, edifícios relevantes, espaços livres, infraestrutura e equipamentos		
	Quadro sinóptico (síntese de todas as informações da ficha)		
			Referências culturais: síntese dos bens inventariados no sítio e suas principais características
EDIFÍCIO/ OUTROS BENS		Conservação	
		Uso original	
		Número de pavimentos	
		Data de construção	
		Proteção existente	
		Técnica construtiva	
		Caracterização – isolado, conjunto arquitetônico, logradouro público	
		Autor/construtor	
		Croqui	
		Dados arquitetônicos	

C A P Í T U L O 2

A CIDADE DE SANTO ANDRÉ: DA FORMAÇÃO À PRESERVAÇÃO

2.1. O município de Santo André: origem e desenvolvimento

O município de Santo André desenvolveu-se a partir de duas fases históricas. A primeira, remonta-se ao século XVI, com a ocupação inicial do território que hoje está a cidade de Santo André, onde foi estabelecida a Vila de Santo André da Borda do Campo, em 1553, fundada por João Ramalho. A vila foi estabelecida acima da Serra do Mar, um local estratégico para a penetração no interior do território brasileiro, com o objetivo de extração de matérias-primas. Essa primeira aldeia foi elevada à categoria de Vila em 8 de abril de 1553, denominada Vila de Santo André da Borda do Campo.

Em 1560, a vila foi desativada, pois havia grande dificuldade em se encontrar água nas proximidades, além do fato de a região passar a ser um local inseguro, devido a conflitos entre os povos indígenas e rivalidades com os jesuítas. Diante desse quaro, os habitantes daquele local foram transferidos para a Vila de São Paulo de Piratininga, fundada em 25 de janeiro de 1554 (ARMELINI, 2008, p. 7).

Segundo Gaiarsa (1991, p. 25), após conflitos com os tamoios que levaram ao abandono da vila, "S. André adormeceu numa longa e profunda hibernação", pois onde antes era a vila passou a ser apenas local de passagem, chamado de Borda do Campo, uma região com poucos habitantes que se distribuíam de forma esparsa (Figura 11).

> Foi assim Santo André da Borda do Campo. Aniquilada e abatida, palpitou tristemente apenas nos corações daqueles que, abandonando-a por ordem de Mem de Sá, foram acolhidos na vila de S. Paulo, ajudando-a na sua construção e desenvolvimento, na sua defesa e na sua expansão incontida e ilimitada. E daí, os descendentes de João Ramalho espalharam-se por todos os quadrantes da Pátria comum, deixando a perder de vista, a terra humilde e pobre onde viram a luz do dia pela vez primeira. (GAIARSA, 1968, p. 33).

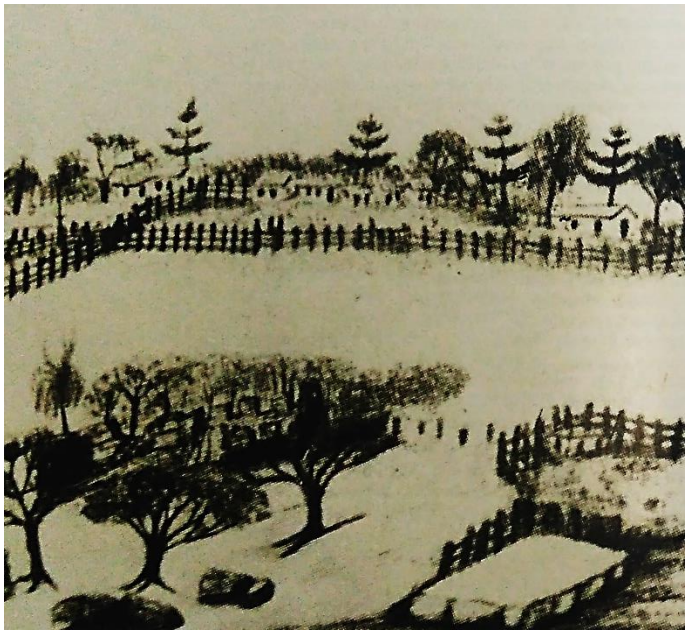


Figura 11: Ruínas da vila abandonada. Acervo: Museu de Santo André.

Apesar do abandono da região, os caminhos de penetração no território permaneceram e ainda eram utilizados pelas pessoas que continuaram ali vivendo, mas nas fazendas voltadas à subsistência. Um desses caminhos é o Caminho do Mar que, nesse período, era um importante eixo de ligação entre o litoral e o planalto.

No século XVII, uma parcela dessa área foi dada como sesmaria, onde foram construídas fazendas de subsistência e de apoio às atividades tropeiras, como a Fazenda São Bernardo, que hoje é a área que o município de São Bernardo do Campo ocupa. Com o tempo, a região transformou-se e houve a necessidade de se estabelecerem locais de parada, surgindo, assim, pequenos núcleos urbanos além das grandes propriedades.

No século XVIII, a região começou a ter ocupantes estáveis. Em 1735, a capela dedica à Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem caracterizava um pequeno núcleo de ocupação, conhecido como o bairro de São Bernardo. Algum tempo depois, outros bairros surgiram, como o Caaguaçu, que hoje encontram-se no território entre Paranapiacaba e o bairro do Ipiranga, em São Paulo (RODRIGUES, 1991, p. 14).

Ainda que existissem na região núcleos de ocupação e as estradas fossem de intensa circulação, não havia um limite definido para os bairros, pois a ocupação ainda era esparsa. Um viajante observou, em 1860, que a região do bairro de São Bernardo era "uma pequena povoação adornada de uma igreja" (RODRIGUES apud ZALUAR, 1991, p. 19).

Para Marly Rodrigues (Conversa, 2018), a cidade de Santo André tem seu núcleo histórico a partir da ferrovia, visto que a vida urbana surgiu no entorno da estação de trem, local que ficou conhecido como Bairro da Estação. O que se teve antes foi um passado rural, mas a constituição histórica da cidade começa a partir da estação São Bernardo.

O segundo momento histórico foi a partir do século XIX que, segundo Gaiarsa (1991, p. 25), Santo André "qual Fênix ressurgida das cinzas, desperta lentamente, estendendo suas asas e iniciando um voo com os olhos para o infinito". Esse momento caracterizou-se pela implantação da estrada de ferro São Paulo Railway, em 1867, que impulsionou a ocupação da área e o surgimento do primeiro núcleo urbano da cidade, conhecido como "povoado da estação". Essa ferrovia ligava Santos à Jundiaí, enfrentando a problemática do isolamento do planalto em relação ao litoral.

A ferrovia ligava Santos à Jundiaí e era o principal meio de escoamento de produtos, vencendo o isolamento do interior em relação ao litoral, pois havia o desnível da Serra do Mar a ser vencido. É importante ressaltar que a implantação da estrada de ferro levou à reutilização de antigos caminhos para o interior que já estavam abandonados, como o Caminho do Pilar e a estrada para Mogi e, assim, foi-se criando uma rede de caminhos intra-regional (PASSARELLI, 2005, p. 31).

Junto à ferrovia surgiram as estações de trem que, segundo Passarelli (2005, p. 31), concentravam ao seu redor as atividades urbanas, como depósitos, oficinas e armazéns, que antes se realizavam próximas às capelas. Foram construídas estações intermediárias, com a finalidade de atender os povoados menores que se consolidavam ao longo da linha férrea, constituídos por população imigrante. A Figura 12 mostra a Estação de São Bernardo em 1867.

Figura 12: Estação São Bernardo, 1867. Fonte: MSAOAG.

Também contribuiu para o adensamento e desenvolvimento da região a instalação de energia elétrica. A rede elétrica foi possível graças à empresa Light & Power, que instalou uma usina de energia próxima à Serra do Mar, mas que, pelo desnível a ser enfrentado, enviava pouca energia aos povoados já existentes. Diante disso, o engenheiro A. W. Billings estudou a região e sua topografia para construir o sistema de fornecimento de energia elétrica, existente até hoje. Em 1918, grande parte das ruas do núcleo urbano ao redor da Estação de São Bernardo já possuíam iluminação (Gaiarsa, 1991, p. 42).

No final do século XIX, portanto, a região caracterizou-se como industrial, com mão de obra imigrante, de produção metalúrgica, têxtil, moveleira e química, com indústrias como a Fábrica Ypiranguinha (Figura 13), a Fábrica de Cadeiras Streiff.

Figura 13: Fábrica de Tecidos Silva & Seabra, ou "Ypiranguinha", como era conhecida. Foto de 1928. Acervo: Museu de Santo André.

Segundo Langenbuch (1971, p. 105):

> Muitos dos pequenos povoados das estações ferroviárias abrigariam também uma função industrial, compreendendo inicialmente o beneficiamento e a transformação de matérias-primas extrativas produzidas na redondeza. (...) Na estação São Bernardo (hoje Santo André) se instalara a indústria Streiff, que utilizando a mesma matéria-prima, já fabricava produtos mais elaborados, ou seja, móveis.

A ferrovia, com sua duplicação em 1901, trouxe melhorias para o transporte de pessoas e o escoamento de produtos. O nome Santo André ressurgiu nesse momento, denominando a região próxima à estação de trem, local onde se concentravam sapatarias, barbearias, bares e outros estabelecimentos que serviam à vida urbana que surgia ali (KLEEB, 2003, p. 8).

Assim, durante o final de século XIX e primeiras décadas do século XX, houve a passagem das atividades rurais que se desenvolviam na região para as atividades industriais. A população rural diminuiu consideravelmente nesse período, pois não possuía incentivos para continuar com suas atividades, somando-se o fato de que as áreas próximas ao núcleo urbano estavam intensamente exploradas. Com isso, as áreas que não possuíam nenhuma atividade foram parceladas por seus proprietários, sem nenhum tipo de planejamento do poder público, mas que necessitavam de infraestrutura próxima a elas, como energia, água, transportes (KLEEB, 2013, p. 45).

Junto ao Caminho do Pilar, principal eixo de conexão entre a estação ferroviária e os bairros que se formavam mais distantes a ela, houve a abertura de novas ruas, propiciando a expansão urbana da região. A medida que ocorria a abertura das ruas, que eram estreitas, surgiam os loteamentos, como o da Villa Ypiranguinha, projeto de 1909, formando vilas operárias para atender a demanda de habitação dos operários da Fábrica Ypiranguinha. A respeito dessa fábrica escreveu Holando Lacorte, autor de *Memórias de um Andreense*:

> Quase todo andreense daquele tempo trabalhou ou teve um parente ou um amigo que trabalhou naquela fábrica de tecidos. Além de gerar empregos, a Ipiranguinha dispunha de um número de casas para moradia de seus trabalhadores (operários, mestres, chefes, gerentes). As vilas operárias ocupavam extensos quarteirões (LACORTE, 1985, p. 12).

Outros loteamentos ocorreram, mas de forma irregular, pois a política de planejamento urbano, nesse período, era ausente. (Passarelli, 2005, p. 41). Isso

favoreceu a migração de muitas pessoas para Santo André e, também, a mudança da sede do distrito de São Bernardo para Santo André, levando a população andreense ao número de 245.147 habitantes em 1960 (GAIARSA, 1991, p. 83).

A fim de atender essa demanda populacional, iniciou-se, nessa mesma década, a verticalização em lotes próximos ao antigo Bairro da Estação, transformando, em alguns pontos, a paisagem urbana que se tinha até então. Símbolo dessa verticalização foi o edifício do Paço Municipal, construído em 1969, que se destacava na praça cívica, isolada de seu entorno por grandes avenidas.

A cultura era o campo que reunia os diversos grupos sociais de Santo André. A vida nos clubes, como o Club Athlético da Rhodia, em 1953, propiciava momentos de convívio e contato com atividades culturais, como o teatro.

O Cine Teatro Carlos Gomes também era palco de encontros dos andreenses, pois, segundo Lacorte (1985, p. 36):

> No Cine Theatro Carlos Gomes, além das sessões de cinema, eram patrocinados grandes bailes de carnaval, com os foliões ocupando as frisas, que então existiam em redor do salão. (...) Santo André, num tempo mais recente, teve também o Teatro de Alumínio.

O Teatro de Alumínio (Figura 14), construído na década de 1950, que ficava na esquina formada entre as Ruas Coronel Alfredo Flaquer e Francisco Amaro era uma referência cultural naquele período. Em 1964 a prefeitura instituiu um Conselho Municipal para a cultura, diminuindo a efervescência cultural que era vivida nesse período. Essa nova fase foi marcada pela criação do Grupo de Teatro da Cidade (GTC), em 1968.

Figura 14: Teatro de Alumínio, década de 1950. Fonte: acervo Museu de Santo André.

Suzana Kleeb (2013, p. 46), destaca o período da década de 1950 à década de 1980 como de intensa transformação urbana, marcando o momento de início do planejamento da cidade. Dentre as transformações ocorridas, tem-se a importância das indústrias automotivas e mecânicas na economia da região, que levou ao surgimento de rodovias, como a Rodovia Anchieta, e ao desenvolvimento do transporte rodoviário. Isso provocou o ordenamento da cidade a partir da lógica de deslocamento do automóvel e não das pessoas, construíram-se avenidas perimetrais pouco seguras para o passeio do pedestre. Nesse período, apesar de Santo André ter se destacado junto ao município de São Caetano, quando comparadas às outras cidades da Região do Grande ABC, o planejamento não enxergava a cidade como um todo, o que levou a um "descompasso entre a cidade real e a cidade planejada" (KLEEB, 2013, p. 47).

Dentro das transformações urbanas da cidade, a área central do município, na década de 1970, recebeu uma grande intervenção, com a construção da Avenida Perimetral, uma grande via entrincheirada que ligava Santo André à Mauá, que cortava o centro ao meio, além de segregar o Paço Municipal em uma ilha. Para Vale (2003, p. 80), essa intervenção teve como consequência "uma grande separação entre a população, confinada em espaços privados, e o espaço público".

Na década de 1980, as indústrias em toda a Região do Grande ABC ficaram comprometidas por uma série de fatores. Armelini (2008, p. 10) elenca alguns desses acontecimentos, como: as greves sindicais; as facilidades oferecidas pelas cidades interioranas, a partir de impostos e lotes com valores reduzidos; a abertura da economia ao capital externo, que favoreceu a compra de produtos estrangeiros. Com isso, a oferta de empregos na região entrou em baixa e, como alternativa, aumentou a abertura de estabelecimentos, surgindo vagas de emprego no setor comércio e de serviços que, segundo Pinho (2007, p. 35):

> Dentre os negócios abertos com dinheiro das rescisões contratuais, estes variam desde pequenos restaurantes, minimercados, rotisseries, pequenas oficinas mecânicas e automotivas, serviços de distribuição de água mineral, pequenas lojas de roupas abertas em bairros periféricos, serviços de pedreiros, pintores, jardineiros, cozinheiros, entre outros.

Em relação às greves, segundo o Prof. Dr. Luiz Roberto Alves (1999, p. 239):

> Qualquer identidade só pode dar-se mesmo no confronto. Sensibilizar-se para juntar gentes e falas a fim de não submeter aos apitos exclusivos e à imponência das chaminés foi o desafio contínuo dos homens e mulheres do ABC. Esses confrontos criaram a cultura do trabalho, forma especial de criação de valores e símbolos em que o velho vetor do trabalho como suor, sofrimento e morte dá lugar não ao trabalho como honra e nobreza, mas a um modo de criar valores e símbolos em que a fala humana supere a intensidade dos apitos e o calor dos homens e mulheres seja superior aos das chaminés. Tarefa incompleta, mas que já tem história.

As greves, portanto, contribuíram para a formação da identidade da população andreense que, assim como a imagem da cidade foi formada pela industrialização, a imagem dos personagens de Santo André, ou seja, seus habitantes, resultou das lutas e da resistência dos trabalhadores.

Uma resposta a esses problemas foi a formação do Consórcio ABC, a partir de 1990, com ações e programas que tinham por objetivo alavancar a economia da região e promover melhorias em outros setores, como educação, saúde e transportes, também afetados pela crise econômica. Desde então, diversos programas foram implantados no município, inclusive no centro urbano, sendo uma das alternativas adotadas o incentivo ao crescimento de comércios e serviços.

Com a desindustrialização, a transformação urbana da área central ocorreu de forma lenta e pode ser identificada em pontos isolados. Algumas áreas e edificações industriais ociosas foram demolidas e deram lugar a condomínios residenciais,

modificando a paisagem da região. Na Figura 15 observa-se, em primeiro plano, sobrados residenciais, construídos para operários e, ao fundo, podem ser vistos edifícios residenciais já existentes e em construção, com gabarito que modifica a ambiência da região, onde é comum serem vistas edificações de até dois pavimentos.

Figura 15: Sobrados residenciais remanescentes do período inicial de industrialização do município em primeiro plano e, ao fundo, edifícios residenciais. Fonte: Acervo da autora, 2019.

Os comércios e serviços que se apropriaram de edificações remanescentes do período industrial também contribuíram para a alteração da paisagem, com a instalação de grandes painéis na fachada que impossibilitam o reconhecimento das características das edificações, como é possível observar na Figura 16.

Figura 16: Intervenções nas fachadas das edificações. Fonte: Acervo da Autora, 2019.

A partir dos anos 2000, a cidade conseguiu retomar seu desenvolvimento econômico, E teve como grande desafio a ser vencido a questão da habitação, com o aumento do número de ocupações irregulares e precárias e que tem se intensificado ao longo do tempo. Atualmente, a questão habitacional ainda é um dilema na cidade, ao passo que o crescimento demográfico começa a diminuir e a população andreense envelhece.

A participação social, que foi fortemente impulsionada no final da década de 1990, perdurou até meados dos anos 2000, tanto na tomada de decisões dos projetos e planos da cidade, como o orçamento participativo, que orientava os gastos públicos de acordo com as discussões realizadas em diversas regiões da cidade, atendendo às necessidades da população. Segundo Kleeb (2017, p.49), a descontinuidade de gestão no município levou à interrupção e paralisação de diversos projetos, principalmente no campo do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural.

2.2. A proteção do patrimônio no município: a atuação dos órgãos de preservação

Um importante marco ocorreu no ano de 1980, quando a Igreja da Matriz, em Rio Grande da Serra (Figura 17), sofreu um incêndio ocasionado pelos próprios frequentadores, que ficaram receosos quanto ao processo de tombamento da igreja que estava em andamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT -, que impossibilitaria uma reforma. Outro episódio foi o incêndio na Vila de Paranapiacaba, em 1981, bem como a desativação do sistema funicular de transposição da Serra do Mar, que levou à criação do movimento Pró-Paranapiacaba, que contou com a participação do jornal Diário do Grande ABC, importante veículo de comunicação na região, além de arquitetos, engenheiros e sociedade civil.

Figura 17: Ruínas da Igreja Matriz, em Rio Grande da Serra. Fonte: PASSARELLI, 2005.

Em depoimento dado ao jornal Diário do Grande ABC em reportagem intitulada *"O que resta da memória cultural do Grande ABC"*, em 1982, o arquiteto Rodolpho Mansueto Dini, de Santo André, evidenciou o pensamento que era comum aos interessados na preservação cultural na região:

> Bem cultural não é só o imóvel, mas as tradições que representa, seu uso, costume. Poucos sabem, por exemplo, que em Santo André um dos cinemas se chama Tangará por causa de uma avezinha que amassava barro às

> margens do rio Tamanduateí. É a história da cidade que se perde. (Diário do Grande ABC, 1982).

A estação ferroviária de Santo André foi citada também nessa publicação como um conjunto já descaracterizado e abandonado, restando apenas as fotografias de um dos marcos da ocupação inicial e do desenvolvimento urbano do município.

Nesse período, aconteceram eventos para a discussão da questão do patrimônio cultural na região, além de movimentos que reivindicavam a preservação. Em 1983, a Prefeitura Municipal de Santo André – PMSA – criou a comissão Pró-Paranapiacaba, que uniu forças aos movimentos, levando ao tombamento da Vila pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN -, em 2002.

No município de Santo André, as atividades do CONDEPHAAT iniciaram-se em 1987, com o tombamento da Vila de Paranapiacaba, alegando seu valor de "bem cultural de interesse histórico, arquitetônico-urbanístico, ambiental e tecnológico" (FIGUEIREDO, 2014, p. 279). O órgão de preservação municipal realizou o tombamento da Vila apenas em 2003. Além da Vila em si, o Condephaat tombou o Sistema Funicular de Paranapiacaba, em 2015, construído pela Companhia São Paulo Railway, que era o meio de ligação do planalto ao litoral paulista. Outros bens foram reconhecidos e tombados pelo CONDEPHAAT, como: o Haras São Bernardo, em 1990; o Grupo Escolar professor José de Azevedo Nunes, em 2010, local que hoje abria o Museu de Santo André; e o Paço Municipal, em 2013.

Em 1986, aconteceu o Simpósio Sobre Memória e Patrimônio Cultural, em Mogi das Cruzes, que reuniu para a discussão representantes de 29 municípios da Grande São Paulo. Segundo o pesquisador Olímpio Serra, que participou do evento, "o patrimônio cultural é essencialmente o valor das coisas e não as coisas em si" (SERRA apud SOLENIDADE, 1986, p. 3).

Em 1987, o jornal Diário do Grande ABC lançou a série "Inventários Históricos", sob coordenação do jornalista Ademir Médici, que contou com publicações sobre cada uma das sete cidades da Região do Grande ABC. Nessa série, eram apresentados bens importantes a serem preservados, selecionados a partir de pesquisas no jornal, com a população e nas prefeituras, totalizando uma listagem de 27 bens.

Para Médici, não havia uma política de gestão do patrimônio cultural. As intensas transformações urbanas ocorridas no município, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, eram vistas por seus idealizadores como ações de modernização da cidade. Em depoimento para o jornal Diário do Grande ABC, o secretário de obras na década de 1970, Conrado Bruno Corazza, afirmou que a reconstrução de um bem em outro local da cidade, diferente de onde estava implantado originalmente, era uma "saída honesta para preservar um bem" (Corazza apud DGABC, 1987, s/p.).

Outro movimento criado em Santo André foi o "SOS Carlos Gomes", em 1987, pelo Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (GIPEM). O Cineteatro Carlos Gomes, importante bem para a memória da cidade, já nesse período encontrava-se em ruínas, muito descaracterizado, que deu abrigo a um estacionamento. A partir de diversas reivindicações e um abaixo assinado, o edifício foi desapropriado para utilidade pública.

O CONDEPHAAPASA, conselho de preservação municipal, foi criado em 1990, indicando em 1992 alguns bens para tombamento, sendo a maioria desses bens de uso cultural, que foram inseridos no "Corredor Cultural". O projeto do Corredor Cultural foi criado na gestão do Prefeito Celso Daniel, dentro de um projeto maior de revitalização da área central, o projeto "Centro com Vida", entre os anos de 1997 e 2000. A proposta do Corredor era a de promover a visitação da população aos bens culturais, selecionados a partir do inventário realizado em 1998 para a área central, desenvolvido pelo arquiteto Décio Tozzi e equipe.

Segundo Passarelli (2005), um dos grandes problemas na questão da preservação do patrimônio cultural em Santo André é a falta da continuidade dos projetos, a cada mudança de gestão na cidade. Além disso, durante os projetos de revitalização da área central, ocorreram diversos conflitos e equívocos na relação entre a preservação e a transformação da cidade. Um desses casos foi a construção de uma passarela na Avenida Coronel Alfredo Flaquer que bloqueou a visão para a Igreja da Matriz, na Rua Dom Duarte Leopoldo (Figuras 18 a 20).

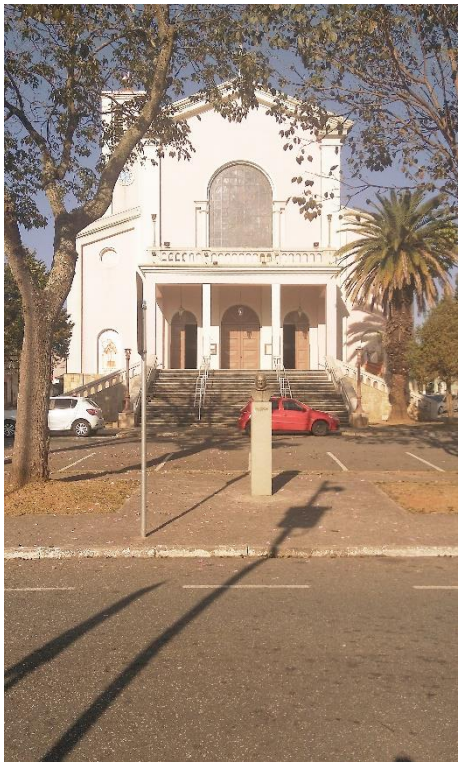


Figura 18: Igreja da Matriz. Fonte: Acervo da Autora, 2019.

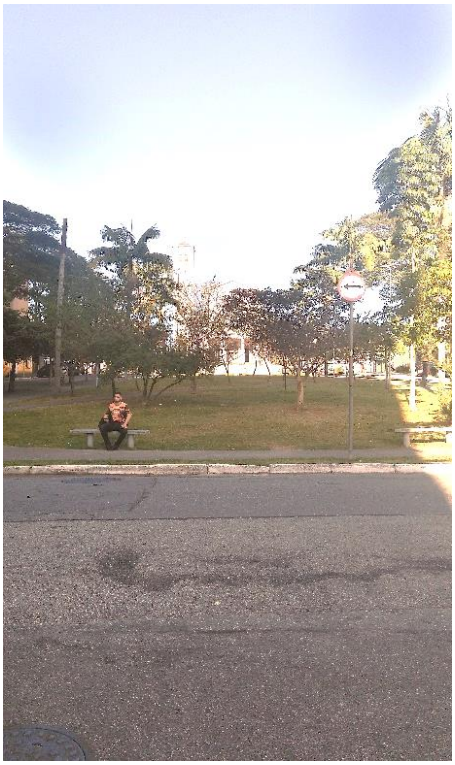


Figura 19: Igreja da Matriz vista da Rua Coronel Agenor de Camargo, 2019. Fonte: Acervo da Autora.

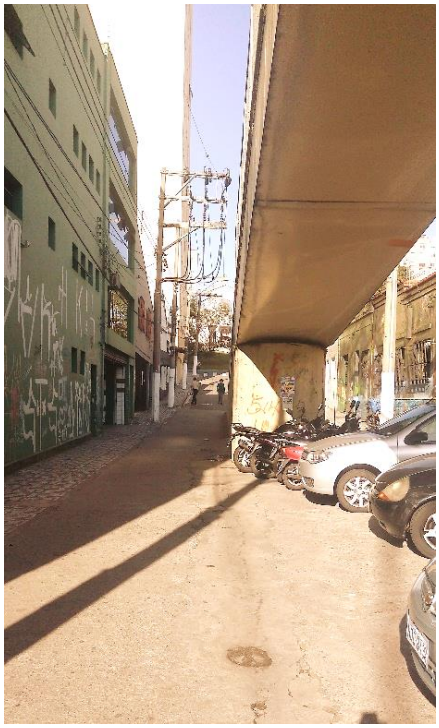


Figura 20: Vista da Igreja Matriz a partir da Rua Dom Duarte Leopoldo dificultada pela passarela. Fonte: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Em 2016, foi desenvolvida uma ação para o reconhecimento da história da cidade foi o "Projeto bairros: incluindo memórias, incluindo cidadãos" (Figura 21), uma iniciativa do Museu de Santo André, que contou com a participação de alguns pesquisadores, dentre eles, a historiadora Marly Rodrigues. Foram implantados totens em quinze pontos da cidade, que apresentavam fotos e depoimentos sobre a história da cidade.

Figura 21: Totem no calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima. Fonte: Larissa Tesubake de Farias, 2018.

Em relação ao patrimônio cultural reconhecido e protegido oficialmente, atualmente, o município de Santo André possui 24 bens tombados, que são:

Tabela 2: Lista de bens imóveis tombados no município de Santo André

Tombo No.	BEM
1	Figueira – "Ficus macrophilla Desfontaines ex persoon"
2	Residência de Bernardino Queiroz dos Santos – Casa do Olhar Luiz Sacilotto
3	Residência de Dona Paulina Isabel de Queiroz – Casa da Palavra Mário Quintana
4	Sede do Haras Jaçatuba – Escola Municipal de Iniciação Artística Aron Feldman
5	Cine-Teatro Carlos Gomes

6	I Grupo Escolar de São Bernardo – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa
7	Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários do ABCDMRR
8	Obras de Arte de Gianni Parziale na Igreja Maria Imaculada
9	Estação de Tratamento de Água Guarará
10	Vila de Paranapiacaba e Arredores
11	Mansão Tognato
12	Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein
13	Jardim Japonês "Cidade de Takasaki"
14	Vila Rosa
15	Casa Amarela do Centro Universitário Fundação Santo André
16	Imóvel localizado na Av. Dom Pedro II com Rua das Esmeraldas (D´Bréscia)
17	Imóvel na Rua Francisco Amaro
18	Imóvel na Rua Porto Carrero, s/n
19	Imóvel na Av. Queiroz dos Santos, nº 218 (prédio do Nosso Bar)
20	Haras São Bernardo ou Parque Estadual Chácara da Baronesa

21	Capela Senhor Bom Jesus da Boa Viagem
22	Nascentes do Rio Grande em Paranapiacaba
23	Paço Municipal
24	Conjunto Residencial Mansueto Cecchi

Fonte: COMDEPHAAPASA.

Dentro do perímetro da ZEIP Centro, os bens tombados são identificados na Figura 22 e na Figura 23 são apresentadas as imagens de cada um desses bens.

Figura 22: Localização dos bens tombados dentro da Zona Especial de Interesse do Patrimônio. Fonte: Base do Google Earth com edição da Autora, 2019.

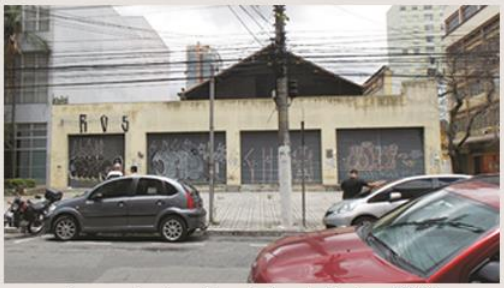
Residência Bernardino Queirós dos Santos
Casa do Olhar - Déc. 1920

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Residência D. Paulina Isabel de Queirós
Casa da Palavra - Déc. 1920

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Cineteatro Carlos Gomes
1925



Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

1º Grupo Escolar de São Bernardo, Museu de
Santo André - 1914

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Imóvel na Rua Francisco Amaro/ Conjunto
comercial - 1923

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Cine Tangará
1949

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Sobrado comercial/residencial Família Queirós
dos Santos "Nosso Bar" - 1914

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Conjunto Residencial Comendador Mansueto
Cecchi - década de 1950

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Figura 23: Bens tombados dentro da Zona Especial de Interesse do Patrimônio. Fonte: Acervo da Autora, 2020.

Já os bens imateriais registrados em todo o município totalizam 2 e são eles:

1. Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein, pertencente ao culto afrodescendente da Nação Jej-Mahim;
2. Manifestações culturais oriundas da valorização, preservação, cultivo, saberes e fazeres das comunidades serranas relacionados ao Cambuci.

2.3. A preservação no âmbito das políticas públicas e projetos urbanos

A primeira política pública que trata da preservação do patrimônio cultural no município de Santo André surgiu com a Lei Orgânica do Município, de 02 de abril de 1990, que em seu artigo 264 reconhece tanto monumentos quanto conjuntos e sítios urbanos como patrimônio, dotados de valores materiais e imateriais e, também, já expressava a necessidade de criação de um conselho[15] específico para as questões de patrimônio. Essa lei determinava:

> Art. 264 - Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade andreense, nos quais se incluem:
>
> I - formas de expressão e comunicação;
>
> II - criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> III - documentos, objetos, obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
>
> IV - edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - monumentos, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, artístico, científico e ecológico.
>
> Art. 265 - É dever do Município identificar, pesquisar, proteger e valorizar o patrimônio cultural andreense, através do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Santo André - COMDEPHAAPASA - que será criado na forma da lei. (SANTO ANDRÉ, 1990)

[15] O órgão de preservação foi instituído a partir da Lei nº 6.673, de 17 de agosto de 1990.

Quanto ao Plano Diretor do município, as diretrizes para sua criação foram instituídas pela Lei Nº7.267, de 05 de junho de 1995, que, no âmbito do patrimônio cultural, trazia em seu Artigo 3 o objetivo de "I - compatibilizar o ordenamento do território municipal com o desenvolvimento econômico e social, a construção da identidade municipal e a proteção e recuperação do patrimônio cultural e ambiental" (SANTO ANDRÉ, 1995, p. 1).

O processo de desindustrialização que afetou a economia das cidades da região do Grande ABC Paulista, a partir da década de 1980, levou à busca por novas estratégias para sua reestruturação econômica. Essas sete cidades funcionavam como uma cidade-região que, segundo Klink (2001, p. 7), são aquelas "cuja delimitação administrativa e institucional nem sempre coincide com a sua identidade política e econômica, e que estão inseridas nos processos globais de transformação socioeconômica". Com isso, as cidades do Grande ABC Paulista, além de possuírem identidade industrial, atuam em conjunto para o enfrentamento das questões econômicas e sociais, através, por exemplo, do Consórcio Intermunicipal.

A saída das indústrias deixou um número considerável de áreas industriais ociosas em Santo André, o que levou à criação do Projeto Eixo Tamanduatehy, no final da década de 1990, durante a gestão de Celso Daniel, com o intuito de reurbanizar essa área, localizada ao longo da Avenida dos Estados e regiões adjacentes. O projeto previa a melhoria do desenho urbano da área, o incentivo para a implantação de novos empreendimentos, a integração do perímetro do projeto ao restante da cidade, a implementação de usos diversificados na área e a melhoria da acessibilidade dos sistemas de transportes à área.

Foram contratados vários profissionais para elaborarem propostas para o eixo, como Joan Busquets, Eduardo Leira, Christian de Portzamparc e Cândido Malta Campos Filho. A área central também fazia parte do perímetro do projeto, sendo implantação de cobertura no calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima a única diretriz de intervenção no centro (Figura 24). A Figura 25 mostra parte da cobertura hoje.

Figura 24: Proposta de Cândido Malta para o Projeto Eixo Tamanduatehy. Fonte: Sakata, 2006.

Figura 25: Cobertura da Rua Oliveira Lima. Fonte: Acervo da Autora, 2019.

Dentre as estratégias para a superação da descentralização industrial que atingiu a região eram importantes aquelas que aumentavam a competitividade das cidades e que alavancassem sua imagem. A exemplo disso, tem-se o *city marketing*, que construía uma imagem positiva da cidade, um lugar com boa qualidade de vida, atrativo aos negócios internos e externos, com atividades culturais e com espaço urbano de qualidade.

A estratégia do city marketing foi utilizada em Santo André, iniciada durante a primeira gestão do Prefeito Celso Daniel (1989 a 1992), que criou o Projeto Centro, a partir de projetos de requalificação e revitalização da área central da cidade e o resgate à cultura. Nesse período, não havia reeleição e, ao término do mandato, o projeto foi engavetado.

Em 1997, Celso Daniel voltou à prefeitura da cidade, retomando esse projeto, mas com o nome de "Centro com Vida", que tinha como estratégia:

> Readequação da infraestrutura; reformulação do sistema viário; revisão geral da iluminação; tratamento urbanístico especial dos subcentros histórico, comercial e institucional; implementação de um corredor cultural; trabalho social com a população de rua; programa permanente de segurança pública; e a revisão da legislação de uso e ocupação do solo. (GOLLO, 1997, s/p.).

Além disso, fazia parte do projeto a cobertura do calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima, importante centro comercial da cidade, projeto do escritório coordenado pelo arquiteto Décio Tozzi[16] (TOZZI ARQUITETURA), que foi contratado pela Prefeitura Municipal de Santo André – PMSA –, em 1998, para realizar o projeto de revitalização do centro da cidade. Irineu Bagnariolli Júnior, secretário de habitação de Santo André em 1998, afirmou em reportagem realizada pelo Diário do Grande ABC, em 1998, que o projeto apresentado por Tozzi atendia às expectativas da prefeitura, pois um de seus propósitos era o de "criar uma paisagem urbana que estimule as compras, o lazer e o ponto de encontro" (SALES, 1998, s/p.). A execução da cobertura seria dividida em duas fases, dividindo o calçadão em dois trechos, mas apenas o primeiro trecho do calçadão foi coberto, uma extensão de, aproximadamente, 350m.

Apenas em 2004 foi instituído o Plano Diretor do Município de Santo André (Lei Nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004), como atendimento ao que se exigia na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Cidade (2001) e na Lei Orgânica do Município de Santo André (1990). Segundo o Plano Diretor de Santo André (2004, p. 2), em seu Artigo 5º, uma propriedade imobiliária estará cumprindo sua função social, dentre outros usos, quando for utilizada para a preservação do patrimônio cultural e, dentre seus objetivos, no artigo 6º é apresentado o de "contribuir para a construção e difusão da memória e identidade, por intermédio da proteção do patrimônio histórico, artístico, urbanístico e paisagístico, utilizando-o como meio de desenvolvimento sustentável" (SANTO ANDRÉ, 2004, p. 3).

[16] Arquiteto titular do escritório Décio Tozzi Arquitetura e Urbanismo, foi professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo entre os anos de 1983 e 1994, além de ter exercido o cargo de Diretor no Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo, em 1970 e 1971.

O Patrimônio Cultural, especificamente, é apresentado no Capítulo V dessa lei, que define em seu Artigo 23 o que é entendido por patrimônio:

> Art. 23. A Política Municipal de Patrimônio Cultural visa preservar e valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.
>
> § 1º. Entende-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.
>
> § 2º. Entende-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. (SANTO ANDRÉ, 2004, p. 10).

E como objetivos, traz:

> Art. 24. São objetivos da Política Municipal de Patrimônio Cultural:
>
> I. tornar reconhecido pelas cidadãs e cidadãos, e apropriado pela cidade, o valor cultural do patrimônio; cont. L. Nº 8.696;
>
> II. garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
>
> III. desenvolver o potencial turístico de Paranapiacaba, de forma sustentável, com base em seu patrimônio cultural e natural;
>
> IV. estabelecer e consolidar a gestão participativa do patrimônio cultural.
>
> (SANTO ANDRÉ, 2004, p. 10).

Fica estabelecido nesse Plano Diretor que o município deveria criar um Plano de Preservação do Patrimônio Cultural, a fim de alcançar os objetivos citados acima, de forma a definir diretrizes para a gestão do patrimônio cultural do município, relacionar os bens imóveis passíveis de tombamento, os instrumentos de proteção e a criação de um programa de educação patrimonial.

Além disso, também deveria ser criado um corpo técnico para o COMDEPHAAPASA, de atuação fixa no órgão, pois, até então, os processos eram analisados por alguns técnicos que se dedicavam também a outros setores e que auxiliavam nas questões de preservação do município. Outra importante determinação no Plano Diretor de 2004 foi a criação de um inventário, que também seria parte do escopo do Plano de Preservação, que relacionasse os bens materiais e imateriais.

Em relação ao zoneamento, o Plano Diretor de 2004 coloca dentro da Zona de Reestruturação Urbana o objetivo de "valorizar e proteger o patrimônio cultural" (SANTO ANDRÉ, 2004, p. 15). Também são criadas as Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio – ZEIP –, expressa no Artigo 71:

> Art. 71. As Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio, ZEIP são áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do Município. (SANTO ANDRÉ, 2004, p. 20).

Naquele momento, foi instituída apenas a ZEIP da Vila de Paranapiacaba (Imagem 5), com o objetivo de proteger a paisagem, o ambiente construído e promover o desenvolvimento sustentável da Vila. O centro urbano ficou caracterizado como Zona Especial de Interesse Comercial – ZEIC A – (Figura 26), uma área do município já consolidada, em que predominavam as atividades comerciais e de prestação de serviços. Nas ZEICs, o objetivo era promover a atividade econômica, utilizando a preservação do patrimônio cultural como um dos meios para o desenvolvimento da economia da cidade.

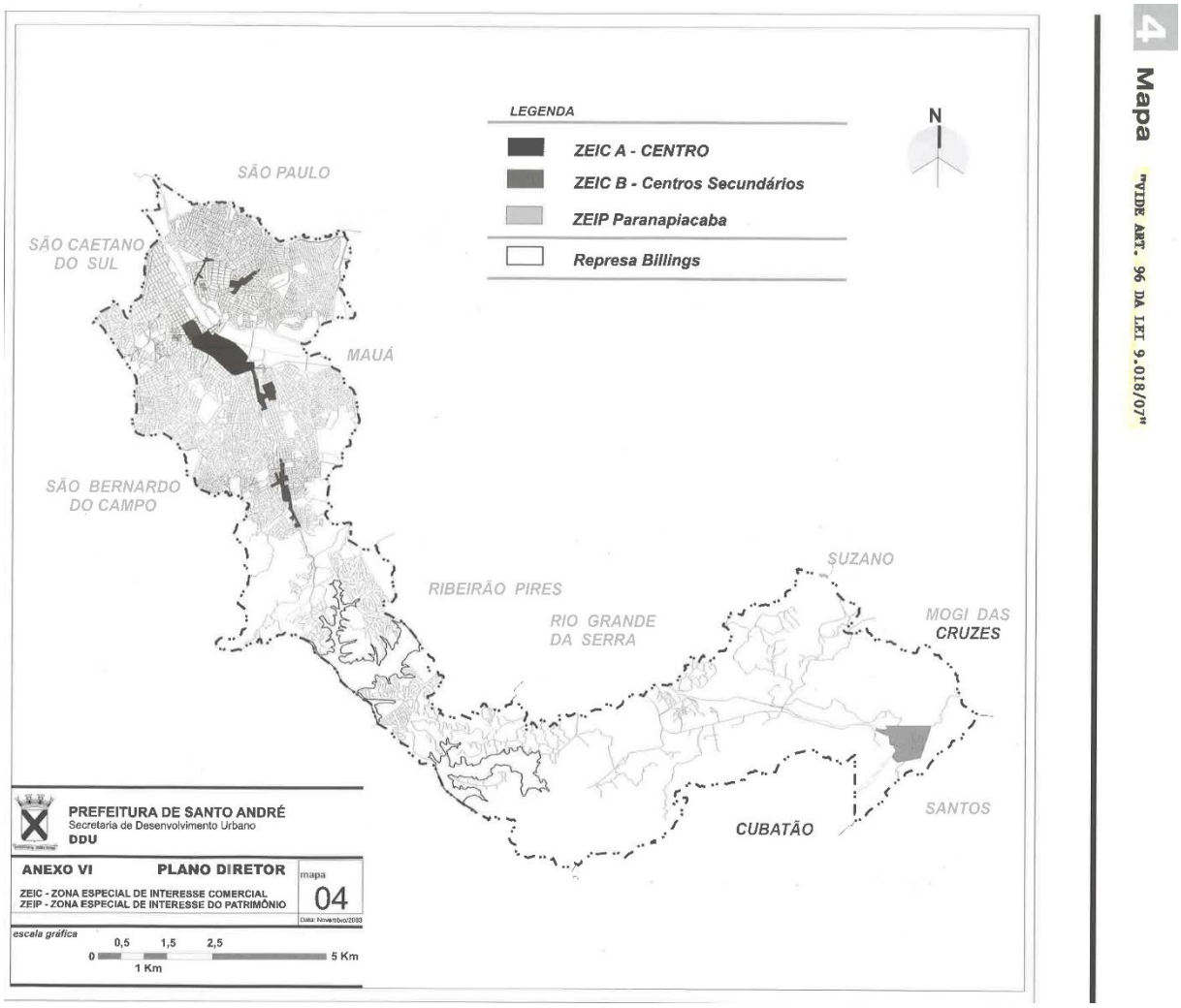


Figura 26: Mapa 4 – Zona Especial de Interesse Comercial e Zona Especial de Interesse do Patrimônio. Fonte: PMSA, 2004.

Ainda no Plano Diretor de 2004, ficou estabelecida como Operação Urbana Consorciada[17] o Projeto Eixo Tamanduatehy (Figura 27).

[17] Segundo o Artigo 130 do Plano Diretor de Santo André (2004), as Operações Urbanas Consorciadas são ocorrem em um perímetro específico, a partir da elaboração de projetos de intervenção que visam a melhoria das condições urbanas da área, na infraestrutura e no sistema viário, bem como a promoção e criação de espaços públicos. As propostas de intervenções têm participação dos moradores e interessados na área e contam com investimentos privados para sua implantação.

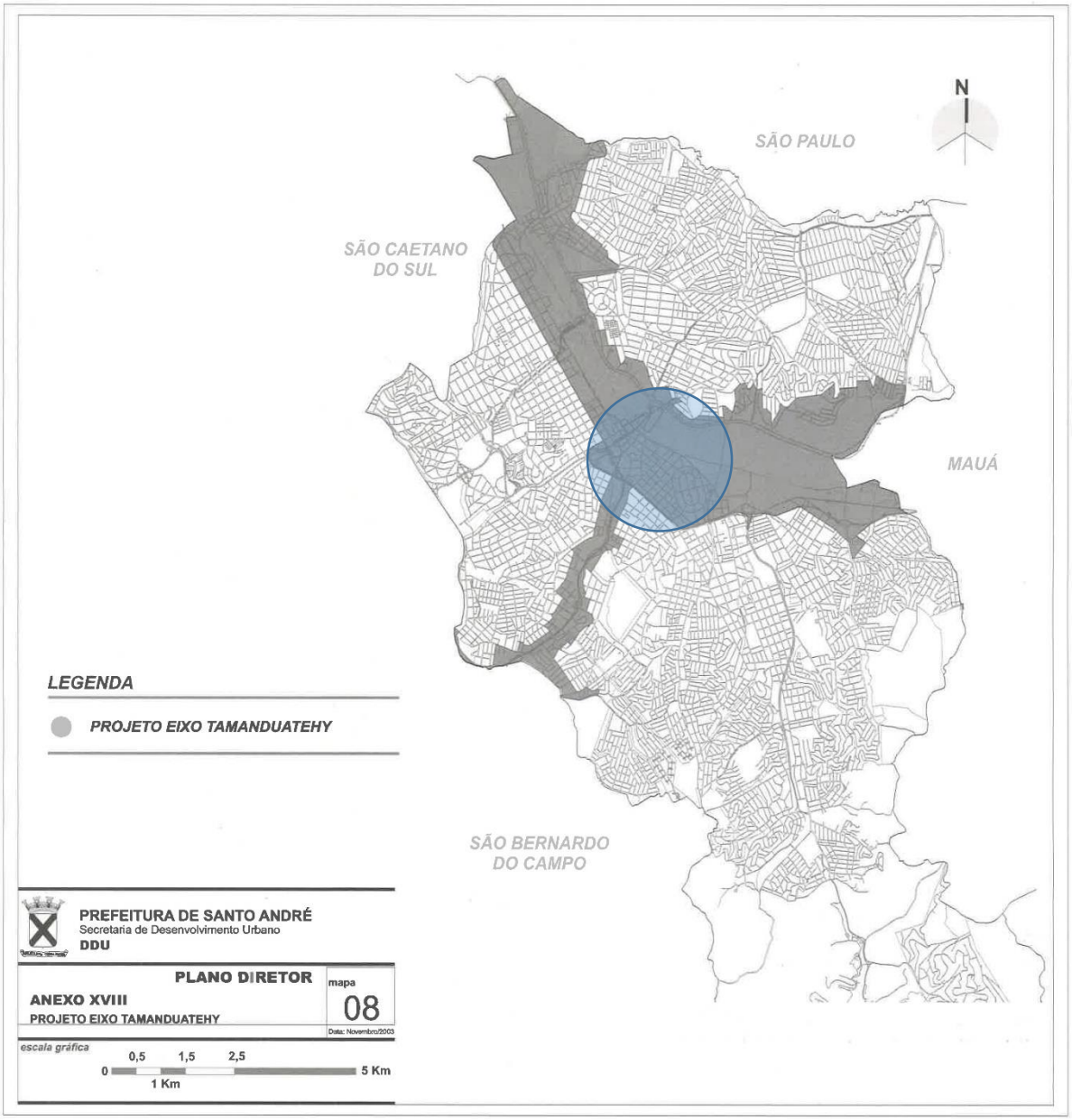


Figura 27: Mapa 8 – Projeto Eixo Tamanduatehy, com indicação da área central do município, objeto desta pesquisa. Fonte: PMSA, 2004.

Em 2012, foi aprovado o novo Plano Diretor do município, através da Lei Nº 9.394 de 05 de janeiro de 2012. Do ponto de vista da preservação, é incorporado como

perímetro para a ZEIP Centro o perímetro de estudo utilizado em inventário realizado em 2009, pelo COMDEPHAAPASA. Além dessa zona, é criada a ZEIP da Vila Guiomar, com interesse de preservação da paisagem cultural do bairro, que é constituída pela topografia do lugar e pelo ambiente construído. Os perímetros dessas duas ZEIPs podem ser vistos na Figura 28.

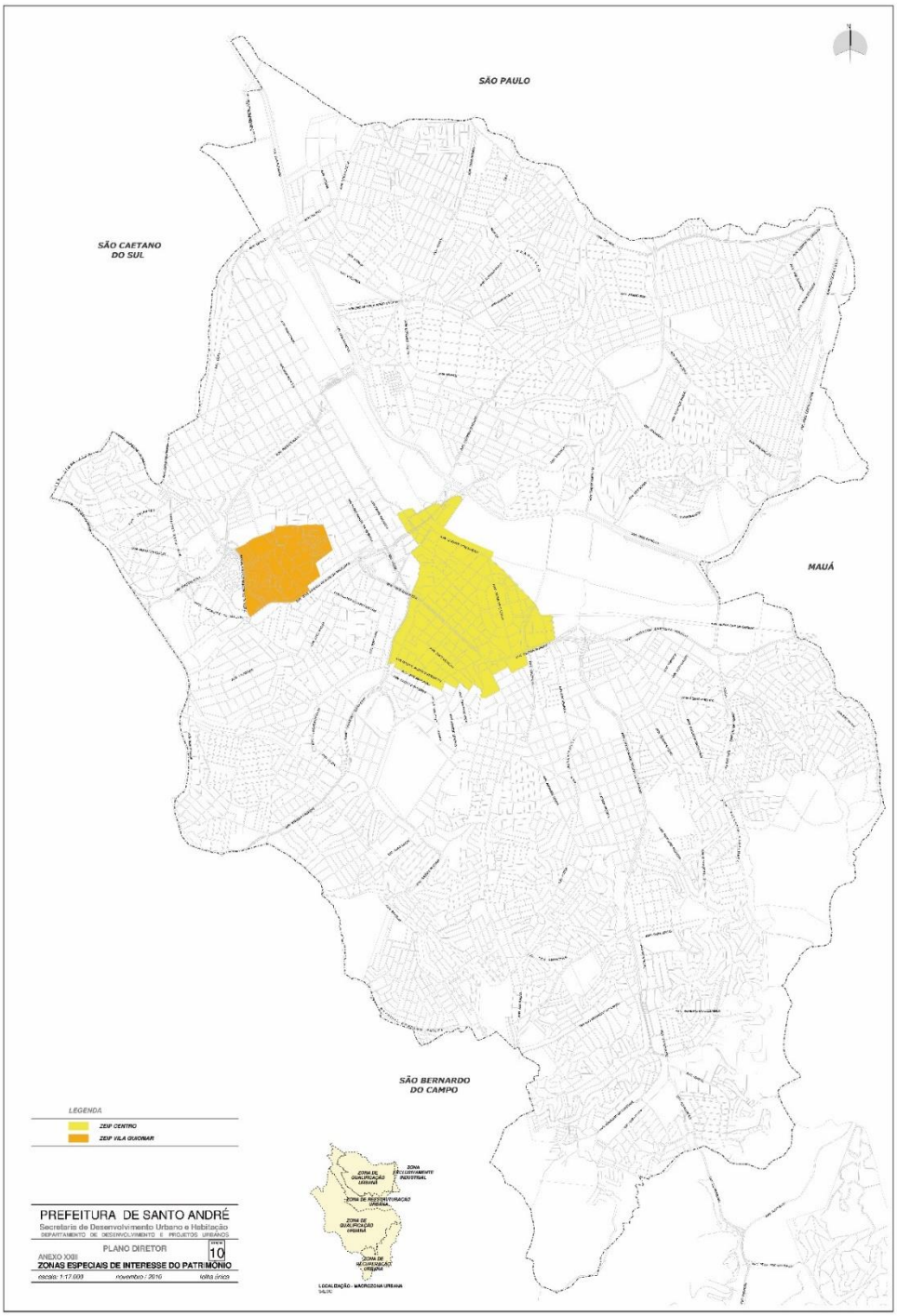


Figura 28: Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio. Fonte: PMSA, 2010.

Ainda como forma de promover a manutenção do ambiente urbano, para todo o município e, principalmente, para a área central do município, que já é consolidada e que conforma uma paisagem cultural, foi estabelecido junto ao Plano Diretor de 2012 um limite máximo de gabaritos, como pode ser visto na Figura 29.

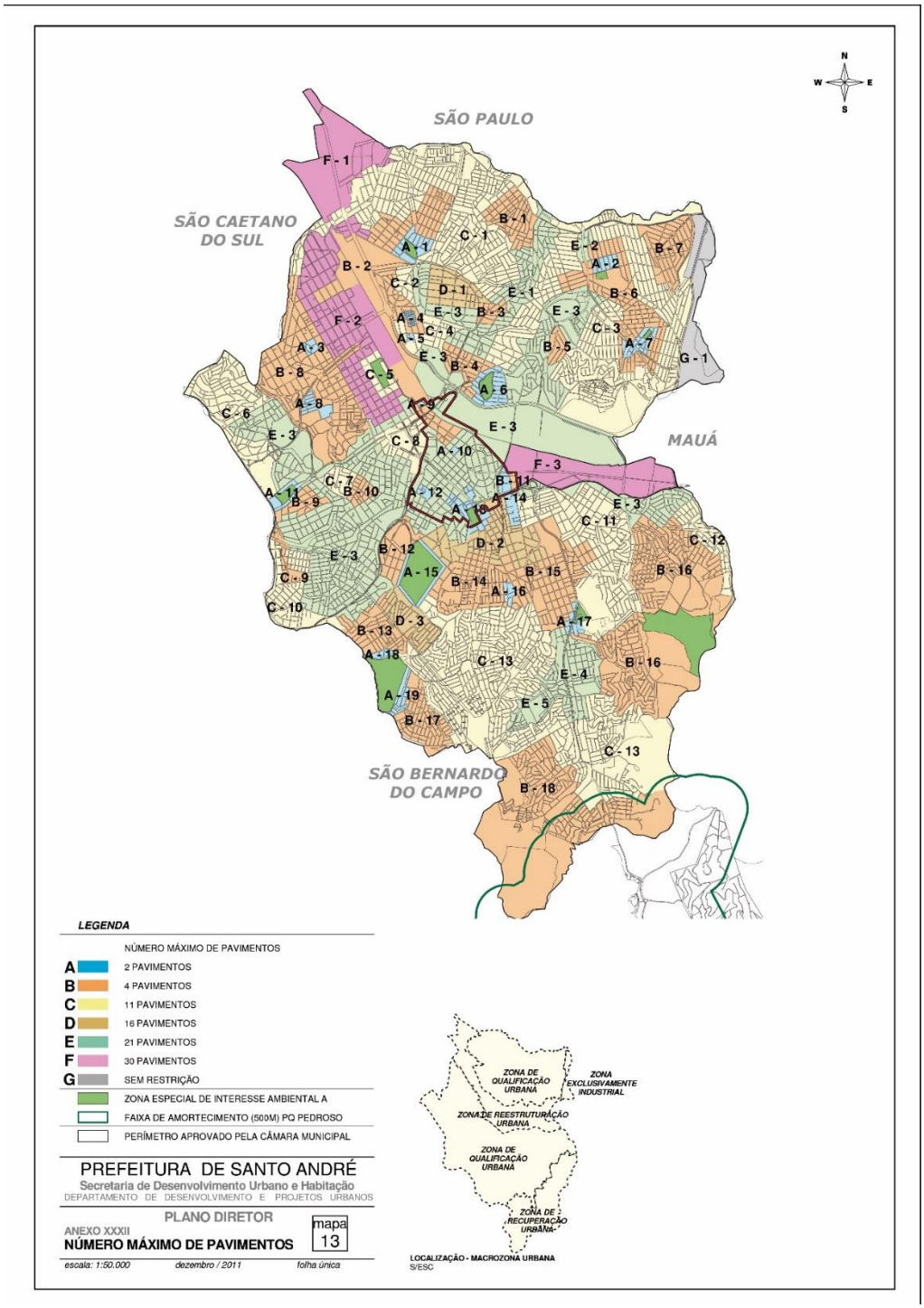


Figura 29: Número máximo de pavimentos, com indicação da ZEIP Centro. Fonte: PMSA, 2010, modificado pela Autora.

Na Figura 29 está demarcado o perímetro da ZEIP Centro, que também é o perímetro de estudo desta pesquisa. Na área próxima à estação de trem, o gabarito máximo é de 4 pavimentos, hoje, nessa região, o gabarito predominante é de 2 pavimentos.

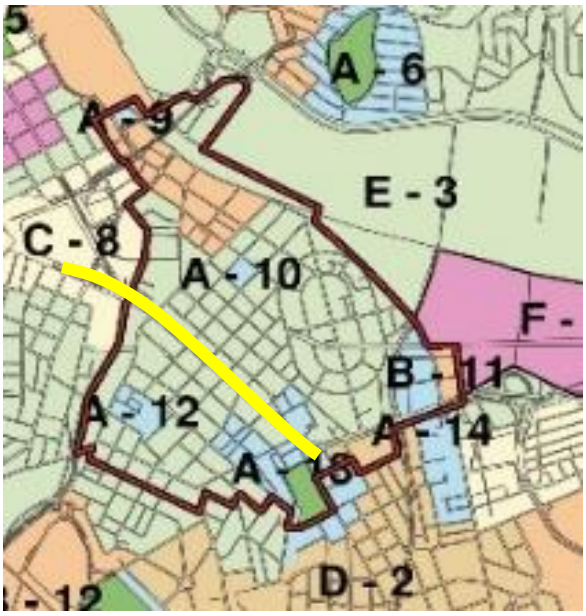


Figura 30: Número máximo de pavimentos na ZEIP Centro. Fonte: PMSA, 2010, modificado pela Autora.

Na Figura 30 está uma imagem aproximada do mapa de gabaritos, com a delimitação da ZEIP Centro e, em amarelo, está demarcada a Avenida Perimetral, que secciona essa zona. À esquerda da Avenida Perimetral, é comum a tipologia de edifícios altos, enquadrando-se ao cenário previsto no Plano Diretor com a diretriz de gabarito máximo até 21 pavimentos, correspondente à hachura verde claro.

Entretanto, essa diretriz também foi definida para a porção à direita da Avenida Perimetral, uma região caracterizada por edificações de, no máximo, 4 pavimentos em sua maioria, uma característica consolidada nessa região, desde o início da ocupação urbana. Os edifícios com mais de 4 pavimentos são existentes ali, porém, acontecem de maneira pontual, pouco interferem na paisagem da área.

Alguns pontos estão demarcados em azul claro, que indicam o gabarito máximo permitido de 2 pavimentos. Tais áreas correspondem às vilas existentes e a sobrados, remanescentes do período industrial do município, sendo essas edificações habitadas pelos operários das fábricas.

C A P Í T U L O 3

INVENTÁRIOS EM SANTO ANDRÉ: VISÕES DE PATRIMÔNIO E CIDADE

3.1. Uma nova metodologia de inventariar: O Inventário dos Espaços Significativos - 2004

Além dos três inventários realizados, especificamente, para o município de Santo André, foi realizada, em 2003, uma pesquisa para a realização de um inventário regional para as sete cidades da Região do Grande ABC. A pesquisa "7Cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC" foi coordenada pelo Prof. Dr. Arthur Cole, com participação da Prof.ª Dr.ª Sílvia Helena Passarelli, o artista plástico José Romero, além da participação de professores da Universidade de São Caetano do Sul (USCS), como Priscilla Perazzo e Luiz Paulo Bresciani.

Segundo Passarelli[18] (2019), a pesquisa 7Cidades foi uma proposta metodológica para a identificação do patrimônio cultural da região do Grande ABC, a partir de um olhar íntimo para a cidade. A pesquisa reuniu técnicos dos órgãos municipais e artistas, que saíam às ruas da cidade para a conhecer e reconhecer o que havia ali que poderia ser identificado como patrimônio.

Como metodologia, as equipes de cada município conversavam sobre quais seriam os percursos a realizar, locais importantes que não poderiam ser esquecidos. O trabalho de campo consistia em fotografias que eram tiradas da cidade, a partir das imagens que poderiam ser representativas para aquela população e para os próprios participantes da pesquisa.

Após o trabalho de campo, discutia-se todo o material levantado, debatendo a importância dos bens identificados, bem como as informações adquiridas pela participação das pessoas que questionavam o trabalho que estava sendo realizado. Assim, pode-se perceber que o método desenvolvido partiu da etnografia, da vivência

[18] Conversa informal com a pesquisadora.

dos espaços da cidade e não de um levantamento bibliográfico sobre o patrimônio das cidades.

Figura 31: Apresentação e discussão dos registros realizados nas pesquisas de campo. Fonte: Cole, 2006.

No município de Santo André, em um primeiro momento, a participação da pesquisa foi pequena. Apenas participou Fátima Mônaco Guides, arquiteta e urbanista, que na época atuava como coordenadora de programas no Departamento de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Santo André. Em um segundo momento, participou da pesquisa um grupo de fotógrafos que atuavam na Casa da Palavra.

A participação dos técnicos foi definida pela facilitação da técnica de desenvolvimento da pesquisa, que, posteriormente, poderia ser realizado junto aos próprios moradores das cidades. Para Passarelli, essa participação, principalmente dos técnicos das prefeituras, foi imprescindível para que saíssem de seu campo comum de trabalho e olhassem mais atentamente para a cidade, que é o grande objeto de trabalho. Os artistas foram importantes para a pesquisa graças ao olhar sensível que possuem e pela contribuição de trabalhos artísticos para a pesquisa.

Em Santo André, a pesquisa revelou diversas camadas de tempo sobrepostas, como um grande artefato humano. A Rua Coronel Oliveira Lima possui, ainda hoje, o

mesmo traçado de sua origem, que era o Caminho do Pilar, que ligava São Bernardo à Mogi das Cruzes.

Outra característica identificada são os tipos de pisos das calçadas na área central (Figura 32), que marcam o passeio do pedestre, como no calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima, que foi sinalizado como marcante nessa paisagem e na memória de quem transita nessa área.

Figura 32: Piso do calçadão da Rua Coronel Oliveira Lima. Fonte: Cole, 2006.

A participação de apenas um técnico da Prefeitura de Santo André dificultou o processo de divulgação e implementação da metodologia e das discussões realizadas durante a pesquisa 7Cidades, não obtendo resultados efetivos para a cidade, principalmente, nas políticas urbanas e de preservação.

3.2. Os inventários de Santo André

3.2.1. Inventário dos Bens Culturais e de Interesse Urbanístico – 1998

A partir de estudos de uso e ocupação da área central, o primeiro inventário do município de Santo André foi elaborado em 1998, por esse mesmo escritório, com direção geral do arquiteto Décio Tozzi e coordenação técnica da arquiteta Nilza Maria Toledo Antenor, tendo como título "Inventário dos Bens Culturais de Interesse

Urbanístico do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André", tendo como área de identificação de bens de interesse do patrimônio o centro e centro expandido, sem um perímetro delimitado especificamente, . Esse inventário integrava o Anexo I de um dos relatórios que fazia parte da Proposta Técnica que foi desenvolvido para o Projeto de Reurbanização e Revitalização do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André.

Esse primeiro levantamento de bens culturais foi criado a partir da necessidade de se entender as características do centro urbano como um todo, a fim de fornecer elementos que auxiliassem a criação de instrumentos urbanísticos de uso e ocupação do solo para a cidade de Santo André. Para a equipe do inventário, o seu objetivo era:

> Servir de subsídio para a definição dos exemplares arquitetônicos de interesse histórico e cultural, que pelos elementos construtivos, representativos de fases do desenvolvimento da cidade, mereçam ser preservados por instrumento legal específico. (TOZZI, 1998, p. 4).

O conceito que fundamentou a elaboração do inventário foi o de patrimônio como parte integrante da cultura, sendo essa entendida pela equipe como resultante da produção humana, a partir de suas necessidades em criar moradia, trabalhar, criar suas formas de lazer, sua comunicação e sua arte. Para a equipe, a preservação leva à manutenção das referências do que é a cidade e seus espaços para as pessoas, tornando o cidadão "consciente de sua posição na sociedade" (TOZZI ARQUITETURA, 1998, p. 1).

A metodologia utilizada foi o levantamento de imóveis, monumentos e logradouros, fornecidos por técnicos dos Departamentos de Habitação e de Desenvolvimento Urbano, bem como pesquisas em bibliografias, jornais, revistas e mapas do acervo do Museu de Santo André e em outras bibliotecas. Foram coletadas imagens antigas e daquele momento, representativas dos bens identificados, que foram construídos entre o início do século XX até o momento de elaboração do inventários, na década de 1990.

Na apresentação final do inventário, os bens foram classificados segundo sua tipologia: edifícios religiosos; conjuntos residenciais; edifícios residenciais; edifícios públicos; teatros, cinemas e clubes; edifícios escolares; edifícios industriais, comerciais e institucionais; logradouros; monumentos; parques. Inicialmente, havia a

intenção de apresentar outras tipologias além dessas citadas, mas que foram excluídas ou incluídas em outras classificações, segundo Tozzi Arquitetura (1998), pela falta de tempo da equipe em elaborar um estudo amplo, como: bens móveis – obras de arte, por exemplo; cemitérios e túmulos; edifícios e equipamentos ferroviários; manchas e respectivos bens – áreas que possuem um conjunto de bens que formam uma paisagem; chácaras, fazendas e sedes. Na introdução desse inventário há um roteiro de leitura, que sugere sua compreensão a partir dos períodos históricos do surgimento de cada um dos bens levantados, uma grande periodização sem especificação de datas, sendo esses períodos: 1. Primórdios – a cidade em formação; 2. O Avanço da Industrialização; 3. Modernidade.

A Figura 33 mostra a relação dos bens de interesse presentes nesse inventário:

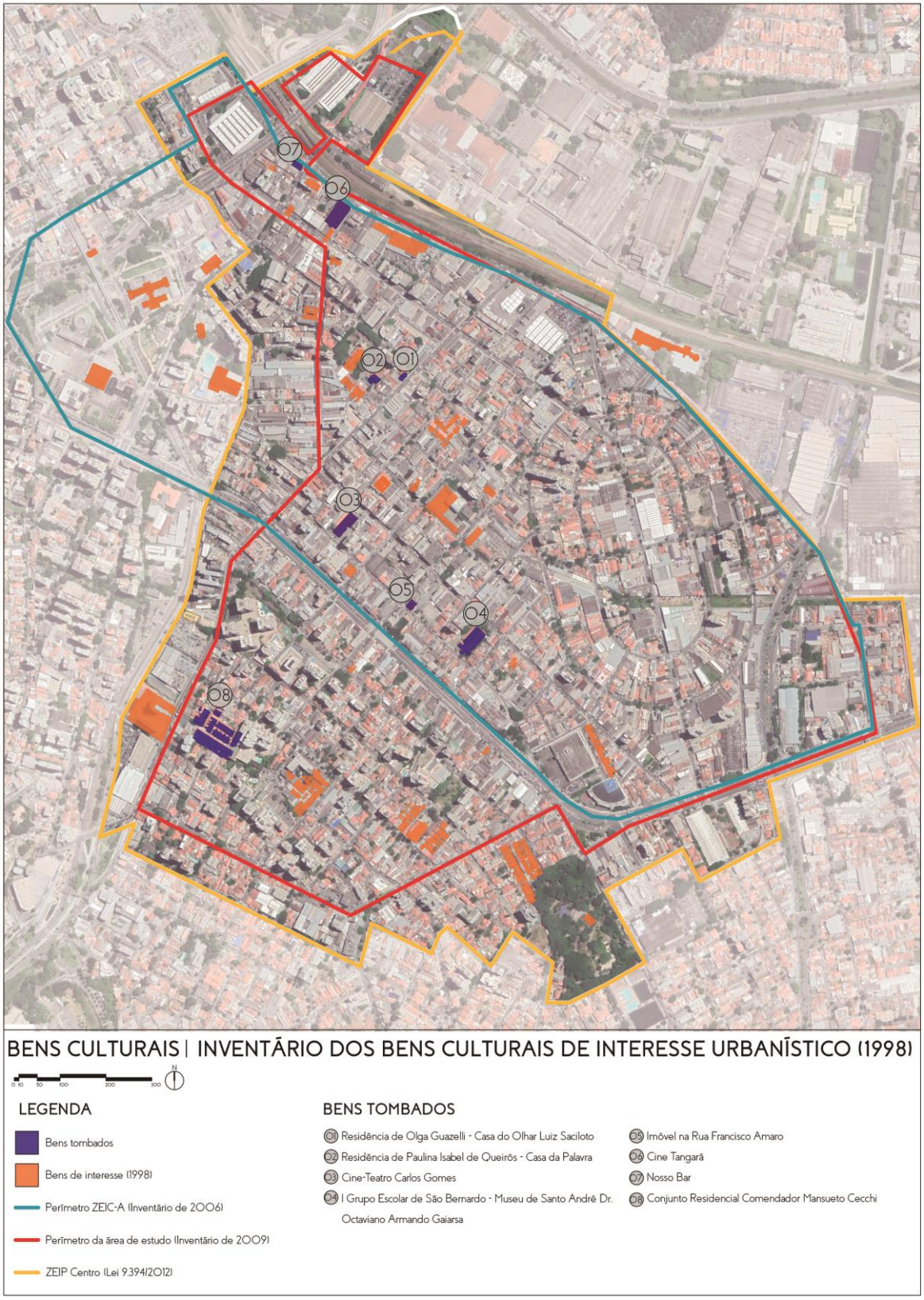
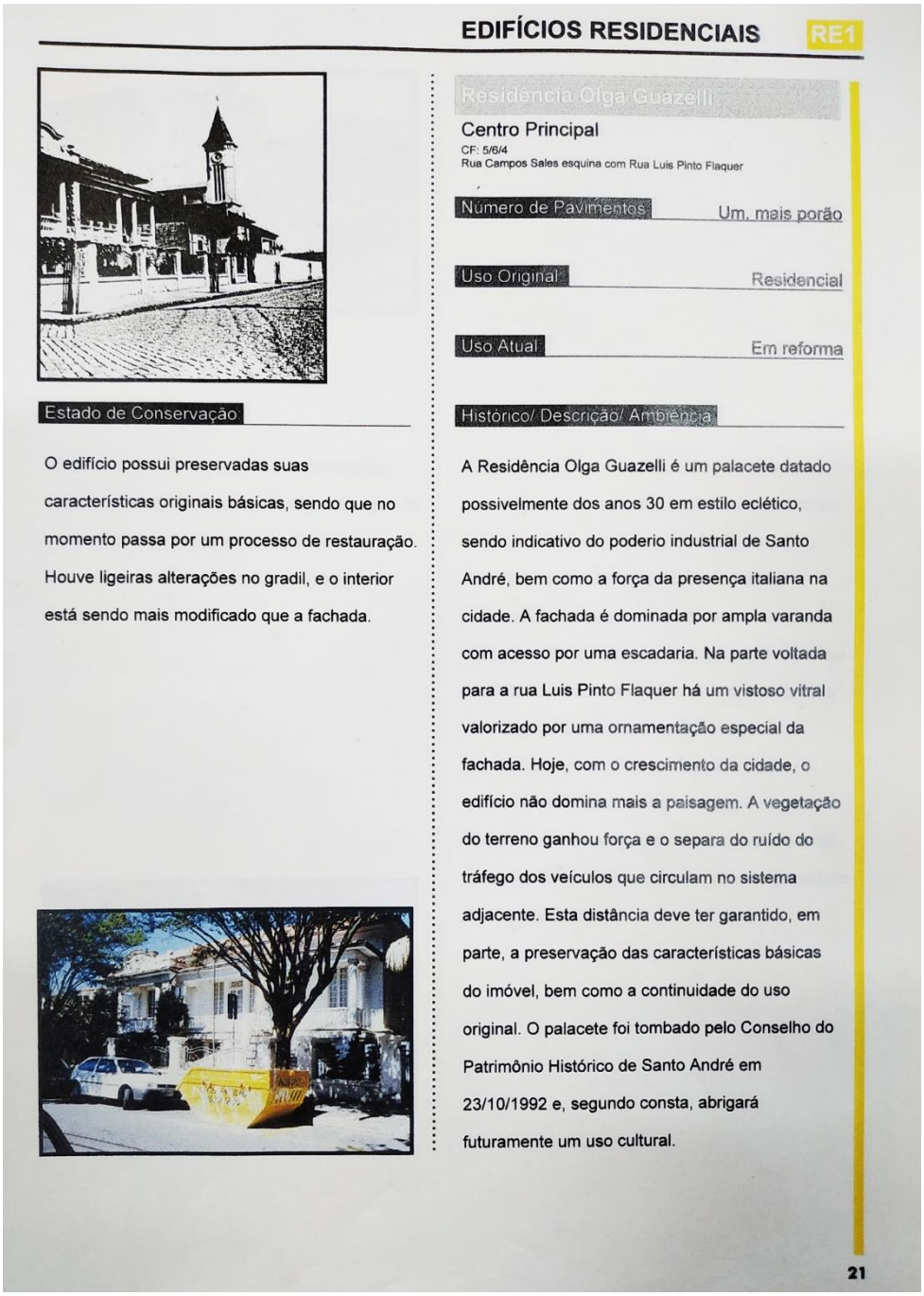


Figura 33: Bens de interesse indicados em inventário de 1998. Fonte: Base do Google Earth com edição da autora, 2019.

As informações dos bens e logradouros levantados foram sistematizadas em fichas (Figura 34), que também estão nos Anexo 4, com as seguintes categorias: nome; classificação fiscal; endereço; histórico, descrição, ambiência; número de pavimentos; uso original; uso atual; estado de conservação; fotos antiga e atual. Para as fichas de logradouros, monumentos e parques, as categorias de identificação são: endereço; histórico, descrição, ambiência; estado de conservação; fotos antiga e atual.



EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS RE1

Residência Olga Guazelli

Centro Principal

CF: 5/6/4

Rua Campos Sales esquina com Rua Luis Pinto Flaquer

Número de Pavimentos: Um, mais porão

Uso Original: Residencial

Uso Atual: Em reforma

Estado de Conservação

O edifício possui preservadas suas características originais básicas, sendo que no momento passa por um processo de restauração. Houve ligeiras alterações no gradil, e o interior está sendo mais modificado que a fachada.

Histórico/ Descrição/ Ambiência

A Residência Olga Guazelli é um palacete datado possivelmente dos anos 30 em estilo eclético, sendo indicativo do poderio industrial de Santo André, bem como a força da presença italiana na cidade. A fachada é dominada por ampla varanda com acesso por uma escadaria. Na parte voltada para a rua Luis Pinto Flaquer há um vistoso vitral valorizado por uma ornamentação especial da fachada. Hoje, com o crescimento da cidade, o edifício não domina mais a paisagem. A vegetação do terreno ganhou força e o separa do ruído do tráfego dos veículos que circulam no sistema adjacente. Esta distância deve ter garantido, em parte, a preservação das características básicas do imóvel, bem como a continuidade do uso original. O palacete foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico de Santo André em 23/10/1992 e, segundo consta, abrigará futuramente um uso cultural.

21

Figura 34: Ficha de identificação da Residência Olga Guazelli. Fonte: TOZZI, 1998.

Cabe destacar que foram atribuídos, para os bens levantados, valores arquitetônicos, históricos e representativos para a cidade. Segundo a equipe que elaborou o inventário, esses valores são:

> Bastante abrangentes que constam tanto nas leis de tombamento, assim como pela sua autenticidade, a sua engenharia, a sua curiosidade e no seu conjunto de originalidade. Bens antigos ou modernos, bens que retratam uma época ou que são simplesmente agradáveis como obra estética e que por todos esses motivos passam a ser referência urbana. (TOZZI, 1998, s/p.)

Por fim, colocam esse estudo como algo não definitivo, mas, sim, como uma provocação inicial para a continuidade e aprofundamento de um próximo inventário para a cidade como um todo, e não apenas para a área central (TOZZI, 1998, s/p.).

Como foi desenvolvido no momento do projeto Centro com Vida, a fim de promover a revitalização e reurbanização do centro principal e expandido, o resultado desse inventário foi a inserção de alguns dos bens levantados dentro do Corredor Cultural, que era um circuito de visitação a edifícios públicos, de caráter cultural, que também conectava espaços simbólicos no centro da cidade.

3.2.2. Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André – 2006

O segundo inventário para a cidade foi realizado em 2006, quando a PMSA contratou o Laboratório de Estudos Urbanos da Metrópole (LUME), ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a elaboração de um Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo André, com coordenação geral da Prof.ª Dr.ª Regina Meyer e coordenação técnica da Prof.ª Dr.ª Marta Grostein. A necessidade desse Plano de Preservação surgiu no momento de revisão do Plano Diretor do município, em 2004, com o objetivo de fornecer diretrizes para a preservação dos bens de interesse histórico e cultural que, segundo Meyer e Grostein (2006), tinham como princípio as questões ligadas ao desenvolvimento histórico e evolução urbana da cidade. Esse levantamento de bens de interesse para preservação foi realizado para todo o município de Santo André.

A fundamentação teórica desse Plano de Preservação baseou-se no conceito que o IPHAN apresentou em seu Termo Geral de Referência para Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (TGR – PPSH)[19], que procura adequar a dinâmica urbana às necessidades da preservação, além de fomentar a implantação de estratégias nos sítios históricos urbanos que promovam, também, o desenvolvimento econômico da cidade. O PPSH também estabelece que devem ser levadas em consideração três dimensões nas etapas de seu desenvolvimento: a dimensão normativa, que trata da regulamentação de políticas urbanas e de preservação; a dimensão estratégico-operacional, que se refere às ações de aplicação do plano, bem como à captação de recursos financeiros para tal; e a dimensão avaliadora, que procura avaliar as ações do PPSH e criar indicadores que avaliem a dinâmica urbana nas áreas preservadas.

Dentre os princípios norteadores que o IPHAN citou em seu TGR - PPSH, a equipe que elaborou o Plano de Preservação de Santo André selecionou os seguintes: o entendimento de que o valor patrimonial é essencial ao desenvolvimento urbano; aproxima a preservação ao ambiente urbano, como o sítio histórico, considerando seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e fundiários; coloca a dimensão cultural da cidade, entendida a partir da relação do homem com o meio físico, como fundamental ao seu desenvolvimento, mas que possui a mesma importância das outras dimensões produtoras da cidade; a concepção de uma gestão urbana compartilhada; defende a participação social em todos os processos da cidade (MEYER; GROSTEIN, 2006).

O conceito de patrimônio que fundamentou teoricamente esse levantamento foi o de patrimônio a partir do reconhecimento do seu valor histórico, pois, segundo Meyer e Grostein (2006, p. 4), "a análise dos bens assim como a posição oficial que se estabelece sobre eles é pautada pela interpretação histórica de seu desenvolvimento e de seu sentido contemporâneo".

[19] O Termo Geral de Referência Para Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano foi instituído pelo IPHAN, através da Portaria Nº 299, de 6 de julho de 2004. Disponível em: < portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_299_de_6_de_Julho_de_2004.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

A partir do entendimento do espaço urbano, a equipe evidencia que o patrimônio ali existente é fruto de um passado mais recente, relacionado à produção industrial da cidade. Com isso, cria-se, nesse estudo, o conceito de espaços de patrimônio, que busca articular "a preservação, a conservação e a reabilitação em uma escala de projeto urbano, que possa conciliar a memória coletiva e a cultura da cidade de herança industrial" (MEYER; GROSTEIN, 2006, p. 17).

Como metodologia, a equipe recebeu listagens de bens de interesse da Prefeitura Municipal e investigou não apenas imóveis, mas também espaços públicos e monumentos, realizando, também, visitas a campo. O município de Santo André foi dividido em 16 espaços de patrimônio (Figura 35): ZEIC A – área central, Vila Assunção, ZEIPP Paranapiacaba, Corredor Guarará/Vila Luzita, Parque das Nações, Parque Novo Oratório, Santa Terezinha, Vila Pires, Conjunto do IAPI, Av. Pereira Barreto, Av. Prestes Maia, Bairro Campestre/Bairro Jardim/Av. Industrial, Vila Metalúrgica, Rio Tamanduateí, Vila Euclor, Polo Petroquímico.

Figura 35: Espaços de patrimônio. Fonte: LUME, 2006.

Foram levantados nesses espaços de patrimônio 92 bens de interesse em toda a cidade e, para a área central, denominada Zona Especial de Interesse Comercial, ZEIC A – Área Central, foram listados 47 bens, sendo o perímetro com o maior número (Figura 36).

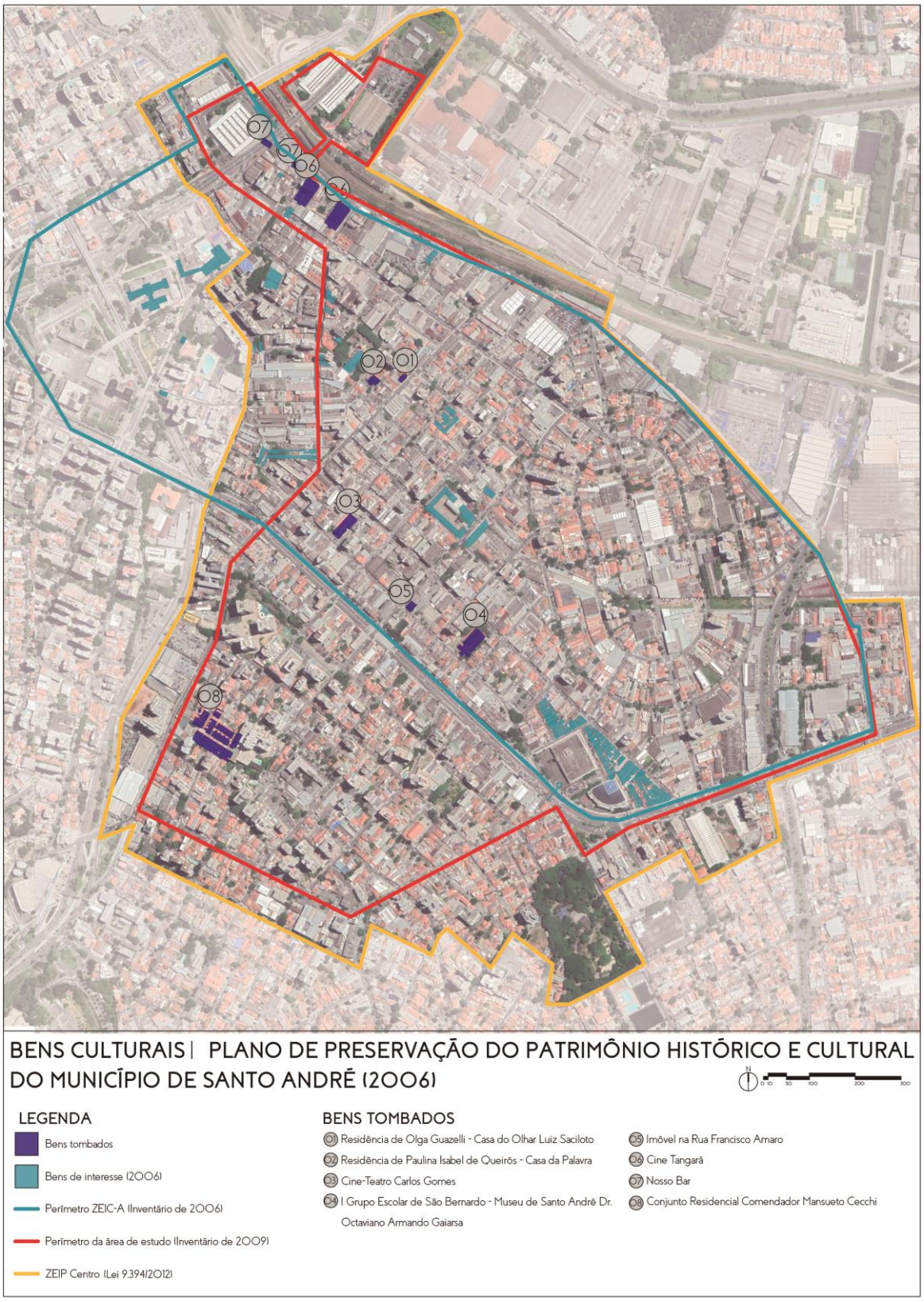


Figura 36: Bens de interesse indicados em inventário de 2006. Fonte: Base do Google Earth com edição da autora, 2019.

Essa zona destaca-se pela concentração de comércios e serviços, por isso é denominada de zona comercial. Segundo a equipe do inventários são duas as principais questões da ZEIC A (MEYER; GROSTEIN, 2006, s/p.):

> - Manutenção de imóveis específicos de valor histórico, arquitetônico e cultural (antigos solares, museus, igrejas, edifícios públicos, monumentos, etc.;
> - A preservação de referenciais urbanos, municipais (conjuntos arquitetônicos, traçado urbano, calçadões, orla ferroviária).

Cada um dos itens levantados recebeu uma ficha de identificação (que podem também ser vistas no Anexo 5), que contém as seguintes categorias: nome; endereço; uso original; uso atual; estado de conservação; entorno; ciclo histórico; caracterização tipológica; fotos atuais; mapas de localização em três escalas – município, perímetro do espaço de patrimônio, quadra (Figura 37).

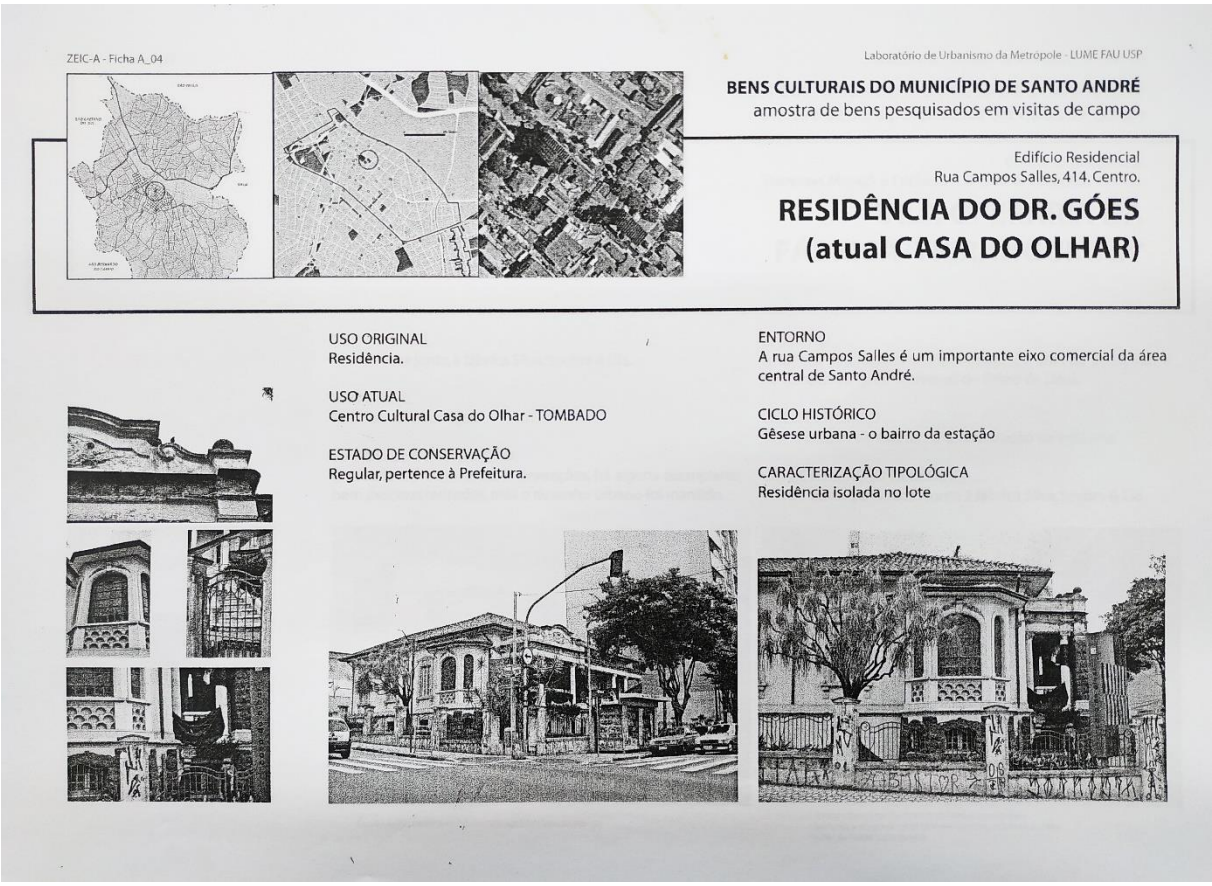


Figura 37: Ficha do inventário para a Residência do Dr. Góes, que hoje é a atual Casa do Olhar. Fonte: LUME, 2006.

Apesar de ter sido um levantamento dos espaços de patrimônio em todo o município, esse inventário não resultou em ações concretas, configurando-se como mais um plano de preservação, sem aplicação real, nem mesmo para estudos posteriores dentro do COMDEPHAAPASA.

3.2.3. Inventário de Bens Culturais de Santo André – 2009

Em 2008, a Lei nº 9.071 de 05 de setembro de 2008, que instituiu o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural[20] – PPPC -, foi um grande avanço nas políticas de preservação do patrimônio cultural no município. Dentre as novidades implementadas por essa lei, destacam-se a formação de um corpo técnico fixo, uma vez que o COMDEPHAAPASA não possuía, até então, técnicos que se dedicassem exclusivamente à preservação, e também multidisciplinar, visto que há a necessidade de se discutir diversos valores e questões dentro do patrimônio, que vão além da arquitetura e da materialidade.

Ainda dentro do PPPC, o Art. 70 trouxe uma importante tarefa ao corpo técnico: organizar um inventário de bens culturais para o município, expondo no Art. 73 os seguintes objetivos desse inventário:

> Art. 73. São objetivos do Inventário:
>
> I. permitir a identificação dos bens culturais de interesse do patrimônio cultural, seu estado de conservação e os fatores de degradação, constituindo-se num processo contínuo de investigação;
>
> II. fornecer subsídios para o encaminhamento de processos de tombamento e de registro;
>
> III. fornecer subsídios às ações de educação patrimonial, aos programas de preservação e de salvaguarda de manifestações culturais de quaisquer naturezas;
>
> IV. instrumentalizar as ações do Poder Público;
>
> V. colher e armazenar dados que facilitem a identificação em casos de falsificação, roubo, comércio ilegal, descaracterização, depredação e deterioração dos bens culturais. (LEI Nº 9.071, de 05 de setembro de 2008).

[20] O Plano de Preservação do Patrimônio Cultural no Município de Santo André – PPPC – foi instituído pela Lei Nº 9.071, de 5 de setembro de 2008.

Sendo estabelecida a necessidade de um inventário municipal por lei, em 2008, o corpo técnico do órgão de preservação de Santo André iniciou a elaboração do terceiro inventário, denominado Inventário de Bens Culturais de Santo André. Apesar de ter sido iniciado em 2008, ainda hoje, esse inventário ainda não teve sua etapa final concluída, mas foi importante como um projeto piloto, inicialmente apenas para a área central, mas que, posteriormente, seria também realizado para as demais regiões do município.

A metodologia desenvolvida para a organização desse inventário foi dividida em cinco etapas. A primeira etapa foi a definição dos conceitos de aproximação do território: o conceito de inventário "como um instrumento de identificação, conhecimento, difusão e salvaguarda de bens e manifestações culturais que expressasse de forma plural, sistemática e permanente as ações de intervenção no espaço da cidade" (GONÇALVES; LEAL; KLEEB, 2011, p. 154).

Outro conceito importante utilizado foi o de paisagem cultural, definido, através da Recomendação (R) 95, de 11 de setembro de 1995, da Convenção Europeia da Paisagem, que definiu as áreas de paisagem cultural como:

> Partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (IPHAN, 2004, p. 331).

A adoção do conceito de paisagem cultural partiu da intenção da equipe em abordar no inventário os diferentes elementos e manifestações presentes no território, identificando, dessa forma, seus valores materiais e imateriais, que podem ser vistos nas diversas transformações ocorridas na cidade, reveladas como ações do homem sobre a paisagem urbana. Segunda Fátima Leal Talavella[21] (TALAVELLA apud GONÇALVES, 2011), o objetivo era contemplar a relação entre o homem e o meio ambiente, a memória e a relação entre bens materiais e imateriais.

[21] Arquiteta e Urbanista que participou do inventário realizado em 2009, atua no corpo técnico do COMDEPHAAPASA.

A segunda etapa foi a delimitação da área de estudo, pautada na ocupação histórica da cidade. No século XVI havia a presença de caminhos indígenas que levavam para o interior, como o Caminho do Pilar e o Caminho do Mar, eixos que definiram a ocupação da região e que ainda se fazem presentes no tecido urbano da cidade. Outro importante fato histórico que definiu a ocupação de Santo André foi a linha férrea São Paulo *Railway*, com a instalação da Estação de São Bernardo, que promoveu a formação do Bairro da Estação, núcleo urbano inicial da cidade, no final do século XIX. A Figura 38 mostra os primeiros núcleos de ocupação dessa área e os primeiros caminhos formados.

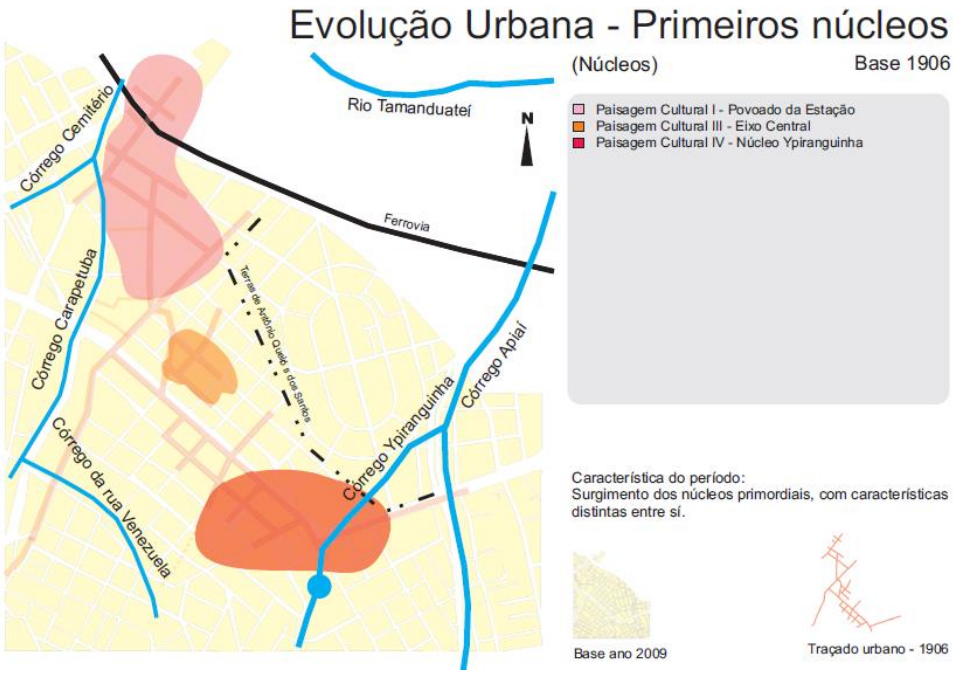


Figura 38: Evolução urbana do perímetro de estudo. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2011.

Dessa forma, definiu-se o perímetro de inventariação pela interseção desses eixos (linha férrea, Caminho do Pilar e Caminho do Mar), abrangendo o centro de Santo André, o Bairro Casa e Branca e, parcialmente, a Vila Assunção. Além dessa área, determinou-se, também, uma área de influência, composta pelas quadras imediatas ao perímetro de estudo (Figura 39).

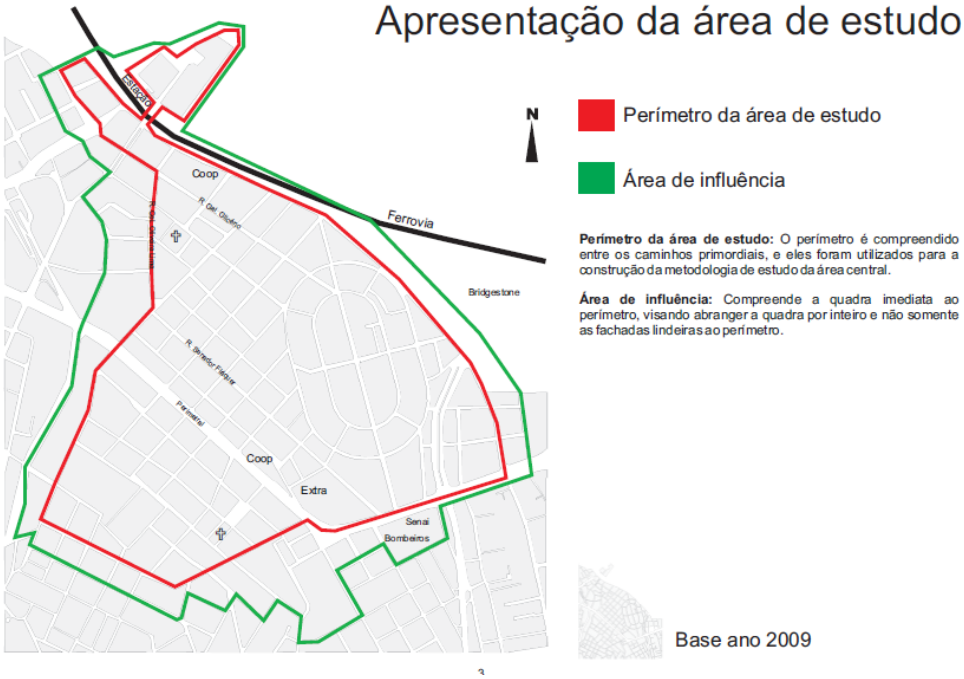


Figura 39: Perímetro de estudo e área de influência. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2011.

A terceira etapa, iniciada em 2009, consistiu no diagnóstico da área central. Para tanto, realizaram pesquisa de campo, fotografando, praticamente, todos os lotes presentes no perímetro de estudo, observando as edificações, as calçadas e outros elementos da paisagem. Essa etapa teve a duração de 4 meses, resultando em mais de 1.500 fotos de 135 quadras. Também foram realizadas pesquisas documentais, em fontes primárias e secundárias, a fim de compreender os usos, as questões socioeconômicas e a legislação incidentes nesse território.

O estudo dos caminhos iniciais e o traçado atual permitiram aos técnicos perceber que o traçado permanece o mesmo dos caminhos iniciais, comparando um mapa atual e um mapa de 1906. Assim, foi definido o perímetro de estudo bem como uma área de influência, entendendo que os caminhos continuam e não são quebrados.

A análise de mapas e da topografia permitiram compreender a evolução urbana da área, que possui remanescentes dos arruamentos iniciais ainda hoje. Ainda nessa etapa, foi feito levantamento iconográfico, organizado por década, a partir de 1900, para compreender quais foram as permanências e transformações ao longo do tempo dentro da área de estudo. Nas décadas de 1970 e 1980, a análise do tecido urbano da

área de estudo fragmenta-se a medida que surgem novas avenidas, fazendo com que haja descontinuidade nas paisagens. Segundo Gonçalves (2011), essas análises permitiram constatar que, até o momento dos levantamentos, ainda havia a presença de fábricas na área que hoje se entende como centro urbano do município.

Como quarta etapa, a equipe dividiu a área de estudo em 18 paisagens culturais (Figura 40), a partir do diagnóstico realizado em etapa anterior, identificadas pelas similaridades, e cada uma recebeu um nome característico. Houve quadras que não se aproximavam de nenhuma outra paisagem reconhecida na área, graças às modificações que sofreram ao longo do tempo, que ficaram denominadas como paisagens exóticas.

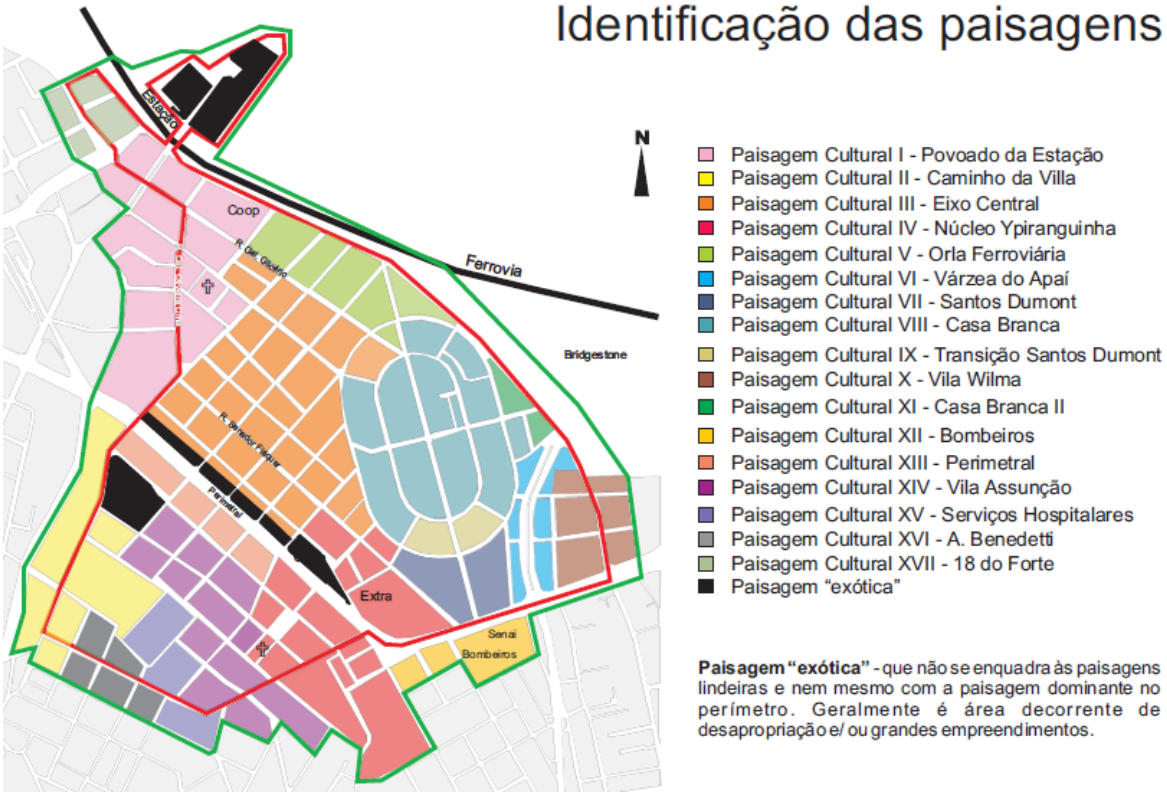


Figura 40: Inventário realizado em 2009 – área de estudo e identificação das paisagens culturais. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

A quinta etapa foi a sistematização e aprofundamento dos dados levantados nas etapas anteriores. Cada paisagem foi identificada segundo as seguintes categorias, definidas pelo cotidiano, identidade e planejamento da cidade: uso inicial, valor imaterial, estado de conservação, atividades cotidianas e festividades, elementos

arquitetônicos, período provável da construção, calçadas (tipos), tampas de bueiros, entorno dos bens de interesse, sensações (sons, imagens, cheiros), área verde urbana (Figura 41). As categorias subdividiram-se em subcategorias, por exemplo, a categoria entorno dos bens de interesse, que ficou subdividida em prédios conservados, prédios deteriorados e prédios em estado mediano. Essa etapa ainda não foi finalizada. Após sua conclusão, o corpo técnico tinha em seus planos futuros compartilhar o inventário, a fim de receber participação da sociedade, envolvendo-a nas ações de proteção e manutenção do patrimônio cultural da cidade.

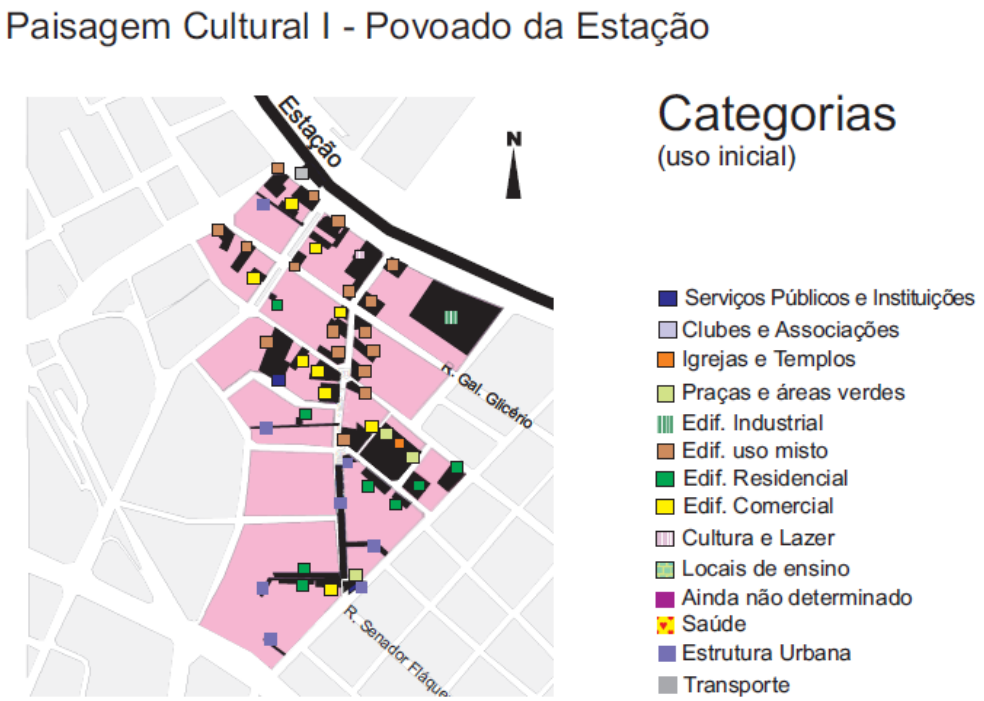


Figura 41: Ficha da categoria de uso inicial para a Paisagem Cultural I, identificada como "Povoado da Estação". Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

Dentro da paisagem "Povoado da Estação", núcleo inicial de formação do município, há a presença de sobrados, com o térreo comercial e o pavimento superior de uso residencial. Segundo Aguinaldo Gonçalves, técnico do COMDEPHAAPASA, não há um estilo arquitetônico predominante, mas sim tipologias que caracterizam essa paisagem. Também estão presentes vilas e casas sem recuos, onde moravam os operários das fábricas, que contrastam com edifícios modernos, ícones do início da

verticalização na área, a partir da década de 1970. A Figura 42 mostra todos os bens identificados pela equipe como de interesse para o patrimônio:

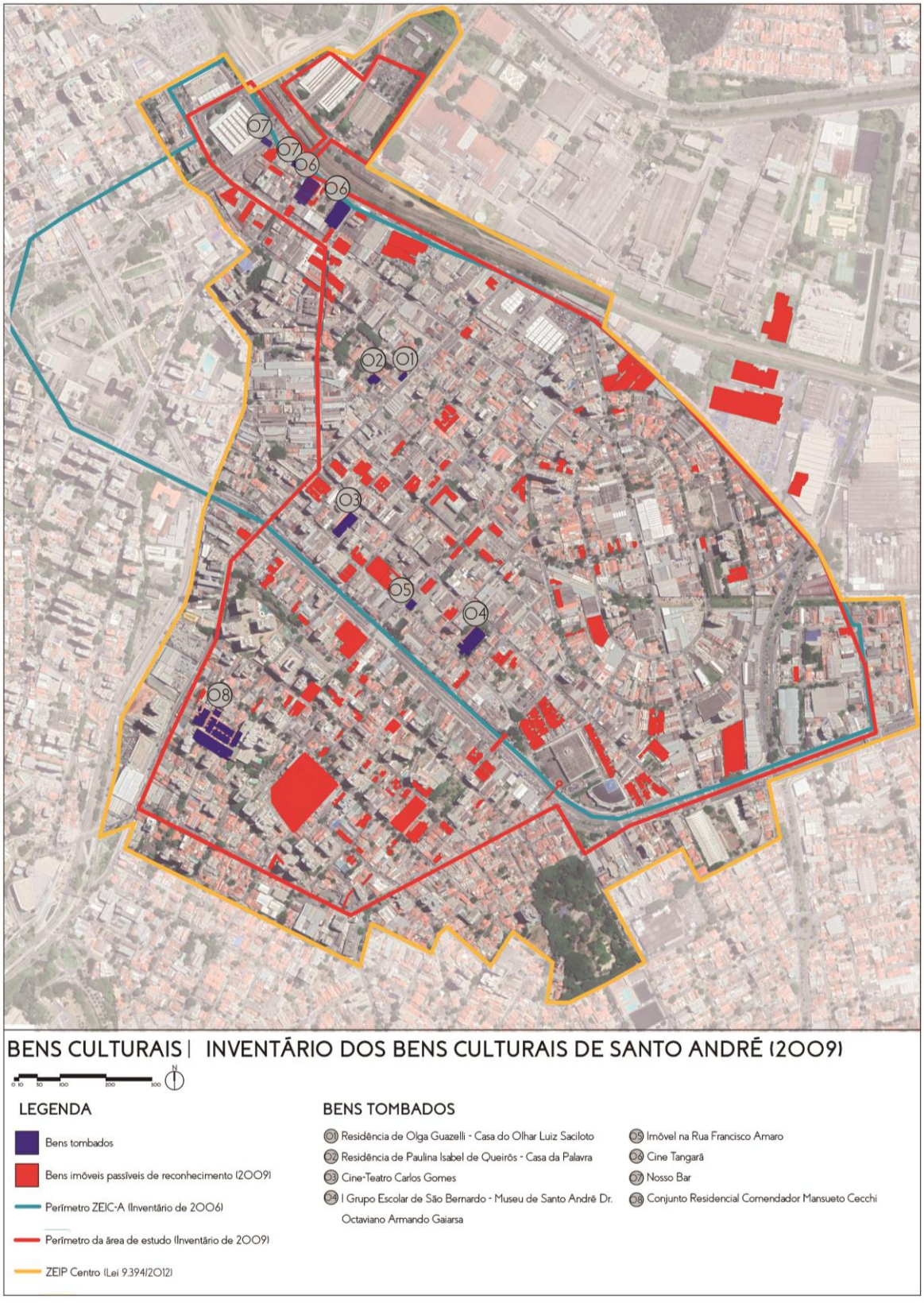


Figura 42: Bens de interesse indicados em inventário de 2009. Fonte: Base do Google Earth com edição da autora, 2019.

Apesar de não finalizado, esse inventário trouxe um resultado concreto: o perímetro de estudo utilizado foi incorporado no Plano Diretor do Município de Santo André (Lei nº 9.394, de 05 de janeiro de 2012), como Zona Especial de Interesse do Patrimônio da Área Central – ZEIP -, que apresentou no Art. 73 A o objetivo de "proteção da paisagem cultural e de sua identidade, preservando-se a área de origem do atual Município de Santo André" (SANTO ANDRÉ, 2012).

Com isso, seriam criadas diretrizes para essa área, a fim de assegurar a manutenção adequada dessa paisagem, orientando as futuras intervenções na área. Essa, segundo Fátima Leal Talavella (TALAVELLA apud GONÇALVES, 2011), seria uma outra forma de proteção que foge ao tombamento, permitindo a proteção da paisagem e não apenas de edifícios isolados, mas sim de um conjunto de edifícios que formam a paisagem. Também consideram a proteção da paisagem importante para a preservação das manifestações e das áreas verdes que estão presentes ali.

3.3. Do monumento à paisagem cultural em Santo André

No capítulo anterior foram apresentados os inventários realizados para Santo André, descrevendo suas características, o momento em que foram elaborados, as fichas de identificação dos bens, a inserção dentro do território dos bens identificados nos inventários. Todos esses dados serão, neste capítulo, analisados, de forma a alcançar o objetivo desta pesquisa de examinar e compreender a visão de cidade e de patrimônio em cada um dos três inventários.

Apesar de os inventários fornecerem muitos dados sobre o patrimônio cultural e os bens de interesse para preservação em Santo André, há uma distância de quase onze anos do último inventário até o momento atual dessa pesquisa. Com isso, fez-se necessária uma pesquisa de campo com enfoque para a memória industrial dentro do perímetro de estudo, a partir da importância industrial que a área possui, uma vez que tal período alavancou a formação e ocupação do território.

Assim, nesse capítulo também é apresentado um panorama das indústrias que existiram dentro da área de estudo e as edificações industriais que ainda permanecem ali, bem como os remanescentes industriais e os remanescentes da ocupação inicial do que hoje é a área central do município, que são a memória da origem e desenvolvimento da cidade, importantes a serem preservados e reconhecidos como patrimônio cultural enquanto um conjunto urbano e, portanto, conformam uma paisagem cultural.

3.3.1. Visões de patrimônio e cidade nos inventários de Santo André

A Tabela 3 relaciona os inventários às gestões e políticas urbanas correspondentes ao período de elaboração de cada um.

Tabela 3: Relação de gestão, políticas urbanas e inventários em Santo André.

Gestão	Projeto urbano/Política urbana ou de preservação	Inventário	Ano do Inventário
Celso Daniel (1997 – 2000)	Centro com Vida, 1997	Inventário dos Bens Culturais e de Interesse Urbanístico	1998
João Avamileno (2005 -2008)	Plano Diretor de Santo André, 2004	Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André	2006
Aidan Antônio Ravin (2009 – 2012)	Plano de Preservação do Patrimônio Cultural (PPPC), 2008	Inventário de Bens Culturais de Santo André	2009

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Percebem-se os desdobramentos da descontinuidade das gestões em cada um dos inventários, elaborados a partir de políticas urbanas diferentes, sendo o principal problema a falta de relação entre os três inventários, sendo que os inventários mais antigos não são citados pelos mais novos, fazendo com que cada um seja elaborado partindo de um ponto inicial sem referências anteriores.

Os dois primeiros inventários foram elaborados durante gestões que favoreciam e incentivavam a participação social nos processos de desenvolvimento da cidade. Ainda que o terceiro inventário, de 2009, tenha sido realizado em outra

gestão, ele foi resultado de uma necessidade exposta no PPPC, durante a gestão anterior, instituído em 2008.

A partir da descrição anterior de cada um dos três inventários, é possível reunir suas principais características na tabela a seguir (Tabela 3):

Tabela 4: Síntese dos três inventários para a área central de Santo André (1998, 2006, 2009)

INVENTÁRIO		Inventário dos Bens Culturais de Interesse Urbanístico	Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – Bens culturais do município de Santo André	Inventário de Bens Culturais de Santo André
AUTOR		Décio Tozzi Arquitetura e Urbanismo S/C LTDA (contratado pela PMSA)	LUME FAU USP (contratado pela PMSA)	Corpo técnico Gerência de Preservação de Memória (PMSA)
ORGANIZAÇÃO DO INVENTÁRIO		Categorias de uso: edifícios religiosos, conjuntos residenciais, edifícios residenciais, edifícios públicos, teatros/cinemas/clubes, edifícios escolares, edifícios industriais/comerciais/institucionais, logradouros, monumentos, parques	Espaços de patrimônio: ZEIC A-área central, Rio Tamanduateí, Vila Assunção, ZEIPP-Paranapiacaba, Bairro Campestre/Jardim/Av. Industrial, Santa Terezinha, Vila Metalúrgica, Polo Petroquímico, Vila Pires, Vila Luzita, Av. Prestes Maia, IAPI	Paisagens culturais: Povoado da Estação, Caminho da Villa, Eixo Central, Núcleo Ypiranguinha, Orla Ferroviária, Várzea do Apaí, Santos Dumont, Casa Branca, Transição Santos Dumont, Vila Wilma, Casa Branca II, Bombeiros, Perimetral, Vila Assunção, Serviços Hospitalares, A. Benedetti, 18 do Forte, Paisagem "exótica"
ANO		1998	2006	2009
HISTÓRICO		Histórico/Descrição/Ambiência	Ciclo histórico	
CARACTERÍSTICAS GERAIS		Levantamento no centro e centro expandido (Centro e Bairro Jardim)	Levantamento de todo o município	Área central
		Não há visão de conjunto	Visão de conjunto dos espaços	Visão fragmentada - 18 paisagens
Nº DE BENS DE INTERESSE		71	47	219
ASPECTOS MATERIAIS	EDIFÍCIO	Nome, endereço, imagem antiga/atual	Nome, endereço, mapa, imagem	Identificação dos bens de interesse – conjunto no mapa
		Número de pavimentos	Caracterização tipológica	Elementos arquitetônicos
		Estado de conservação	Estado de conservação	Estado de conservação
		Uso original	Uso original	Uso inicial
		Uso atual	Uso atual	
	AMBIENTE		Entorno	Calçadas
				Tampas de bueiros
				Entorno dos bens de interesse
				Área verde urbana
ASPECTOS IMATERIAIS				Valor imaterial
		Práticas sociais (Descrição/Ambiência)		Atividades cotidianas e festividades
				Sensações
RESULTADOS		Inserção de alguns bens no projeto do Corredor Cultural (2000)	Sem resultados	Área de estudo incorporada ao Plano Diretor (2014) - ZEIP

Considerando-se que, nas décadas de 1980 e 1990, assim como em outros municípios, Santo André passava por uma reestruturação de sua economia a partir da crise na indústria, o primeiro inventário surge como uma tentativa de impulsionar a imagem da cidade utilizando para isso o *city marketing*, durante a primeira gestão do Prefeito Celso Daniel. Essa estratégia colocou o centro urbano como um produto, tratava-se de um consumo cultural, utilizando a memória da cidade e seus equipamentos culturais como elementos de destaque para a promoção da imagem de Santo André.

A estratégia do *city marketing* foi utilizada em muitos projetos durante a década de 1990, em diversas cidades, contemplando o patrimônio com possibilidade de rentabilização. Essas ações no campo do patrimônio cultural sujeitas ao marketing e desenvolvimento econômico foram elaboradas, em sua maioria, por agentes da área da economia, já os agentes ligados à preservação tiveram pouca ou nenhuma participação: como consequência, os organismos de preservação perderam prestígio, espaço e função, assim como os especialistas em patrimônio. Em contrapartida, muito se discursou sobre viabilidade econômica e financeira, sustentabilidade e valorização imobiliária" (SANT´ANNA, 2017, p. 396)

Ainda que essas estratégias econômicas tenham colocado o patrimônio em relação com questões de desenvolvimento social, a lógica predominante foi a de promover ganhos financeiros. Com isso, os estudos voltavam-se para a promoção da imagem da cidade, fazendo com que o patrimônio cultural perdesse significativos diagnósticos referentes à história e à cultura, que poderiam auxiliar na elaboração de instrumentos de difusão de conhecimento sobre a própria cidade. Sant'Anna (2017, p. 398) atribui a essas questões o fato de que as políticas de preservação, nesse período de vários planos e projetos de revitalização de sítios urbanos, não conseguirem ter alcançado resultados suficientes e que se tornassem sistemáticos.

O consumo cultural das cidades já foi discutido por Meneses (2006), devido à recorrência do uso cultural nos bens preservados como um senso comum de que o patrimônio deveria ter esse tipo de utilização. Com isso, as atividades cotidianas, como o trabalho, são desprezadas e, algumas vezes, esquece-se até mesmo os fatos sociais que produziram o bem cultural. Para resolver essa exclusão da esfera do trabalho do

campo da cultura, Meneses aponta que "a diretriz (..) é considerar o cultural uma dimensão do social – e não o inverso" (2006, p. 41).

Alguns dos bens identificados nesse inventário fizeram parte do chamado "Corredor Cultural", um circuito de visitação e de atividades culturais, como o Cineteatro Carlos Gomes, a Casa do Olhar, a Casa da Palavra, reforçando, assim, o consumo cultural da área central.

O segundo inventário, elaborado em 2006, aconteceu a partir do Plano Diretor do município de 2004, que colocou a elaboração de um Plano de Preservação do Patrimônio Cultural como uma das tarefas a serem realizadas pelo corpo técnico do COMDEPHAAPASA e, por esse motivo, foi realizado para todo o município de Santo André, diferente dos outros dois inventários. Nesse inventário, os bens de interesse para preservação são reconhecidos como testemunhos da evolução histórica e da expansão urbana da cidade e a área central é associada à imagem de centro comercial, uma vez que a área de levantamento do centro é denominada como Zona Especial de Interesse Comercial.

O terceiro inventário, de 2009, acontece a partir da criação do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural, que coloca a elaboração de um inventário como um dos instrumentos necessários ao reconhecimento do patrimônio cultural do município. Outro fator que possibilitou a elaboração do inventário foi a formação de um corpo técnico fixo e multidisciplinar, uma equipe que poderia se dedicar exclusivamente às questões de preservação e, portanto, à elaboração de um inventário. Cabe destacar que esse inventário foi o único elaborado por equipe do município e não externa.

Quanto aos conceitos, percebe-se uma ampliação do conceito de patrimônio cultural que passa pelos três inventários, reflexo dos momentos de elaboração de cada inventário, de natureza política, sociológica e econômica, resultados do campo de forças produtoras da cidade.

No primeiro inventário percebe-se um caráter de monumentalidade, uma vez que a identificação dos bens não traz relação com o ambiente urbano em que está inserido e, mesmo reconhecendo conjuntos residenciais, ainda não há conexão com

o entorno urbano. Desde a década de 1930, é comum nas ações de preservação do patrimônio cultural o reconhecimento de bens isolados do ambiente urbano, que se limita à atribuição de valores apenas à materialidade do bem e não aos fatos sociais ali ocorridos, características que não privilegiam a apropriação do patrimônio pelas pessoas.

O conceito de espaços de patrimônio utilizado em 2006 pode ser entendido como uma área em que estão presentes bens importantes para a cidade, do ponto do valor histórico, passíveis de reconhecimento como patrimônio cultural. Dessa forma, não há apenas o reconhecimento de edifícios históricos e culturais, mas sim de lugares que são referências para as pessoas, que marcam a identidade da cidade.

O inventário de 2009 apresenta um conceito de patrimônio mais recente: a paisagem cultural. A chancela da paisagem cultural foi estabelecida no Brasil pelo IPHAN, em 2009 que, segundo Castriota (2010, p. 17), a ideia de paisagem cultural "não só indica as interações significativas entre o *homem* e o *meio ambiente natural*, mas também combina de forma inextricável os aspectos *materiais* e *imateriais* do patrimônio, muitas vezes pensado separadamente".

Como pode ser observado na Tabela 3, a organização do inventário ocorreu de maneiras distintas nos três inventários. No primeiro, o inventário foi dividido pelos usos de cada bem, além de categorias como monumentos, parques e também o reconhecimento de logradouros importantes, como a Rua Coronel Oliveira Lima, podendo-se dizer que há uma escala do lote e da rua, mas não de um ambiente maior que possibilite uma leitura de conjunto. O segundo inventário foi organizado de acordo com os espaços de patrimônios identificados no território, que possuem a escala dos bairros, considerando a dimensão urbana do patrimônio. Já o terceiro inventário, apesar de estar organizado em paisagens culturais, possui a escala da quadra, visto que as paisagens culturais são identificadas por quadras que, somadas, formam um conjunto da área central.

Levando em consideração, nesse último inventário, que a paisagem está identificada na escala da quadra, pode-se dizer que há alguns equívocos na aplicação do conceito. A adoção do conceito de paisagem cultural justificada pela equipe pelo fato de se reconhecer a relação do homem com o meio natural e, com isso, atribuírem-

se valores e marcas no território, é cabível. Entretanto, a paisagem cultural, ainda que seja um "conceito controverso e polissêmico" (RIBEIRO, 2010, p. 29), quando lida por quadras torna a própria paisagem fragmentada, dificultando a leitura do conjunto.

Em relação ao que é dito na Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural (2007), alguns princípios básicos não foram contemplados na elaboração do inventário de 2009 que adota a paisagem cultural como conceito principal. Um deles é em relação à participação da sociedade civil que, segundo o Artigo 12 desse documento, deveria ser formado um conselho local para cuidar da paisagem cultural e divulgá-la aos diferentes grupos da sociedade, entretanto, não houve participação da sociedade em nenhuma das fases de elaboração do inventário. Outra questão é quanto à elaboração de um Plano de Salvaguarda, ou seja, um sistema de diretrizes e normas monitorariam as transformações e permanências da paisagem; ainda que a delimitação da área de estudo tenha sido adotada como ZEIP, não houve a criação de diretrizes para a manutenção da área.

Em relação ao contexto histórico, no primeiro inventário há uma breve descrição em cada uma das fichas como a categoria "Histórico/Descrição/Ambiência", que é um breve relato da importância do bem, por vezes histórica ou por ser representativo para a cidade como um marco. No terceiro inventário não há um contexto histórico para os bens, mas sim para a área de estudo como um todo, realizado pela equipe de elaboração antes mesmo do levantamento de quais seriam os bens apontados no inventário como passíveis de reconhecimento, possibilitando a identificação dos elementos que compõem as paisagens culturais e, ainda que dentro do perímetro de estudo haja diferentes características, ainda há um contexto que abrange toda a área, que é a evolução história e o desenvolvimento urbano do município.

Ainda sobre o contexto histórico, o segundo inventário traz uma categoria há muito discutida, principalmente pela historiadora Marly Rodrigues, que são os "ciclos históricos". Para Rodrigues, os ciclos expressam:

> Ideia de progresso, decadência e sucessão contínua de atividades exclusivas, o ciclo afigurava-se como forma de situar um bem material nos limites do tempo e do espaço dando-lhe historicidade, embora restrita, pois o critério não atende à complexa rede de relações culturais presentes em um período (RODRIGUES, 1999, p. 44).

Dessa forma, o patrimônio liga-se aos fatos memoráveis da história do município, não abrangendo relações sociais com as quais a população se identificaria. Tais fatos memoráveis são selecionados por um grupo, que desconsiderou os valores que fazem parte do cotidiano dos próprios atores dessa história, sendo que "o principal sujeito da cultura é o habitante local" (MENESES, 2009, p. 39).

O número de bens de interesse identificados é algo relevante, pois divergem de um inventário para outro, apesar de terem quase a mesma área de levantamento. Chama-se atenção para o número de bens indicados no terceiro inventário, pouco mais que o triplo do número de bens do primeiro inventário. Pode-se justificar esse fato pela metodologia utilizada, com uma aproximação ao território feita nesse inventário que não ocorreu nos outros dois, com base em pesquisas de campo que observaram quadra a quadra, um estudo aprofundado do território para identificar o que havia naquela paisagem que seria de relevância para o município e sua população.

Quanto aos aspectos materiais dos bens, são relacionados aos edifícios e ao ambiente. As características referentes ao edifício são presentes em todos os inventários e descrevem a localização, os usos, gabarito, apresentam imagens dos bens, sua localização no território, estado de conservação. Entretanto, o ambiente é pouco caracterizado nos dois primeiros inventários, sendo de maior importância no terceiro inventário, que procura identificar: os tipos de calçadas; as tampas de bueiros, que possuem as datas de sua instalação e, assim, uma possível época de desenvolvimento do bairro; o entorno, que caracteriza o estado de conservação das edificações que compõem a paisagem; e a área verde urbana, que identifica parques, arborização nas vias, áreas de preservação.

A Constituição de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, reconhecendo não apenas os valores materiais dos bens, como também os valores imateriais, uma vez que esses bens são "portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Constituição Brasileira de 1988, Artigo 216).

Nesse contexto, o primeiro inventário coloca as práticas sociais relacionadas ao bem na categoria "Descrição/Ambiência", pois cita alguns fatos ocorridos junto ao

bem identificado. O segundo inventário relaciona-se apenas aos valores materiais dos bens, pois não apresenta nenhuma categoria de valor imaterial.

O terceiro inventário é o que reconhece mais valores imateriais, pois possui categorias como: valor imaterial, atividades cotidianas e festividades e sensações. Tais categorias ligam-se ao território e às práticas sociais que nele ocorrem, além de trazer as sensações (cheiros, sons e imagens) como uma identidade do lugar. Nessa questão, o conceito de paisagem cultural apropriado, pois, segundo a Carta de Bagé (2007, Artigo 2º):

> A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural.

Sendo assim, a paisagem cultural engloba valores materiais e imateriais, resultantes da interação do homem sobre o meio em que vive e, por ser abrangente, a área central de Santo André poderia enquadrar-se dentro dessa categoria, pois é um território onde os bens materiais são carregados de significações e memórias, um tipo intangível de patrimônio, mas que possui como suporte os bens físicos, reconhecidos pela população como marcos da identidade da cidade, enquanto um conjunto urbano, portanto, uma paisagem.

Por fim, os resultados de cada um dos inventários é uma discussão importante a ser realizada. No primeiro inventário (1998), alguns dos bens identificados foram colocados na proposta do Corredor Cultural, em 2000, com a proposta de visitação de bens, como a Casa do Olhar, a Casa da Palavra, o Museu de Santo André, a Praça do Carmo, o Cineteatro Carlos Gomes, o Paço Municipal, o Cine Tangará e outros bens de interesse cultural.

O segundo inventário, elaborado para integrar o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Santo André, não apresentou resultados. O PPPC apenas foi instituído em 2008 e estabeleceu a criação de um inventário de bens culturais para o município. Entretanto, apesar do inventario de 2006 apresentar uma série de bens de interesse para o patrimônio histórico, o corpo técnico do COMDEPHAAPASA optou por criar um inventário (2009), de que o PPPC instituiu como uma de suas atribuições,

partindo do princípio, sem considerar o inventário anterior de 2006 e até mesmo o de 1998.

O último inventário, de 2009, como já dito, apresentou um resultado importante: a instituição da ZEIP - Centro, que adotou o perímetro de estudo desse inventário, reconhecendo o valor histórico e cultural da área central. Apesar desse avanço que foi a criação de uma zona de interesse do patrimônio, não foram estabelecidas diretrizes para a área, assim, não fica claro quais são as possibilidades de intervenção e quais são seus critérios de preservação, tendo apenas um mapa de gabaritos como regulamentador das transformações na região.

A Figura 43 apresenta um quadro comparativo com as principais características dos três inventários, evidenciando a ampliação do conceito de patrimônio cultural e revelando as visões de cidade e de patrimônio presentes em cada um, influenciados, também, pela equipe de elaboração e pelo momento em que foram elaborados.

- Em 1998, o centro urbano é o local do consumo cultural, com o intuito de alavancar a imagem da cidade através da memória andreense (indústrias, casarões de famílias importantes da cidade, monumentos), reconhecendo, sobretudo, valores materiais dos bens de interesse para preservação, em uma ação do planejamento urbano que se utilizou do campo da preservação do patrimônio cultural.

- Em 2006, o planejamento urbano entrou em cena, analisando o campo da preservação do ponto de vista urbano, que reconheceu os valores materiais dos bens de interesse, a importância histórica da área central do município, mas ainda de forma superficial, evidenciando o contexto histórico de formação da cidade do ponto de vista econômico (indústria) e dos grandes personagens da histórica, quando coloca-se o "ciclo histórico" como uma das categorias de identificação dos bens.

- Em 2009, a visão de paisagem cultural da área central possibilitou certa união nas ações do campo do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural, com a instituição da ZEIP – Centro, reconhecendo nesse território a presença de valores materiais e imateriais, que estão ligados e não separados, como eram vistos em ações anteriores de

preservação, resultantes da ação humana sobre o ambiente urbano, entendido nesse inventário como as ações iniciais de ocupação e desenvolvimento do território, de caráter industrial.

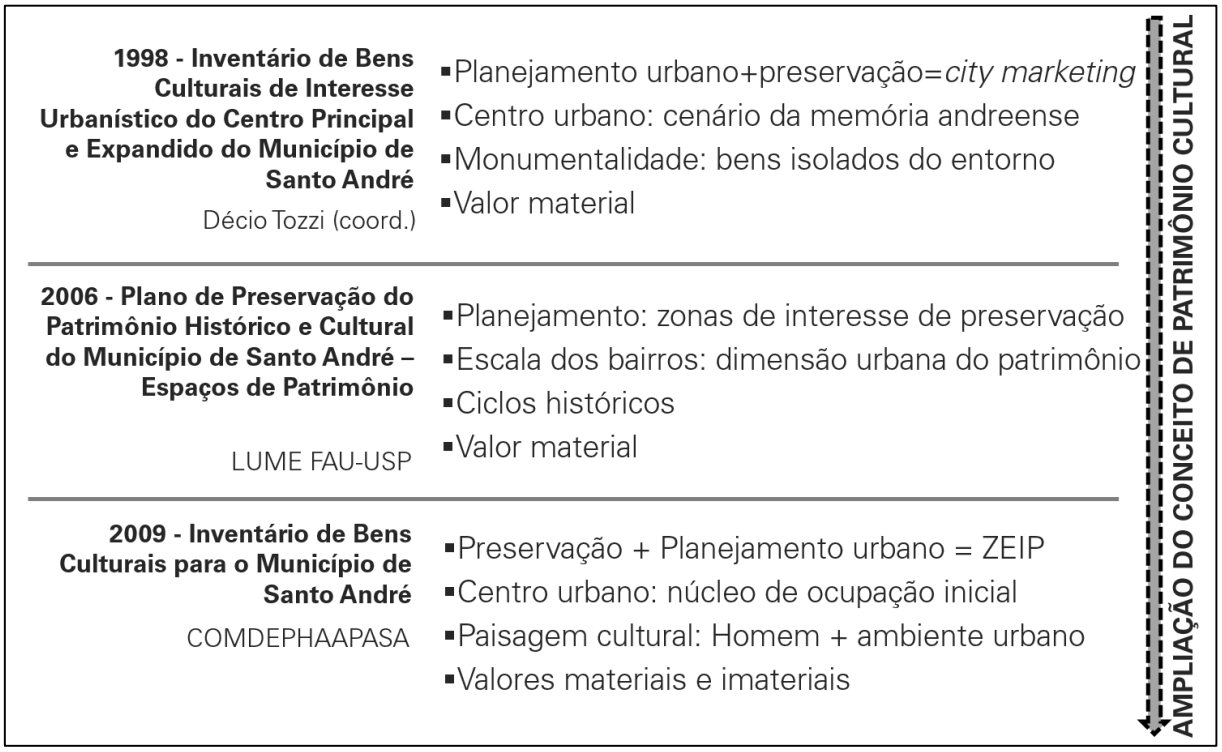


Figura 43: Principais conceitos em cada um dos inventários. Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Após 2009, não houve ações que se relacionassem aos inventários produzidos. Segundo a arquiteta Elaine Albuquerque, integrante do corpo técnico do COMDEPHAAPASA, Santo André está dando passos em direção à elaboração de mais um inventário, entretanto, diferenciando-se dos outros três que não se referenciaram, o intuito é aproveitar todo o material já produzido como ponto de partida e fonte de informações (informação verbal, 2019).

3.3.2. Memória industrial: a dimensão urbana do patrimônio

Apesar das diferenças entre cada um dos inventários, resultantes de metodologias, conceitos e equipes de elaboração de cada um, há em comum uma característica marcante: o reconhecimento da área central de Santo André como lugar de ocupação inicial da cidade, a partir do desenvolvimento industrial na região. Esse reconhecimento está presente na identificação de edifícios industriais, vilas operárias e casas para operários, presentes nos três inventários.

E assim, passados quase onze anos desde a última experiência de inventariação, pode-se realizar a seguinte pergunta: o que resta da memória industrial na área central de Santo André ainda hoje? O que representa a dimensão urbana do patrimônio cultural em Santo André hoje?

Para responder a essas questões, foram realizadas duas etapas. Primeiro, um levantamento das indústrias que se instalaram na área central de Santo André, a partir do final do século XIX, tendo como fontes o livro Santo André: Cidade e Imagens, coordenado por Marly Rodrigues, que apresenta a história do município. Também foi fonte desse levantamento o estudo realizado pelo corpo técnico do COMDEPHAAPASA para a elaboração do inventário de 2009, que apresentou um levantamento por décadas de fábricas, casas, comércios, desde o final do século XIX.

A segunda etapa foi realizada pesquisa de campo para verificar quais são os remanescentes desse período na área de estudo, com enfoque para os remanescentes industriais, mas também, atentando para outros remanescentes, como comércios e igrejas. Esse levantamento atualizado foi de extrema importância para responder sobre a imagem da cidade, se ainda hoje há bens característicos do período de industrialização da cidade, visto que, pelo instrumento de tombamento há pouco da memória industrial na área de estudo reconhecida.

Na Figura 44 é possível perceber a relação da localização das fábricas com os antigos caminhos utilizados no período de desenvolvimento inicial da cidade, que permanecem até hoje no traçado urbano. Percebe-se a implantação de indústrias ao longo da linha férrea, do Caminho estação-vila, e algumas fábricas próximas ao Caminho do Pilar, reforçando a importância de tais caminhos na região e, a partir deles, foram abertas novas ruas, consolidando o traçado urbano da região hoje.

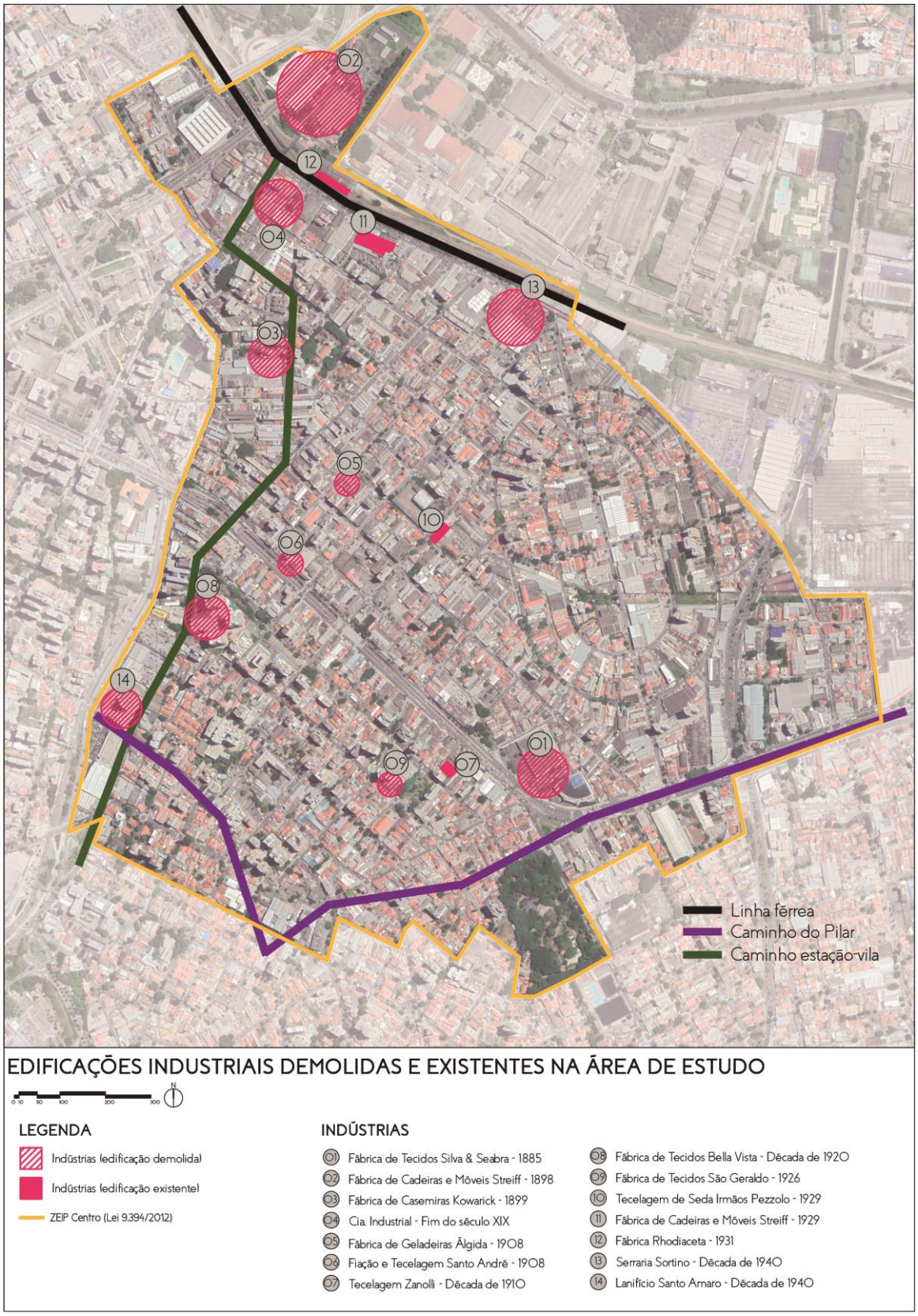


Figura 44: Relação entre a linha férrea, os antigos caminhos e a localização das indústrias. Fonte: Google Earth com edição da autora, 2020.

A Figura 45 é a sistematização do resultado da primeira etapa, pois mostra as indústrias que se instalaram na área de estudo, diferenciando os edifícios industriais demolidos e os que ainda são existentes, apesar de terem uma mudança de uso. Para as indústrias demolidas, apenas foi identificada sua localização, mas não a exata implantação.

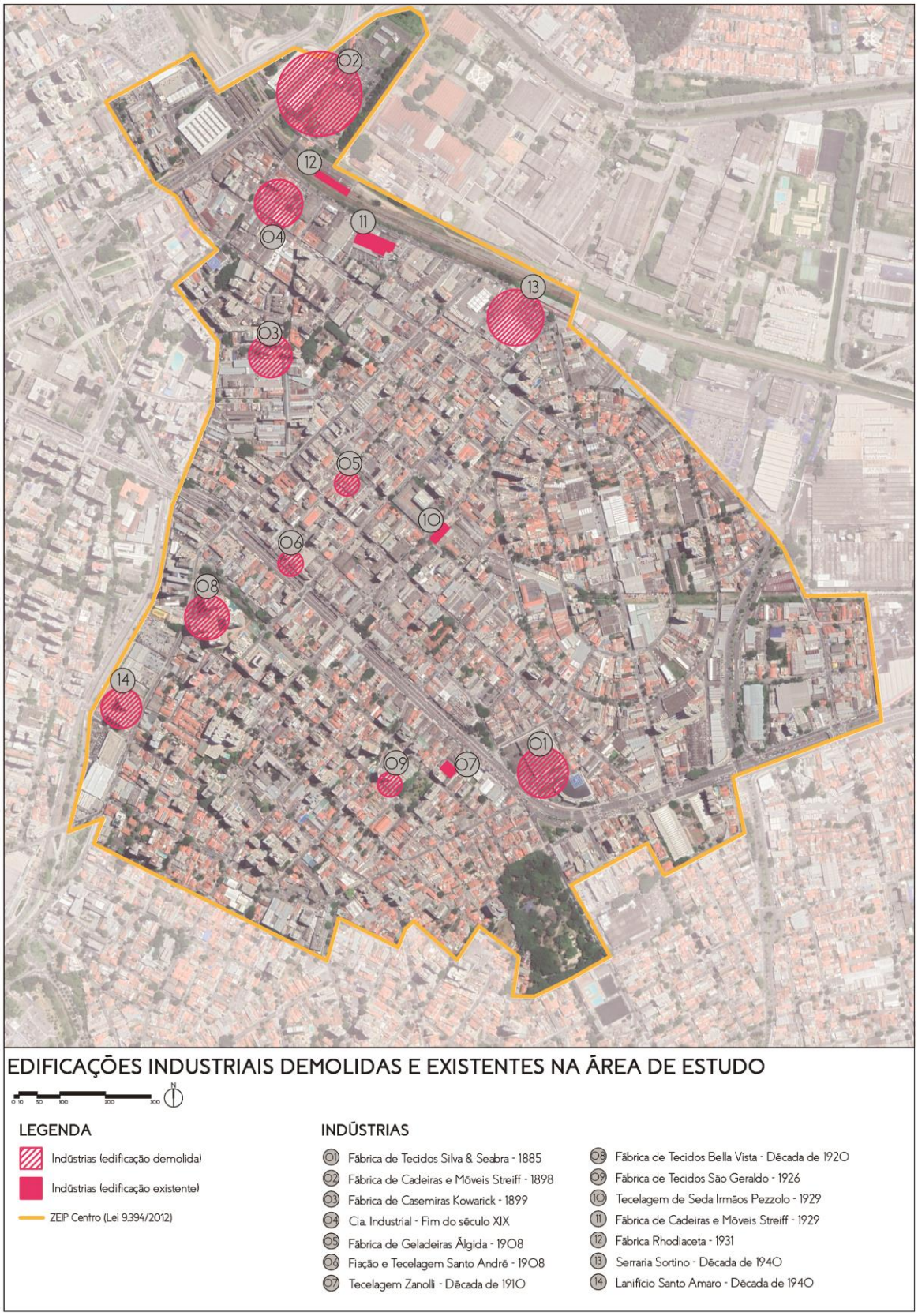


Figura 45: Edificações industriais demolidas e existentes na área de estudo. Fonte: Google Earth com edição da autora, 2020.

Das 14 indústrias identificadas, apenas 4 ainda tem suas edificações existentes, apesar de certo grau de deterioração e descaracterização, porém algumas possuem usos que são diferentes do uso inicial ou sem uso algum:

- O edifício que antes era a Tecelagem Zanolli, na Rua Dom Duarte Leopoldo, hoje existe uma gráfica em parte da edificação, a outra parte encontra-se sem uso.
- O edifício que antes era a Tecelagem de Seda Irmãos Pezzolo, na Rua Coronel Francisco Amaro, hoje possui uso institucional, pois é utilizado pelo Instituto Polígono de Ensino.
- O edifício que antes era a Fábrica de Cadeiras e Móveis Streiff, na Avenida Queirós dos Santos, hoje é utilizado em uma parte como supermercado e em outra parte como igreja.
- O edifício que antes era a Fábrica Rhodiaceta, do lado oposto da Fábrica de Cadeiras e Móveis Streiff, na Avenida Queirós dos Santos, hoje está abandonado, em estado deterioração.

A falta de indústrias preservadas e o grande número de fábricas que foram demolidas são exemplos da discussão feita por Meneses (2006), que é a exclusão do mundo do trabalho e das atividades cotidianas do universo da cultura. Muitas vezes entende-se que a cultura é uma atividade de espetacularização, uma atividade de consumo, entretanto, esquece-se que a cultura é resultante da produção humana, da interação do homem com o meio em que vive e que, portanto, o trabalho e o cotidiano das pessoas também são parte do campo cultural.

As Figuras de 46 a 48 mostram imagens das fábricas identificadas e, para as que ainda não foram demolidas, são apresentadas também imagens suas condições atuais.

01 | Fábrica de Tecidos Silva e Seabra - década de 1885 (demolida)

Acervo: Museu de Santo André.

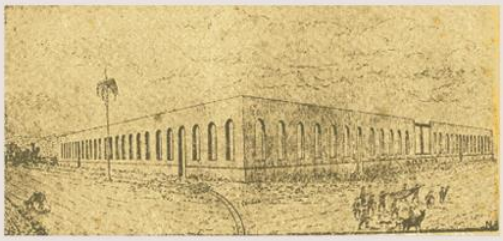
02 | Fábrica de Cadeiras e Móveis Streiff - década de 1898 (demolida)

Acervo: Museu de Santo André.

03 | Fábrica de Casemiras Kowarick - década de 1899 (demolida)

Coleção: Mário batista Canever. Acervo: Museu de Santo André.

04 | Cia. Industrial - Fim do século XIX (demolida)



Acervo: Museu de Santo André.

05 | Fábrica de Geladeiras Álgida - década de 1908 (demolida)

Acervo: Museu de Santo André.

06 | Fiação e Tecelagem Santo André - década de 1908 (demolida)

Acervo: Museu de Santo André.

07 | Tecelagem Zanolli - década de 1910 (edificação existente)

Acervo: Museu de Santo André.

07 | Edifício da Tecelagem Zanolli - 2020

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Figura 46: Indústrias identificadas na área de estudo. Acervo: Museu de Santo André e acervo da autora.

08 | Fábrica de Tecidos Bella Vista - década de 1920 (demolida)

Acervo: Museu de Santo André.

09 | Fábrica de Tecidos São Geraldo - 1926 (demolida)

Acervo: Museu de Santo André.

10 | Tecelagem de Seda Irmãos Pezzolo - 1929 (edificação existente)

Acervo: Museu de Santo André.

10 | Edifício da Tecelagem de Seda Irmãos Pezzolo - 2020 (hoje Instituto Polígono de Ensino)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

11 | Fábrica de Cadeiras e Móveis Streiff - 1929 (edificação existente)

Acervo: Museu de Santo André.

11 | Fábrica de Cadeiras e Móveis Streiff - 2020 (hoje Supermercado e Igreja)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

12 | Fábrica Rhodiaceta - 1931 (edificação existente)

Acervo: Museu de Santo André.

12 | Fábrica Rhodiaceta - 2020 (sem uso)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Figura 47: Indústrias identificadas na área de estudo. Acervo: Museu de Santo André e acervo da autora.

Figura 48: Indústrias identificadas na área de estudo. Acervo: Museu de Santo André e acervo da autora.

Além dos edifícios remanescentes das indústrias, a pesquisa de campo possibilitou a identificação de remanescentes relacionados ao período industrial, como vilas operárias, conjuntos de sobrados para operários, casarões e sobrados comerciais (uso comercial no térreo e uso residencial no primeiro pavimento).

No mapa da Figura 49, foram localizados também os bens tombados. De 19 edificações ou conjuntos remanescentes do período de desenvolvimento do município de Santo André, dentro do perímetro de estudo, apenas 8 estão tombados, sendo que dos 4 edifícios industriais que ainda são existentes, nenhum deles é reconhecido por meio do tombamento. É importante salientar que o tombamento não é o único instrumento de preservação e apenas sua aplicação não promove a apropriação do bem como patrimônio cultural pela população, mas o tombamento é colocado como o instrumento de reconhecimento do valor cultural mais recorrente.

Também é possível perceber a localização dos sobrados comerciais próximos à linha férrea, ilustrando o que foi dito anteriormente, quando a implantação da linha férrea e, ao longo dela, a instalações de estações, fez com que a vida urbana da cidade passasse a acontecer próxima às estações, não mais próximas às capelas.

Outra questão que pode ser observada é a localização de residências e conjuntos residenciais próximos às fábricas, que pode ser justificada pela necessidade de atender à demanda por moradia para os trabalhadores e suas famílias.

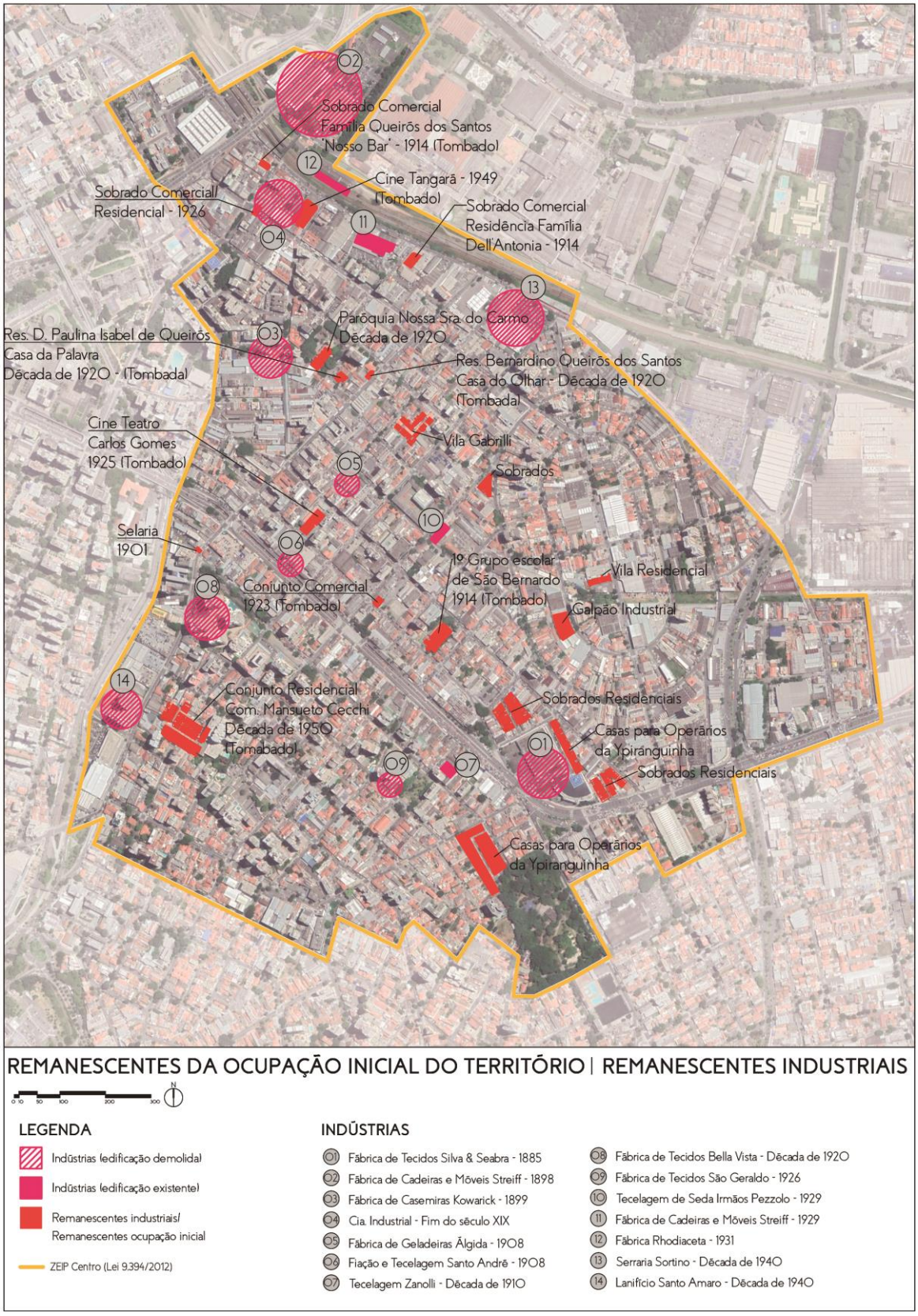


Figura 49: Remanescentes da ocupação inicial do território e remanescentes industriais. Fonte: Google Earth, com edição da autora, 2020.

Os sobrados e vilas para operários identificados na área de estudo eram, inicialmente, de uso residencial. Ainda hoje, algumas dessas casas são de uso residencial e apresentam bom estado de conservação.

Outros uso recorrente nos imóveis identificados é o cultural, como o Museu de Santo André que está no edifício onde foi o 1º Grupo Escolar de São Bernardo, a Casa do Olhar e a Casa da Palavra, que antes eram residências de famílias importantes da cidade. Esses bens são tombados e apresentam bom estado de conservação física.

Alguns desses imóveis encontram-se sem usos, como sobrado comercial/residencial da família Dell'Antônia e o conjunto comercial de 1923. Esses dois imóveis já abrigaram comércios, entretanto, atualmente, encontram-se inutilizados. O galpão industrial identificado também se encontra sem utilização, em estado de deterioração.

Os usos como comércios e serviços predominam na área de estudo, o que faz com que a imagem da área central de Santo André seja vista como um centro comercial, deixando em segundo plano a imagem do centro urbano como território de desenvolvimento inicial e industrial da cidade. Os comércios e serviços também se fazem presentes nos imóveis remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial. Os imóveis com tais usos apresentam bom estado de conservação, entretanto, o "Nosso Bar", de uso comercial e que é tombado, apresenta elevado grau de deterioração física.

Muitos dos imóveis remanescentes da área central, portanto, possuem usos comerciais e residenciais, e suas características físicas não os conferem valores excepcionais, mas são da mesma forma importantes e podem ser reconhecidos como patrimônio, pois podem ser representativos para os habitantes e representam a identidade da cidade. Segundo Arantes (2006, p. 432):

> O patrimônio serve também para desenvolver a cultura pública e por isso deve ser valorizado: o patrimônio urbano é bom para o desenvolvimento sustentável, para as festas, para a civilidade e também, porque não, para os negócios.

As Figuras de 50 a 52 apresentam a situação atual dos remanescentes identificados no levantamento.

Sobrado comercial Família Queirós dos Santos
"Nosso Bar" - 1914 (tombado)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Cineteatro Carlos Gomes
1925 (tombado)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Sobrado Comercial/Residencial
1926

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Cine Tangará
1949 (tombado)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Sobrado comercial/residencial Família
Dell'Antonia - 1914

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Paróquia Nossa Senhora do Carmo
Década de 1920

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Residência D. Paulina Isabel de Queirós
Casa da Palavra - Déc. 1920 (tombada)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Residência Bernardino Queirós dos Santos
Casa do Olhar - Déc. 1920 (tombada)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Figura 50: Remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial da área de estudo. Fonte: Acervo da autora, 2020.

Vila Gabrili

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Sobrados

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Selaria
1901

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Conjunto comercial
1923 (tombado)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

1º Grupo Escolar de São Bernardo
1914 (tombado)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Vila Residencial

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Conjunto Res. Comendador Mansueto Cecchi
Década de 1950 (tombado)

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2019.

Sobrados Residenciais

Acervo: Larissa Tesubake de Farias, 2020.

Figura 51: Remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial da área de estudo. Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 52: Remanescentes do período de desenvolvimento inicial e industrial da área de estudo. Fonte: Acervo da autora, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, pode-se responder à questão que motivou esta pesquisa, sobre quais as visões de cidade e de patrimônio que estão na base de cada um dos três inventários realizados para a área central do município de Santo André. Tais visões foram influenciadas por questões econômicas, sociais e urbanas, distintas entre si, que correspondem, assim, às necessidades da cidade e da sociedade.

Meneses (2009, p. 36) aponta que a cidade possui três dimensões: a "cidade como artefato", que diz respeito a sua materialidade, que possui forma, função e sentido; a dimensão do "campo de forças", em que se tem tensões e conflitos que produzem o artefato (cidade); e as "representações sociais", que são as imagens representativas da cidade para os habitantes, criadas por eles mesmos. A dimensão urbana do patrimônio cultural, portanto, constitui-se destes três elementos também, uma vez que é a expressão da materialidade, das questões econômicas, políticas, sociais e da representação social, e é a partir dessas questões que são feitas as considerações seguintes.

A primeira reflexão a ser feita ressalta o caráter do instrumento do inventário, tradicional dentro das práticas de preservação e que nessas três experiências apresentadas, em Santo André, pouco foi explorado como subsídio para as formulações das políticas de preservação e planejamento da cidade, expondo a necessidade em realizar práticas de preservação que ultrapassem a função do inventário enquanto instrumento apenas para a identificação dos bens.

Retoma-se o que foi dito por Castriota (2007, p. 69), que é a utilização do inventário como um instrumento multidisciplinar, que possa ser utilizado pelos diferentes grupo produtores da cidade, como o planejamento urbano. Nessa pesquisa, os três inventários elaborados para Santo André, ainda que para um mesmo território, pouco contribuíram para as políticas da cidade.

Os inventários analisados no início desta pesquisa – IPAC-BA, IGEPAC e INRC – demonstram, em sua identificação do patrimônio cultural, a preocupação com a relação do bem com a cidade, seja por meio de categorias em suas fichas, ou por croquis que demonstram a ambiência dos bens. Dessa forma, poderiam ter sido

utilizados como um instrumento de gestão do patrimônio e de contribuição para a elaboração de políticas urbanas.

Em cidades como Santo André que não possuem um centro histórico reconhecido como tal, mas há imagem preponderante de centro comercial, a preservação do patrimônio cultural e da paisagem torna-se de maior dificuldade. O centro urbano do município de Santo André possui ainda em seu território presenças que remontam à memória industrial da região, porém, não reconhecidas pelas ações do órgão de preservação do patrimônio cultural, como o tombamento. Soma-se a isso o fato de que dentre vários remanescentes da história de Santo André, apenas oito exemplares estão tombados, considerando o perímetro da ZEIP - Centro.

O reconhecimento do patrimônio industrial de Santo André está presente nos inventários analisados. Entretanto, é pouco explorado pelo próprio órgão de preservação, que acarretou na perda de diversos exemplares industriais que foram demolidos ao longo do tempo. Segundo o Prof. Dr. Luiz Roberto Alves (1999, p. 237):

> Memorizar o trabalho sob os signos dos apitos e chaminés implica ver que as formas variadas de cultura aqui produzidas se enovelaram em torno do trabalho; que o trabalho produziu certas culturas; que os sons das sirenes e a fumaça das chaminés são valores e pontos de referência para a memória e, enfim, para a cultura criada no Grande ABC.

Em Santo André, a indústria foi o motor de desenvolvimento do município em seus aspectos econômicos, urbanos e sociais. Essa memória industrial está relacionada à própria identidade do município e de seus habitantes. Necessita, assim, de atenção imediata, visto que grande parte dos suportes materiais dessa memória já foram extintos, comprometendo a difusão dessa identidade industrial para as futuras gerações.

Apesar de o inventário realizado em 2009 ter seu perímetro de estudo incorporado ao zoneamento, não foram definidas as diretrizes de intervenção e manutenção na área. A importância da instituição dessa zona de proteção relaciona-se com a ideia de conjunto urbano e não de bens reconhecidos isoladamente, visto que até mesmo parte do traçado urbano da região é uma herança da origem do município.

Essa visão de conjunto é expressa no inventário realizado em 2009, quando se adota o conceito de paisagem cultural, que abrange a interação entre o homem e a

natureza. Apesar do avanço em utilizar tal conceito, em detrimento das práticas recorrentes de reconhecimento de bens isolados de seu ambiente urbano, fica o questionamento da não adoção do conceito de patrimônio ambiental urbano, que incorpora as práticas sociais ocorridas no território, discutido desde a década de 1970 por Ulpiano Bezerra de Meneses, que compreende a cidade como grande artefato humano.

O reconhecimento dos valores imateriais, que, apesar da ampliação do debate do patrimônio cultural e de inventários que reconheçam referências culturais - como o INRC -, ainda é pouco realizado nas práticas de preservação. Conceitos como a paisagem cultural e o patrimônio ambiental urbano consideram o reconhecimento da imaterialidade dos bens, quando relacionam à materialidade as práticas sociais, visto que tanto os valores materiais quanto os valores imateriais estão juntos, sem sobreposições, mas considerando que é, a partir da materialidade, que se pode reconhecer a imaterialidade.

É importante ressaltar a falta da participação social nos tombamentos, que condizem com a realidade das cidades em que a tomada de decisões é dada de maneira vertical e não horizontal. A participação social leva à apropriação pelos diferentes grupos sociais do ambiente em que vive, proporcionando a ele o pertencimento à cidade. Com isso, a cidade deixa de ser palco de um consumo cultural, para se constituir como o artefato que é, resultante da produção humana.

A participação social não é algo a ser ponderado no reconhecimento do patrimônio cultural e em sua atribuição de valores, ela é essencial nesse processo. Segundo Meneses (2017, 39):

> O tombamento é que instituía o patrimônio nacional; agora, instituinte é a sociedade, ou melhor, seus "grupos formadores", cuja identidade, ação e memória são alimentados e alimentam determinados bens materiais ou imateriais, indistintamente. Deve-se reconhecer a interação de bens e sujeitos como característica do patrimônio.

A instituição da chancela da paisagem cultural pelo IPHAN, em 2009, parece, em um primeiro momento, ser um conceito semelhante ao patrimônio ambiental urbano. A novidade apresentada pelo conceito de paisagem cultural, segundo Figueiredo (2013, p. 115) é a de que a aplicação do conceito de paisagem cultural:

> Deverá basear-se na articulação entre políticas públicas e instrumentos de diversas áreas, visando à superação das dicotomias e concepções clássicas ainda praticadas. Este, sim, o grande desafio que certamente abrirá novos caminhos à preservação do patrimônio cultural e das paisagens.

A produção da cidade não deveria ser tratada apenas como uma questão de planejamento voltada para as transformações urbanas, mas deve tratar esse aspecto de forma articulada em relação aos demais, de natureza econômica, social e cultural dentro de um território. Considerando essa integração, a paisagem cultural foi adotada em Paranapiacaba, somando-se, ainda, a preservação ambiental da área.

As diferentes visões de cidade e de patrimônio presentes nos inventários analisados e suas relações com as práticas de preservação e políticas de planejamento no município revelam um grande desafio a ser vencido: o enfrentamento da necessidade em se estabelecer uma gestão integrada. Constata-se essa necessidade, também, pelo fato de terem sido produzidos três inventários para um mesmo município que não se relacionam e, com isso, deixam pouco ou nenhum resultado concreto para a cidade.

A própria chancela da paisagem cultural coloca em evidência a necessidade de um plano de gestão que envolva "a interdisciplinaridade e o território" (FIGUEIREDO, 2014).

Alcançar esse resultado é de grande importância para promover o desenvolvimento da cidade, de forma que a transformação urbana aconteça ao mesmo tempo em que a memória - nesse caso, a memória industrial, que se faz presente no território – perpetue-se ao longo do tempo, uma vez que ela é a expressão da identidade do município de Santo André.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Inventários Urbanos como Instrumento de Preservação. Espaço e Cidade: conceitos e leituras. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, p. 69-86.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; MONGELLI, Mônica de Medeiros (coord.). 1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2010. Anais do... Brasília: IPHAN, 2017.

COLE, Artur F. (coord.); PASSARELLI, Silvia H.; Perazzo, Priscila; ROMERO, José da Silva. 7Cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC. Contribuição metodológica para conhecer, reconhecer e intervir no espaço urbano. Volume 1, 2006. 1 CD-ROM.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 6. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2017. 288 p.

CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2000.

GAIARSA, Otaviano A. A cidade que dormiu três séculos. Santo André da Borda do Campo; seus primórdios e sua evolução histórica: 1553-1960. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1968. 408 p.

_____. Santo André: ontem, hoje, amanhã. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991. 362 p.

IPHAN. Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil – uma trajetória. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf>. Acesso em: 09 mai. 2019.

_____. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LACORTE, Holando. Memórias de um Andreense. São Paulo: Editora Soma Ltda, 1985.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LEAL, Claudia F. Baeta. As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan, Cepedoc, 2008.

MEYER, Regina M. P. (coord.). Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André em complementação ao seu Plano Diretor. Laboratório de Urbanismo da Metrópole - LUME FAU-USP, 2006, volume I e II.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007. 151p.

RODRIGUES, Marly. Imagens do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969- 1987. São Paulo: UNESP, 1999.

RODRIGUES, Marly (coord.). Santo André: Cidade e Imagens. São Paulo: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 (livro eletrônico). Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUUFBA, 2017.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIC. Secretaria de Indústria e Comércio. Inventário de Proteção do Acervo Cultural – vol. II, III, IV. Bahia, Governo do Estado da Bahia / Secretaria da Indústria e Comércio / Coord. do fomento ao turismo, Salvador, 1982.

SMC. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Aspectos Metodológicos: Inventário geral do patrimônio ambiental, cultural e urbano de São Paulo. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986. (Cadernos do IGEPAC-SP 1).

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Liberdade: Inventário geral do patrimônio ambiental, cultural e urbano de São Paulo. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1987. (Cadernos do IGEPAC-SP 2).

TOZZI, Décio (Coord.). Inventário de Interesse Urbanístico do Centro Principal e Expandido do Município de Santo André. Relatório dos Resultados da Pesquisa de Uso e Ocupação do Solo da área Central. Santo André: S.C.P., 1998, Anexo 1.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa (Org.) H. de. Capítulo 1 - Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

Artigos e Periódicos

ALMEIDA, Eneida de. Inventários e processos de patrimonialização: o caso da Vila de Paranapiacaba. Patrimônio e Memória, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 323 – 344, jul.-dez. 2018. ISSN 1808-1967. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/793/1042>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ALVES, Luiz Roberto. Memória e Trabalho: "Quando o apito da fábrica toca...". III Congresso de História do ABC: "À sombra das Chaminés"; A produção da cultura no ABC. Anais... São Paulo: Fundação Pró-Memória; São Caetano do Sul, 1999.

ARANTES, Antônio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan. 2009. ISSN 1983-7798. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>. Acesso em: 07 jun. 2018. doi:http://dx.doi.org/10.18224/hab.v4.1.2006.425-435.

ATIQUE, Fernando. Investindo em uma relação: o patrimônio cultural e a economia. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 5, p. 225 – 231, set. 2017. ISSN 2448-2773. Disponível em: <

https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4d00cb75/bba0/4fab/8bfa/5c58d0153f44.pdf>. Acesso em 29 abr. 2019.

BAFFI, Mirthes I. S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. Revista do Arquivo Municipal/ Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, v. 204, 169-190, 2006.

BENVENGA, Flávia. Obsessão pela memória assalta a região. Diário do Grande ABC, Santo André, 19 out. 1992.

BRITO, Carolina Marcelo de Souza. Todo patrimônio arquitetônico baiano que for possível a gente registra: a fotografia como instrumento de preservação no Inventário de Proteção do Acervo Cultural do estado da Bahia (1975-1988). XI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – XI CEIA. Anais... Porto Alegre (RS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: < http://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/cieia/assets/edicoes/2017/arquivos/17.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. In: 1º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto, Belo Horizonte, 2010. Anais... Brasília, DF: IPHAN, 2017. p. 17 – 27.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n. 34, p. 146 – 165, 2012. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf#page=251>. Acesso em 01 mai. 2019.

FARIAS, Larissa Tesubake de; TOURINHO, Andréa de Oliveira. Do monumento à paisagem cultural: patrimônio e cidade em Santo André (SP). 5º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto. Anais... Belo Horizonte (MG) Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/5coloquiodapaisagem/100036-DO-MONUMENTO-A-PAISAGEM-CULTURAL-PATRIMONIO-E-CIDADE-EM-SANTO-ANDRE-(SP)>. Acesso em: 27 jun. 2019.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. O patrimônio e as paisagens: Novos conceitos para velhas concepções? Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 32, p. 83 – 118, 2013. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88124/91004>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GOLLO, Reynaldo. Centro de Santo André será revitalizado. Diário do Grande ABC, Santo André, 01 nov. 1997.

GONÇALVES, Aguinaldo; LEAL, Fátima R. T. Reconhecimento das paisagens de Santo André. In: XI Congresso de História do Grande ABC, Diadema. Santo André: PMSA, 2011. 1 DVD.

GONÇALVES, Aguinaldo; LEAL, Fátima R. T.; KLEEB, Suzana C. Reconhecimento de paisagens culturais em Santo André, SP, Brasil: uma experiência de inventário de bens culturais. Revista CPC, São Paulo, n. 12, p. 151 – 166, maio/out. 2011. ISSN 1980-4466. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15685>. Acesso em: 23 fev. 2018.

KLEEB, Cecília. Breve Histórico de Santo André. Santo André: PMSA, 2002. 7 p.

MEDICI, Ademir. Pesquisadores discutem relação de bens para serem tombados. Diário do Grande ABC, Santo André, 6 set. 1987.

MEDICI, Ademir. Urgência em santo André na preservação dos bens. Inventário histórico - 5. Diário do Grande ABC, Santo André, 29 mar. 1987. B, 6.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. Revista CJ Arquitetura, n. 19, p. 45-46, 1978.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. ISBN 978-85-7334-299-4.

NEVES, Débora R. L; ZAGATO, José A. C. Os desafios contemporâneos do patrimônio cultural paulista: novas abordagens e perspectivas. Revista CPC, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p. 162-190, out./dez. 2018. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/150152/149765>. Acesso em: 01 set. 2019.

O QUE RESTA da memória cultural do Grande ABC? Diário do Grande ABC. Santo André, 18 jul. 1982. Caderno C.

RIBEIRO, Rafael Winter. Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a Unesco. In: 1º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto, Belo Horizonte, 2010. Anais... Brasília, DF: IPHAN, 2017. p. 29 – 49.

RODRIGUES, Marly. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 40, jul. 2011. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/6131>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6.

_____. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 59 - 74, jan. – abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v24n1/1982-0267-anaismp-24-01-00059.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. A cidade-patrimônio do Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 35, p. 139 - 155, 2017. ISSN 0102-2571. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SANTANA, Danielle de. Do IGEPAC ao Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa-CLC. 1º Curso de Capacitação para Gestores de Bens Culturais, 2017. Disponível em: <

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danielle%20de%20Santana.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SOLENIDADE com etnólogo marca o início do Simpósio sobre Memória. Diário de Mogi. 22 jul. 1986. Primeiro caderno, p. 3.

SOUZA, Leandro C. de. A memória redesenhada: aspectos extrapatrimoniais do Corredor Cultural andreense. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 62, ago. 2018. ISSN 2176-2767. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/35607/26387>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TOJI, Simone. Considerações sobre o nacional e o transnacional dentro das políticas públicas de patrimônio a partir do caso do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro. A questão do Nacional no IPHAN: Anais da III Oficina de Pesquisa/ Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN, DAF, Copedoc, 2010. p. 195-207. (Patrimônio: Práticas e Reflexões, 5). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/MesProfPat_PraticasReflexoes_5_m.pdf >. Acesso em 01 set. 2019.

VARGAS, Heliana C. (coord.). Estudo das características das atividades urbanas e de negócios da área central do município de Santo André no processo de revitalização urbana. São Paulo: FUPAM, LABCOM, 1999.

VIEIRA, Glena Salgado; OLIVEIRA, Isabela Moraes de; SOUZA, Cristiane F.C. IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Os modelos da Bahia e Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980. Revista Tempo Histórico, v. 4, n. 1, p. 1 – 14, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistatempohistorico/article/viewFile/2424/195>. Acesso em: 30 ago. 2019.

WEISSHEIMER, Maria Regina (org.). Paisagem Cultural. IPHAN: Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

WOLFF, Silvia F. S. Visitando a trajetória ou (re)produzindo o passado do Condephaat. Revista CPC, São Paulo, v. 13, n. 26 especial, p. 45 – 62, out./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152073/149789>. Acesso em: 03 ago. 2019.

Teses e Dissertações

ARMELINI, Ângela I. M. S. Q. A preservação do patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. 2014. 542 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PASSARELLI, Silvia. H. F. Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro estação São Bernardo (atual Santo André). 2005. 193 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Preservação e Restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. 2009. 336 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAKATA, Margarida Nobue. Projeto Eixo Tamanduatehy: uma nova forma de intervenção urbana em Santo André? 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VALE, Márcio Luiz. Planejamento urbano descentralizado – o planejamento de bairros na cidade de Santo André. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

Documentos Jurídicos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. Coletânea de leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 mai. 2009, nº 83, p. 17.

SANTO ANDRÉ. Lei n. 8.696, 17 de Dezembro de 2004. Instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André. Disponível em: <https://consulta.siscam.com.br/camarasantoandre/arquivo?Id=40477>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Lei n. 9.071, 05 de Setembro de 2008. Institui o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Santo André –PPPC. Disponível em: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/conselhos-municipais/33-secretarias/cultura-esporte-lazer-e-turismo/642-comdephapaasa>. Acesso em 10 jun. 2018.

_____. Lei n. 9.394, 05 de Janeiro de 2012. Altera a Lei nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André, atendendo o art. 181 que prevê a revisão do Plano Diretor. Disponível em: <http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=505&Itemid=64>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ANEXOS

Anexo 1 **–** Fichas de identificação dos sítios urbanos no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-BA

Anexo 2 **–** Modelo de fichas de identificação dos Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC

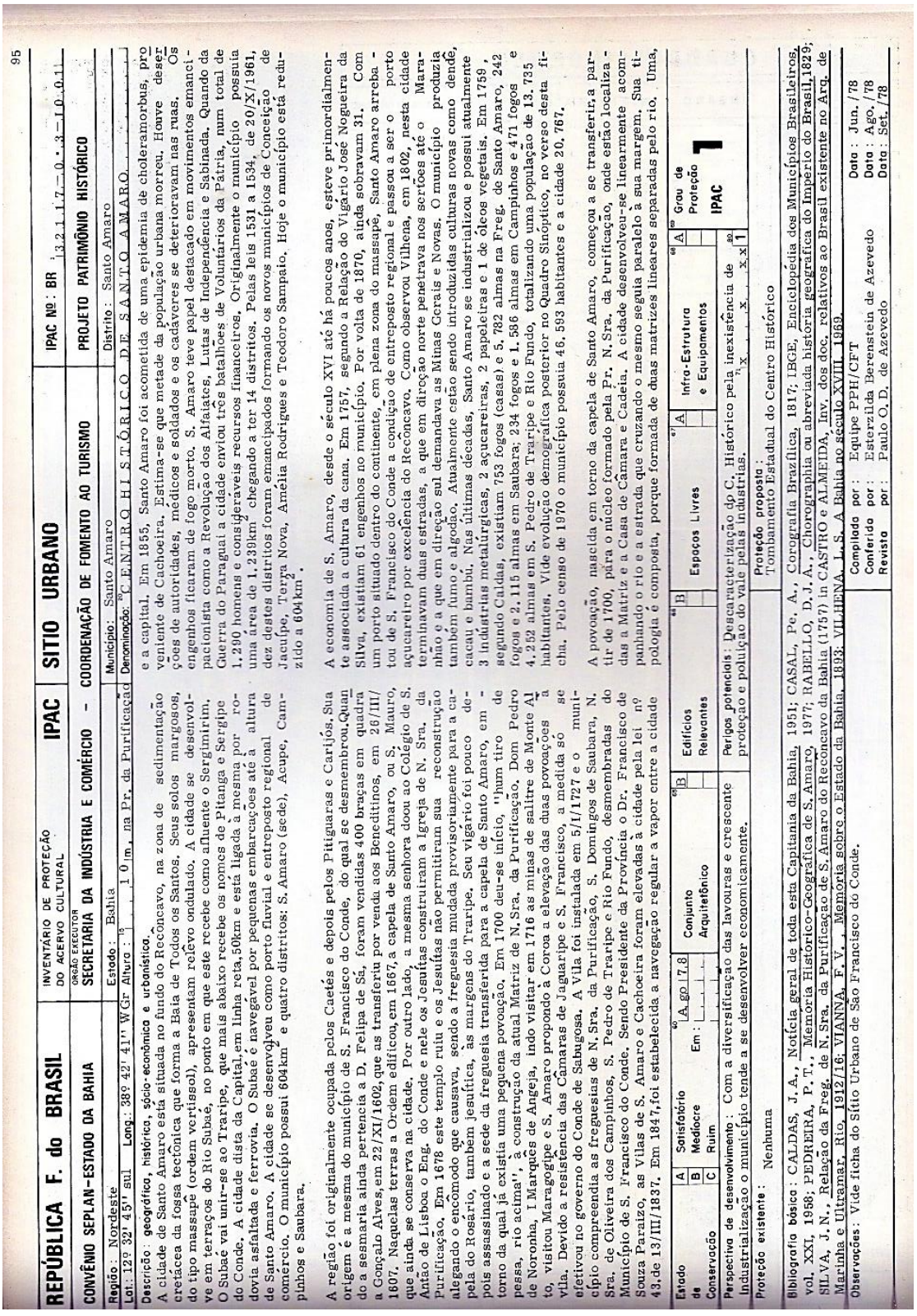
Anexo 3 **–** Modelo de fichas de identificação dos Sítios no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC

Anexo 4 **–** Fichas do Inventário dos Bens Culturais e de Interesse Urbanístico – 1998

Anexo 5 **–** Fichas do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André – 2006

Anexo 6 **–** Fichas do Inventário de Bens Culturais de Santo André – 2009

Anexo 1 – Fichas de identificação dos sítios urbanos no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-BA



95

REPÚBLICA F. do BRASIL | INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL | IPAC | SITIO URBANO | IPAC Nº: BR 1321107-0*3-10011

CONVÊNIO SEPLAN-ESTADO DA BAHIA | ÓRGÃO EXECUTOR SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO – COORDENAÇÃO DE FOMENTO AO TURISMO | PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Região: Nordeste | Estado: Bahia | Município: Santo Amaro | Distrito: Santo Amaro

Lat.: 12º 32' 45'' sul Long.: 38º 42' 41'' WGr Altura: ± 10m, na Pr. da Purificação | Denominação: CENTRO HISTÓRICO DE SANTO AMARO

Descrição: geográfico, histórico, sócio-econômico e urbanístico.

A cidade de Santo Amaro está situada no fundo do Recôncavo, na zona de sedimentação cretácea da fossa tectônica que forma a Baia de Todos os Santos. Seus solos margosos, do tipo massapé (ordem vertissol), apresentam relêvo ondulado. A cidade se desenvolve em terraços do Rio Subaé, no ponto em que este recebe como afluente o Sergimirim. O Subaé vai unir-se ao Traripe, que mais abaixo recebe os nomes de Pitanga e Sergipe do Conde. A cidade dista da Capital, em linha reta, 50km e está ligada à mesma por rodovia asfaltada e ferrovia. O Subaé é navegável por pequenas embarcações até à altura de Santo Amaro. A cidade se desenvolveu como porto fluvial e entreposto regional de comércio. O município possui 604km² e quatro distritos: S. Amaro (sede), Acupe, Campinhos e Saubara.

A região foi originalmente ocupada pelos Caetés e depois pelos Pitiguaras e Carijós. Sua origem é a mesma do município de S. Francisco do Conde, do qual se desmembrou. Quando a sesmaria ainda pertencia a D. Felipa de Sá, foram vendidas 400 braças em quadra a Gonçalo Alves, em 22/XI/1602, que as transferiu por venda aos Beneditinos, em 26/III/1607. Naquelas terras a Ordem edificou, em 1667, a capela de Santo Amaro, ou S. Mauro, que ainda se conserva na cidade. Por outro lado, a mesma senhora doou ao Colégio de S. Antão de Lisboa o Eng. do Conde e nele os Jesuítas construiram a Igreja de N. Sra. da Purificação. Em 1678 este templo ruiu e os Jesuítas não permitiram sua reconstrução alegando o encômodo que causava, sendo a freguesia mudada provisoriamente para a capela do Rosário, também jesuítica, às margens do Traripe. Seu vigário foi pouco depois assassinado e a sede da freguesia transferida para a capela de Santo Amaro, em torno da qual já existia uma pequena povoação. Em 1700 deu-se início, "hum tiro de pessa, rio acima", à construção da atual Matriz de N. Sra. da Purificação. Dom Pedro de Noronha, I Marquês de Angeja, indo visitar em 1716 as minas de salitre de Monte Alto, visitou Maragogipe e S. Amaro propondo à Coroa a elevação das duas povoações à vila. Devido à resistência das Câmaras de Jaguaripe e S. Francisco, a medida só se efetivou no governo do Conde de Sabugosa. A Vila foi instalada em 5/I/1727 e o município compreendia as freguesias de N. Sra. da Purificação, S. Domingos de Saubara, N. Sra. de Oliveira dos Campinhos, S. Pedro de Traripe e Rio Fundo, desmembradas do Município de S. Francisco do Conde. Sendo Presidente da Província o Dr. Francisco de Souza Paraizo, as Vilas de S. Amaro e Cachoeira foram elevadas à cidade pela lei nº 43, de 13/III/1837. Em 1847, foi estabelecida a navegação regular a vapor entre a cidade e a capital. Em 1855, Santo Amaro foi acometida de uma epidemia de cholera-morbus, provavelmente de Cachoeira. Estima-se que metade da população urbana morreu. Houve deserções de autoridades, médicos e soldados e os cadáveres se deterioravam nas ruas. Os engenhos ficaram de fogo morto. S. Amaro teve papel destacado em movimentos emancipacionista como a Revolução dos Alfaiates, Lutas de Independência e Sabinada. Quando da Guerra do Paraguai a cidade enviou três batalhões de Voluntários da Pátria, num total de 1.290 homens e consideráveis recursos financeiros. Originalmente o município possuia uma área de 1.239km² chegando a ter 14 distritos. Pelas leis 1531 a 1534, de 20/X/1961, dez destes distritos foram emancipados formando os novos municípios de Conceição de Jacuípe, Terra Nova, Amélia Rodrigues e Teodoro Sampaio. Hoje o município está reduzido a 604km².

A economia de S. Amaro, desde o século XVI até há poucos anos, esteve primordialmente associada a cultura da cana. Em 1757, segundo a Relação do Vigario José Nogueira da Silva, existiam 61 engenhos no município. Por volta de 1870, ainda sobravam 31. Com um porto situado dentro do continente, em plena zona do massapê, Santo Amaro arrebatou de S. Francisco do Conde a condição de entreposto regional e passou a ser o porto açucareiro por excelência do Recôncavo. Como observou Vilhena, em 1802, nesta cidade terminavam duas estradas, a que em direção norte penetrava nos sertões até o Maranhão e a que em direção sul demandava as Minas Gerais e Novas. O município produzia também fumo e algodão. Atualmente estão sendo introduzidas culturas novas como dendê, cacau e bambú. Nas últimas décadas, Santo Amaro se industrializou e possui atualmente 3 industrias metalúrgicas, 2 açucareiras, 2 papeleiras e 1 de óleos vegetais. Em 1759, segundo Caldas, existiam 753 fogos (casas) e 5.782 almas na Freg. de Santo Amaro, 242 fogos e 2.115 almas em Saubara; 234 fogos e 1.586 almas em Campinhos e 471 fogos e 4.252 almas em S. Pedro de Traripe e Rio Fundo, totalizando uma população de 13.735 habitantes. Vide evolução demográfica posterior no Quadro Sinóptico, no verso desta ficha. Pelo censo de 1970 o município possuia 46.593 habitantes e a cidade 20.767.

A povoação, nascida em torno da capela de Santo Amaro, começou a se transferir, a partir de 1700, para o núcleo formado pela Pr. N. Sra. da Purificação, onde estão localizadas a Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia. A cidade desenvolveu-se linearmente acompanhando o rio e a estrada que cruzando o mesmo segue paralelo à sua margem. Sua tipologia é composta, porque formada de duas matrizes lineares separadas pelo rio. Uma,

Estado de Conservação: A Satisfatório, B Mediocre, C Ruim | Em: Ago 17.8 | Conjunto Arquitetônico | Edifícios Relevantes | Espaços Livres | Infra-Estrutura e Equipamentos | Grau de Proteção: IPAC 1

Perspectiva de desenvolvimento: Com a diversificação das lavouras e crescente industrialização o município tende a se desenvolver economicamente.

Perigos potenciais: Descaracterização do C. Histórico pela inexistência de proteção e poluição do vale pelas industrias.

Proteção existente: Nenhuma

Proteção proposta: Tombamento Estadual do Centro Histórico

Bibliografia básica: CALDAS, J.A., Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia, 1951; CASAL, Pe. A., Corografia Brazílica, 1817; IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXI, 1958; PEDREIRA, P.T., Memória Histórico-Geográfica de S. Amaro, 1977; RABELLO, D.J.A., Chorographia ou abreviada história geográfica do Império do Brasil, 1829; SILVA, J.N., Relação da Freg. de N. Sra. da Purificação de S. Amaro do Reconcavo da Bahia (1757) in CASTRO e ALMEIDA, Inv. dos doc. relativos ao Brasil existente no Arq. de Marinha e Ultramar, Rio, 1912/16; VIANNA, F.V., Memória sobre o Estado da Bahia, 1893; VILHENA, L.S., A Bahia no século XVIII, 1969

Observações: Vide ficha do Sítio Urbano de São Francisco do Conde.

Compilado por: Equipe PPH/CFT | Data: Jun./78

Conferido por: Esterzilda Berenstein de Azevedo | Data: Ago./78

Revista por: Paulo O. D. de Azevedo | Data: Set./78

Figura 53: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente). Fonte: SIC, 1982.

situada na margem direita, é a estrada que partindo do porto de Conde dirige-se para Campinhos e Feira de Santana. A outra, a estrada do Sinimbu, situada na margem esquerda, demandava em direção a Jacuípe e Alagoinhas e serve atualmente como ligação Santo Amaro/BR-324. O sítio da cidade é plano e seu "entorno" natural discreto. O centro histórico, delimitado em anexo, compreende 27 ruas, a Pr. de N.Sra. da Purificação, a ribeira direita do Subaé e 631 edifícios. Delimitou-se apenas a zona GP-1 que mede 15,41ha, ficando as demais zonas para serem definidas oportunamente. O centro histórico apresenta traçado irregular, proveniente do século XVIII. Seu conjunto arquitetônico é formado por casas e sobrados de meados e final do século XIX, dos quais 16% foram considerados satisfatórios, 77% em estado medíocre e 7% ruins. Cerca de 72% dos imóveis são exclusivamente habitacionais e apenas 45% de uso próprio. Os edifícios relevantes, em número de 12, são do meado do século XVIII e início do seguinte. Vivem naquele setor urbano 2.443 pessoas, predominando as mulheres (57%) sobre os homens (43%) e apresentando um estrangulamento da pirâmide populacional na faixa dos 25 aos 29 anos (6%), o que revela fuga de mão-de-obra. Os maiores de 10 anos têm situação educacional regular: 53% possuem instrução primária; 16% 1º grau, 23% 2º grau e 5% superior. Parte deste grupo exerce atividades secundárias (6%) e parte terciária (38%). Os sem atividade econômica atingem 56%. Cerca de 77% da população do Centro Histórico é originária do mesmo município, 21% de outros municípios e apenas 2% de outros estados, indicando estabilidade da população local. Estes dados foram obtidos mediante inquérito domiciliar realizado pela equipe PPH/CFT em 10% dos imóveis da zona GP-1.

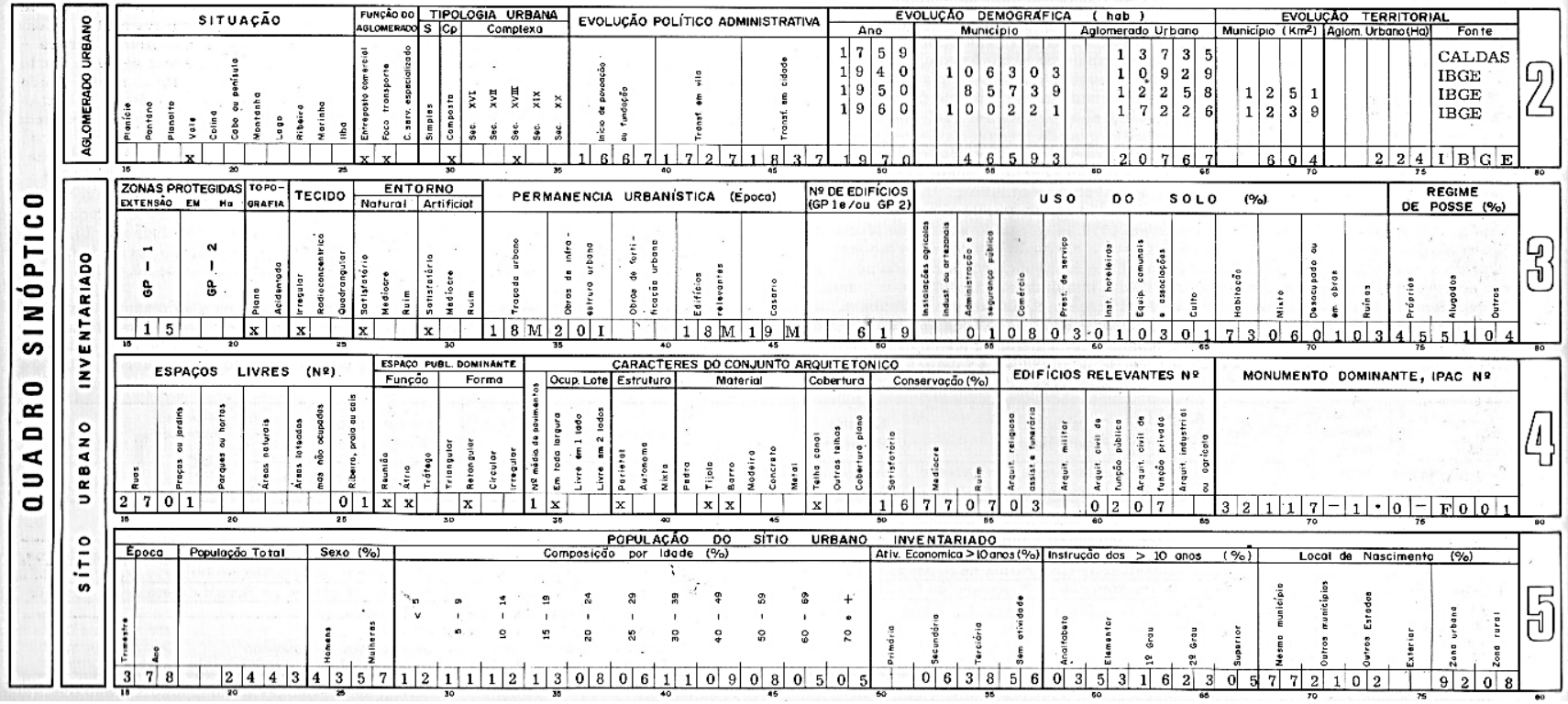


Figura 54: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente). Fonte: SIC, 1982.

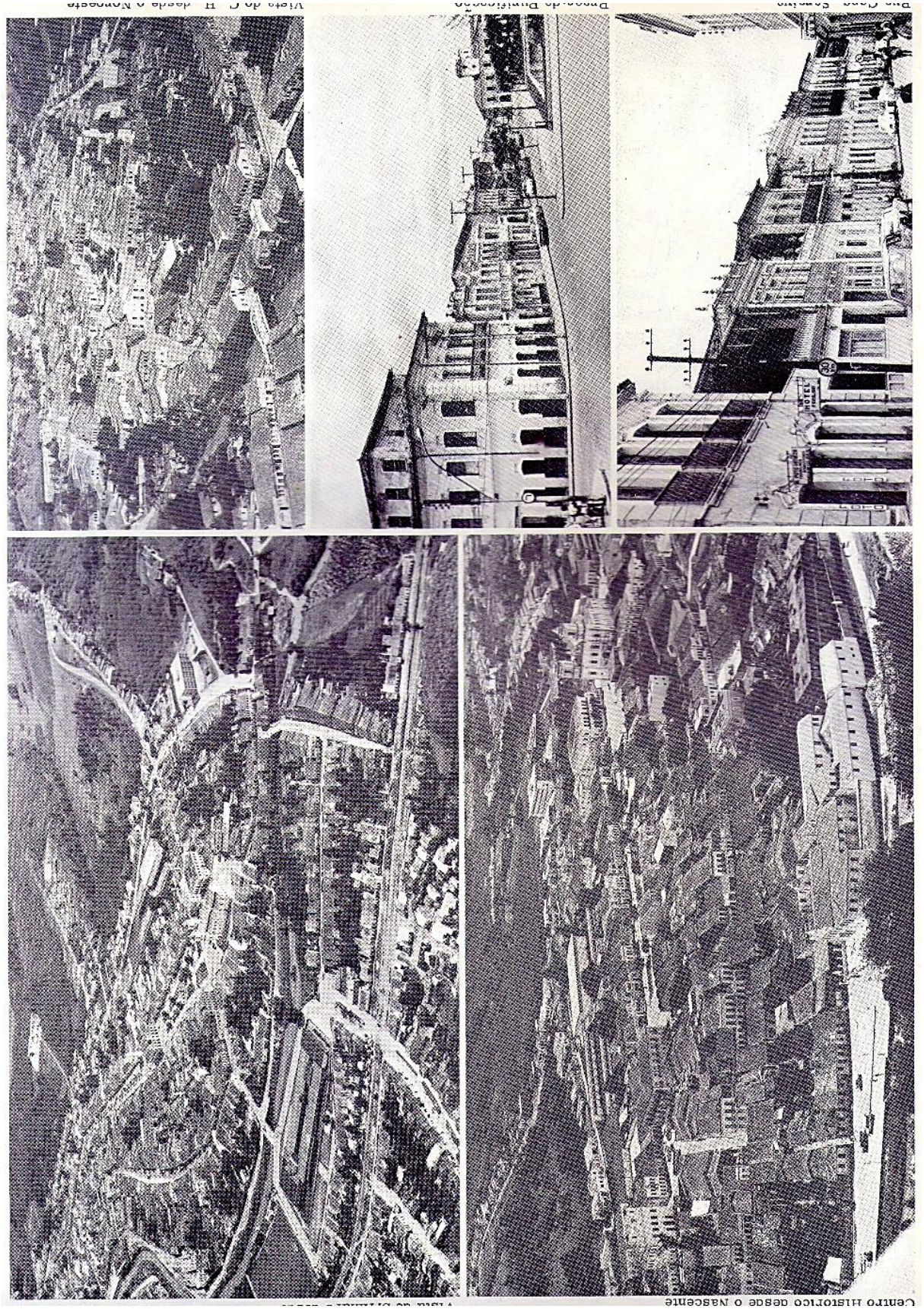


Figura 55: Ficha de identificação de sítio urbano do IPAC-BA (frente). Fonte: SIC, 1982.

Anexo 2 – **Fichas de identificação da categoria "Ofícios e Modos de Fazer"** – INRC

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA — INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **OFÍCIOS E MODOS DE FAZER**	CÓDIGO DA FICHA					
	BA	CD	MC	2016	Q60	---
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	30/10/2015	INÍCIO	12h00	TÉRMINO	15h30
ENTREVISTADOR	Joana Horta e Silvia d'Affonsêca	SUPERVISOR		Maria Paula Adinolfi Yeda Barbosa	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Chapada Diamantina
LOCALIDADE	LOCALIDADE 1 – MORRO DO CHAPÉU (Morro do Chapéu, Utinga, Wagner e Bonito)
MUNICÍPIO / UF	Utinga - Ba

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Pedreiro
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Sr. Adailson Souza Santana			Nº	1
COMO É CONHECIDO(A)	Sr.Biquinha	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	05/06/1975	SEXO	■ MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Bairro Nova Vida				
TELEFONE	75 98809-9393	FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Pedreiro				
ONDE NASCEU	Povoado de Amargoso - Utinga	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Nascido e criado		

5. CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

5.1. FAZER UMA BREVE DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DO CONTEXTO DA ENTREVISTA (LUGARES, ATORES, ATMOSFERA, RECEPTIVIDADE DO ENTREVISTADO, FORMA DE PREPARAÇÃO DA ENTREVISTA, ETC.)

PÁGINA 1 DE 16

Figura 56: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

A equipe de campo para a identificação do pedreiro Sr. Adailson, conhecido como Sr.Biquinha, morador de Utinga, foi composta pelas pesquisadoras Joana Horta, Silvia d'Affonsêca.

A equipe não obteve sucesso em comunicar a visita com antecedência. Posteriormente constatou-se que o entrevistado havia mudado de telefone. Foi realizado contato com a agente cultural local Urânia, solicitando que ela tentasse fazer contato, mas a mesma não conseguiu encontrá-lo.

No dia da entrevista, era feriado no município e o Sr.Biquinha não estava no trabalho. A equipe se dirigiu a sua residência, encontrando-a fechada. Foi perguntado a vizinhos e foi indicado que o procurasse na casa de sua mãe, na esquina da mesma rua onde mora. A mãe de Sr.Biquinha recebeu a equipe e em poucos minutos o entrevistado chegou. Ele se encontrava trabalhando na construção de uma casa, na rua detrás da casa da mãe.

Sr.Biquinha está construindo em um bairro popular, novo na cidade, aonde ainda não chegou calçamento, e de onde se vê no horizonte a zona rural. A casa que está construindo é para aluguel.

Quando a equipe chegou ao local sua mulher Edinéia Oliveira preparava a massa de cimento e ajudava o marido a levantar as paredes. Edinéia não quiz participar da filmagem mas esteve o tempo todo presente, acompanhando o marido e em algumas ocasiões participou da entrevista.

O casal demonstrou satisfação em conversar com a equipe sobre o conhecimento local da construção civil e os costumes da população de Utinga.

6. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

6.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

Sr.Biquinha é pedreiro e possui vasta atuação na área, resguardando conhecimentos que vão desde a construção convencional com ferro e cimento, obras de alvenaria até técnicas tradicionais como a taipa de enchimento e o adobe. Constrói desde a fundação até telhado. Atualmente é contratado pela prefeitura como pedreiro, onde faz de tudo. Levanta alvenaria, reboca, assenta cerâmica, faz telhados simples e outras atividades de carpinteiro, pois na prefeitura não tem carpinteiros. Quando necessário, roça terrenos, faz calçamento de ruas e outras atividades que não são inerentes à profissão, mas justifica dizendo que se é trabalho, ele faz, pois no final do mês tem o salário. Ressalta que apesar de fazer atividades que não são inerentes a atividade de pedreiro, não há represálias por parte dos chefes, caso não queiram fazer, pois não está no contrato deles. Apesar de seu grande conhecimento e do reconhecimento de outras pessoas da cidade sobre o seu saber, diz nunca querer ter sido classificado como mestre de obras, principalmente por ter que coordenar os colegas e por fim porque em seu contrato de trabalho está escrito pedreiro e ele tem medo de cometer "desvio de função".

Entre suas funções na prefeitura está a participação na preparação do Festival de Arte e Cultura de Utinga, que reproduz na praça da cidade construções com técnicas tradicionais, como obras de taipa de enchimento e coberturas de palha.

Figura 57: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

6.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

Várias são as fontes de conhecimento citadas por Sr.Biquinha. Sobre o ofício de pedreiro ele faz referência a uma experiência vivida ainda na adolescência, quando foi para o interior de São Paulo passar 30 dias de férias na casa do irmão mais velho: "Nesses 30 dias que eu estava lá meu irmão sempre me dava a colher pra ir trabalhando. Eu digo, vou aprender porque aprendendo eu ajudo a eles. E assim foi que comecei, nas férias em São Paulo".

No período que ficou em São Paulo aprendeu a dá contrapiso e fazer concreto. Retornando a Utinga um primo, chamado Paulo, sempre o chamava para levantar paredes de alvenaria. Um dia fez o piso da casa do irmão, outras pessoas viram e começaram a lhe chamar para estes serviços e assim foi aprendendo e tomando gosto pela profissão.

Sobre as construções de taipa de mão chamada por eles como de enchimento ele diz: "As primeiras vezes foram na roça, que tinha 'adjutório' e a gente ia. A casa de taipa é fácil, quem mora na roça só constrói assim. Na roça tem madeira, então tem que fazer de taipa". Apesar da referência histórica e cultural da vida na roça, Sr. Biquinha exalta o Festival de Arte e Cultura do município, quando são construídas casas de taipa de enchimento no centro da cidade. Sr. Biquinha diz que aprimorou seus conhecimentos sobre a taipa nesses festejos, pois segundo ele: "a base, todo mundo sabe, mas no festival quem sabe mais, ensina aos outros".

Sobre o adobe, Sr. Biquinha também faz referência aos adjutórios da roça, diz que ajudava ao pai na construção da casa onde moravam e que construiu a sua casa na roça com adobes: "Na roça da gente fui eu que fiz o adobe, levantei a casa. Lá eu tenho fôrma, fôrma furada".

6.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Sim, ensinou ao irmão e a alguns colegas da prefeitura.

O filho, hoje com 18 anos, já começou a aprender o ofício com o ele. Com relação ao filho diz: "ele já prepara a massa, ajuda na obra".

6.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sr.Biquinha é de uma família pobre, sua mãe teve 14 filhos e perdeu o pai quando tinha 20 anos. Estudou bem pouco porque pois teve que ajudar em casa. Ele e seus irmãos tiveram que trabalhar desde cedo para ajudar na renda da família, que vivia da roça, de plantio de sequeiro de milho e feijão. Também trabalhavam de "ganho", com diárias em roças de "rego" ou fazendo cercas e outros serviços.

Aos 13 anos, começou a trabalhar na prefeitura da cidade. Inicialmente varrendo rua, depois foi trabalhar na caçamba da prefeitura, passou para ajudante, até que fez concurso para pedreiro e foi contratado como tal.

É casado há 20 anos e cria dois filhos adotivos. O filho mais velho tem 18 anos e o outro tem 3 anos. A esposa participa de um terreiro de Candomblé, já Sr.Biquinha diz que não tem religião.

Uma característica de Sr. Biquinha é fazer versos nas cantigas de roda, mas não se sentiu à vontade para recitar durante a entrevista, recordando-se apenas dos tempos e das festas na roça.

Por conta das mobilizações do Festival de Arte e Cultura de Utinga já viajou para outros lugares levando a arte da construção tradicional local: "A festa de arte já me levou a Salvador, Itaberaba, Rui Barbosa, em todo lugar que Utinga vai participar é campeã com sua arte de fazer casa de taipa".

Já construiu várias casas, a maior delas com quatro quartos, sala, varanda. Não sabe ler plantas, e diz ser capaz de construir com estrutura de concreto se tiver a orientação de um mestre de obras. A casa que está construindo foi ele quem desenhou e disse que fez diretamente no chão na hora que estava marcando o gabarito.

6.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Sim, participa há cerca de quatro anos do Sindicato dos Servidores Públicos do Município.

Figura 58: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

7. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

7.1. PERIODICIDADE	Contínua há pelo menos 20 anos.

7.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 2004

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☐	☐

7.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

■ **MEIO DE VIDA -** Complementa a renda construindo como autônomo. Atualmente está construindo duas casas para alugar

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

7.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

As construções com taipa, adobe e alvenaria são comuns no município.

As construções de taipa, segundo Sr. Biquinha, eram típicas da zona rural, porque a madeira e o barro eram obtidas no próprio local, e, portanto era fácil conseguir. Ainda segundo Sr. Biquinha "hoje as casas da roça já são em adobe, e muitas ainda são construídas com o adjutório: Chama muita gente, ai um vai pisar no barro, outro vai bater o adobe. Ai faz em dois domingos, primeiro bate o barro e bate os adobos todo. Quando é no outro domingo faz a casa. Aí cava o alicerce, faz o alicerce, levanta as paredes. É um divertimento, um joga barro no outro. é homem, mulher, menino. menino fica se melando, mela o pai ou um ti, tem vezes que mata porco, galinha, faz aqueles caldeirões de feijoada, tinha roda, chula."

A cultura de construção com alvenaria (tijolos) ganha força com a presença de diversas olarias no município, porém não sabe uma data certa de quando começou o uso dos tijolos.

7.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Não se aplica.

8. PREPARAÇÃO

O oficio de pedreiro abrange uma diversidade de atividades, que vai desde a locação da obra até muitas vezes a execução da cobertura. O mesmo pedreiro, juntamente com sua equipe, pode participar de todas as etapas da obra, outros, no entanto, faz apenas determinado serviço, como assentamento de piso. A preparação para a atividade estar, portanto, diretamente relacionada à etapa em o pedreiro vai participar da construção.

No caso de início de uma nova construção, a preparação consiste em limpar o terreno e "planear o chão", como eles dizem, significando nivelar o terreno.

Para as construções em taipa de enchimento a preparação além de "planear o chão" envolve também o cortar a madeira na mata. Em obras com adobe, a preparação consiste na confecção dos adobes.

Já as obras de alvenaria é preciso tirar o nível, marcar a casa antes de começar a levantar as alvenarias, seja ela de adobes ou de tijolos.

PÁGINA 4 DE 16

Figura 59: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

9. REALIZAÇÃO

9.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Construção de casas de enchimento ou de taipa de enchimento	A etapa preparatória deste tipo de construção é limpar todo o terreno e "aplainar", ou seja, deixar o terreno plano, pronto para iniciar a construção. Neste tipo de casa não tem nível.	Participantes do adjutório (geralmente pessoas da comunidade)
	A madeira, denominada por eles de paus e varas, é retirada da mata. Usa-se qualquer tipo de madeira branca e roliça (chorão, popuso, bastião). Depois que é retirado, os paus e as varas são limpos, retirando dos galhos e folhas, e cortados no comprimento desejado. Os paus são cortados de modo a deixá-los no mesmo comprimento e na altura correspondente a altura da parede.	
	Com o terreno já preparado são abertas as valas onde serão fincados as forquilhas e os paus. As forquilhas, que são paus onde em uma das extremidades há uma bifurcação, também chamado de gancho. Estas são as peças mestres da casa de enchimento. Nas casas pequenas, de planta retangular, são utilizadas seis forquilhas, uma em cada canto externo da casa e as outras duas no meio do vão das paredes externas. Essas duas forquilhas, é que vão apoiar a peça de cumeeira do telhado.	
	Depois de fincar as forquilhas são fincados os paus, entre as forquilhas, com distância média de 10 cm entre eles. É neste momento que se faz a divisão dos cômodos da casa e deixa as aberturas para os vãos de porta e janela. Esta estrutura é chamada de enchimento e depois de armada começa a "bater vara" o que significa colocar as varas. OBS: Ocorre uma variação na nomenclatura das peças da peça de madeira que é assentada na vertical, ás vezes aparece como paus, esteios ou enchimento.	
	Em seguida se coloca as varas, que são os paus na horizontal. Estes, são mais finos que os paus (peças verticais) e são assentados com afastamento de 5 cm de ambos os lados dos paus. As varas externas e internas podem ser assentadas em paralelo ou de forma alternada. Atualmente as varas são fixadas aos paus através de pregos, arames ou barbantes.	
	Pisar o barro - Depois que a estrutura da casa está montada, parte-se para "embarrar a casa ou bater o barro" que significa preencher a estrutura com o barro. O preparo do barro geralmente próximo a casa. O barro é colocado no chão formando um círculo, e no cento é aberto um buraco onde se coloca água. Com o auxílio de uma enxada, o barro vai sendo misturado com água e ao mesmo em que vai sendo pisado, até adquirir "liga", ou seja, ter a consistência boa para ser lançado. A consistência é considerada boa, quando se consegue pegar uma cerca quantidade com as mãos, e esta não quebre ou caia.	
	Com o barro pronto começa-se a "embarrar" a casa. Neste momento, duas pessoas jogam o barro na parede, uma pelo lado de dentro e a outra pelo lado de fora, de forma a preencher os espaços vazios entre os paus e as varas.	

Figura 60: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

	Deste modo está feita a estrutura da casa, restando apenas fazer a cobertura, geralmente de telhas cerâmicas ou de palha, e o assentamento das portas e janelas.	
Construção de casas de alvenaria/tijolinho	Preparar o terreno – Limpar e aplainar o terreno	Pedreiro e ajudantes
	Fazer o alicerce ou radier - Marca um dos cantos da casa, e depois continua fazendo o gabarito, com a linha e o esquadro. Depois que já está marcado os quatro cantos da casa e as divisões internas, cava as valas, na profundidade de uns 60 cm e faz a base – alicerce – com alvenaria dobrada. "Primeiro a gente enfinca o toco todinho, depois a gente estica a linha, bota o esquadro e começa a cavar o chão e aí nasce o alicerce", hoje feito com alvenaria em substituição às pedras. A alvenaria fica dobrada "como se fosse o pé da gente"	
	Levante da alvenaria – Com o alicerce pronto, dar-se início ao levante da alvenaria, ou seja, a construção das paredes, desta vez com os tijolos assentados de forma singela, ou seja, a espessura da parede é a largura da alvenaria (ou tijolinho). Os tijolos são assentados com massa de cimento e com as juntas desencontradas.	
	Preparo da massa – Para assentamento das alvenarias ou (tijolo) é utilizado uma argamassa feita com cimento: areia e barro, no traço de meio saco de cimento, 3 medidas de areia e 1 de terra. (a medida é uma masseira que corresponde um carrinho de mão).	
	Reboco – Para as construções em alvenarias/tijolos não é necessário usar o chapisco, como nas construções de bloco, o reboco é aplicado diretamente no tijolo. A massa do reboco é a mesma do assentamento e a espessura média fica com 1cm. Normalmente se reboca a alvenaria, quando ao acabamento final é a pintura. Falando sobre argamassas Sr. Sr.Biquinha diz que quando a massa é curtida, não se coloca cimento, coloca areia, terra e cal, "traça todinha e usa no dia seguinte. Às vezes também traça só a terra e a areia e deixa curtir para ficar mais macia e melhor. "	
	Alvenaria a vista- Para deixar o tijolo à vista, sem reboco e pintura, o serviço é mais cuidadoso, e, portanto, mais lento. O serviço torna-se mais demorado, pois tem que passar a colher/ferramenta para retirar o excesso da massa, e ter o cuidado de não deixar cair massa no tijolo, para não sujar e/ou manchar.	
	Vergas – As vergas de portas e janelas são feitas de forma simples. Apenas dois vergalhões de diâmetro de 10 polegadas ou menos, são colocados na massa, apoiados em uma tábua de madeira que serve como forma. Depois da massa endurecida a madeira é removida. Observa-se que a verga é feita na mesma espessura da argamassa de assentamento, apenas com o ferro para reforçar.	
	Cobertura – Geralmente em telhas de barro cozido, apoiadas em estrutura de madeira roliça. Como caibro usa madeira roliça (pindaíba ou amarelinha).	

Figura 61: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

Fazer adobe	O adobe é obtido com a mistura do barro e água. A água é adicionada ao barro e este é amassado com os pés até obter a liga, que é a consistência ideal para que o mesmo não quebre. Em Utinga, o barro utilizado é de murundu. Segundo Sr. Biquinha "para fazer o adobe só precisa água e pé".	Pedreiro e ajudantes
	Forma - A forma para moldagem do adobe pode ser com ou sem fundo e a tem uma dimensão padrão. As dimensões mais comuns são de 25 a 30 cm de comprimento, com 10cm de largura e 7 a 10cm de altura.	
	Moldagem – Depois que o barro está amassado ele é lançado em uma forma de madeira para adquirir o formato desejado, e logo depois é desmoldado no chão para que seque. Antes da moldagem é necessário molhar a forma. Toda vez que for moldar o barro, a forma deve ser molhada.	
	Secagem – Os adobes moldados são desmoldados no chão, em área coberta ou descoberta, para secar. Geralmente no final do dia ou no dia seguinte a moldagem, os adobes são virados de lado para facilitar a secagem.	
	Armazenamento – os adobes após secagem são empilhados, até aproximadamente a altura de 1m e ficam assim até o dia de serem utilizados. Para proteção dos adobes em época de chuvas costumam cobrir com taboa, palha ou telha. A taboa é uma planta hidrófita, é apanhada no rio, trançada e amarrada. Com relação a construções em adobes não se deve fazer em épocas de chuva.	
Serviço de Calceteiro	Preparar a rua – Para preparar a rua onde será feito o calçamento a primeira etapa é verificar o nível da rua e tirar a linha d'água ou seja a: curvatura da rua para escoamento da água, nivelando com uma camada de areia.	Pedreiros, calceteiros e ajudantes.
	Calçamento - Após a rua já está nivelada inicia o serviço de assentamento das pedras. Assenta a pedra e bate, com um soquete, para fixar e nivelar. Depois de assentadas as pedras, joga-se uma massa de cimento, para ajudar na fixação das pedras. A massa neste caso é de 4:1 (3 de areia média, 1 areia grossa e 1 saco de cimento)	

9.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Assalariado - Serviços de pedreiros na Prefeitura municipal	Executa diversas obras públicas, desde calçamentos a revestimentos, casas tradicionais, casas de taipa e cabanas indígenas em todo o município de Utinga	Prefeitura de Utinga
Serviços de pedreiro	Executa obras particulares, por diárias que variam de R$ 80,00 a R$ 100,00, em média, podendo chegar a R$ 200, 00 para serviços de acabamento e assentamento de pisos.	Contratante – geralmente pessoa física

Figura 62: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

9.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Madeira - paus e varas usadas nas casas de enchimento	Usada para fazer a estrutura das casas de taipa de enchimento	As madeiras são tiradas das de roças locais, e quando de faz limpeza do terreno para plantio.
Barro	Usado para preparar a massa, de barro, que vai vedar a estrutura de madeira das casas de taipa de enchimento. Usado para fazer os adobes Usado no preparo de massas para assentamento de tijolos	Retirado de área próximo ou dos murundus
Arame e prego	Usado para fixar as varas nos paus, em substituição aos cipós ou couro.	Adquirido nas lojas de material de construção
Tijolos ou alvenarias	Usado no levantamento das paredes	Adquirido nas olarias da região
Cimento	Material usado para fazer a argamassa de assentamento dos tijolos	Adquirido nas lojas de material de construção
Areia	Material usado para fazer a argamassa de assentamento dos tijolos. No calçamento das ruas, usado para nivelar o terreno e na argamassa de rejunte das pedras.	Adquirido nas lojas de material de construção
Forma para adobes	Usada para moldagem dos adobes	Feita pelo oleiro
Vergalhão	Usado para fazer as vergas das portas e janelas	Adquirido em lojas de material de construção

9.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?
Nos adjutórios que acontecem nas roças para construção é comum ter feijoadas e galinhadas e bebidas.

.

9.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

9.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Figura 63: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

9.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Roda de verso	Durante os mutirões ou adjutórios, um desafia o outro na composição de versos	Participantes do mutirão.
Chula	Durante os mutirões ou adjutórios	Ainda existem grupos no município.

9.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

9.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

9.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?	
QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
O próprio pedreiro e ajudantes	Limpeza geral da obra

9.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?
Construção de casas em tijolos/alvenaria, em adobes e em taipa de enchimento. Executa serviços diversos para a prefeitura. Como autônomo, trabalhou em centenas de obras e construiu ao menos 30 casas da fundação ao telhado.

9.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?
Como funcionário da prefeitura do Município de Utinga trabalha em diversos edifícios municipais, como creche, escola etc. além de participar ativamente da Feira de Arte e Cultura. Recentemente participou da construção de uma cabana nas terras dos índios payayás. Como autônomo constrói para parentes e vizinhos na própria cidade de Utinga.

9.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?		
PRINCIPAL ■	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Diversas obras do município têm a participação de Sr.Biquinha, entre elas calçamentos, prédios públicos, as intervenções no Festival de Arte e Cultura.	

Figura 64: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

9.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA
Antes	Tirava a madeira necessária para as obras, principalmente telhado, do próprio terreno. As fundações e alicerces eram feitos de pedra, uma vez que as pedras resistem umidade dos terrenos. Havia um tijolo de alvenaria pequeno, que era utilizado para fazer fornos de padaria, onde a argamassa era feita com barro e açúcar ou barro e cinza.
Hoje	Hoje precisa comprar a madeira serrada, por conta da proibição do IBAMA. Da mesma maneira a comunidade parou de utilizar a pedra, "porque o IBAMA proibiu" a utilização do material. Segundo o Sr. Biquinha "a pedra era tirava da Serra da Colodina, uma serra próxima ao assentamento Pau Peba". Em substituição passou-se a utilizar a alvenaria e o bloco, mais fracos do que a pedra, com relação a umidade.

10. LUGAR DA ATIVIDADE

10.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?
Município de Utinga. Sempre Com o Festival de Arte e Cultura, Sr Biquinha tem viajado a outros municípios e construído casas de enchimento como representação do município.

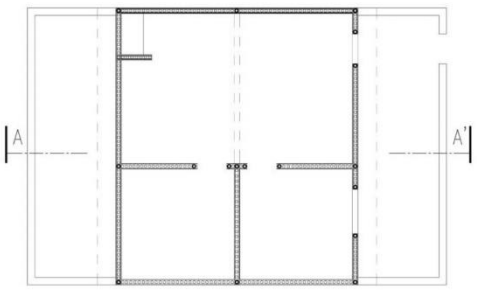
10.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
A obra que a equipe visitou pertence ao próprio Sr.Biquinha. No entanto ele trabalha em diversas outras obras, públicas e particulares no município.

Figura 65: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

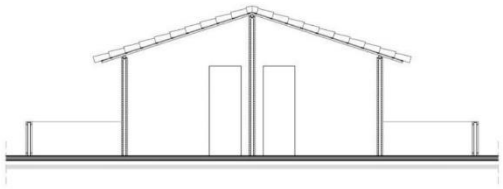
QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

10.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Planta de localização



Planta Baixa – Casa de taipa



Corte – Casa de taipa

Figura 66: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

11. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

11.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Urânia, agente cultural de Utinga, equipe de pedreiros contratada pela Prefeitura de Utinga.

11.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	**CARACTERÍSTICAS**	**CONTATO**
Mestre de Obras	Profissional que domina as técnicas de construção, tradicionais e trabalha com a coordenação da obra	Dário Almeida de Souza João Teixeira Neto
Oleiro	Produção de tijolos, lajotas e telhas queimados em forno à lenha. Na região ocorre uma variação com relação a dimensão dos tijolos e a nomenclatura dos mesmos em função da dimensão– tijolinho, adobinho, alvenaria. Outra variação é com relação ao preparo da forma para auxiliar na desmoldagem podendo umedecer, passar areia ou cinza.	Florivaldo Rodrigues da Silva Antonio Lopes dos Santos Gilverson Almeida Souza Leosmar Silva Bispo João Ferreira Neto José Carlos Cardoso dos Reis José Lima Alves Carlixto de Almeida Santos Genildo da Silva Nascimento Agnael Sales da Silva Luciano Castro de Jesus
Cobertura em palha	Utilização da palha de licuri trançada para cobertura	Neilton de Jesus Bispo
Adobeiro	Fabricação de adobes (tijolos de barro cru) secos a sombra ou no sol.	Edvaldo Rodrigues da Silva João José dos Santos Antonio Lopes dos Santos Gilverson Almeida de Souza José Carlos Cardoso dos Reis José Lima Alves Renivaldo Ferreira Bezerra Rodrigo de Oliveira Figueiredo Mattos João Ferreira Neto
Pedreiro	Conhece todas as técnicas da construção civil tradicional, além de saber fazer os adobes	Euclides César de Andrade Antônio Rodrigues Bonfim Evanilsom Gomes dos Santos Irineu Pereira de Mendonça Adailson Sousa Santana Dermival Souza Almeida Joao Batista de Jesus Valternilson Brito das Neves
Taipeiro - Construtor de casa de enchimento	Profissional que sabe construir casas de enchimento: técnica que consiste em fazer uma trama em madeira e preencher os espaços com barro	Gerônimo Rodrigues de Oliveira Adailson Sousa Santana Dario Almeida de Sousa João Teixeira Neto Manoel Soares
Construção em pedra	Cercas e casas construídas usando a pedra com ou sem argamassa	Arenilde Maia
Carpinteiro	Trabalha a madeira na elaboração e manutenção de telhados, esquadrias, carro de boi	Rodrigo Longin do Nascimento Irenio Fernandes dos Santos

Figura 67: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

Trabalho com couro	Desenvolve diferentes trabalhos com couro: conserto e fabricação de sapatos, de indumentária para cavalos (cabeçada, cabresto, freios, selas) e roupas para vaqueiros (jalecos, botas, chapéus).	Raimundo Sena Gomes
Sapateiro	Fabrica diferentes modelos de sapatos, utilizando como matéria prima principal o couro. Também faz consertos	Edivaldo Benedito do Nascimento
Artesanato em pedra	Executa diferentes objetos: flores, animais, figuras abstratas, miniaturas de torre eólica, que são produzidas com pedras de diferentes tonalidades encontradas na região. Utiliza utensílios manuais e maquinas.	Fabiano Neri Vieira
Artesão - Painéis de concreto	Execução painéis decorativos em relevo tendo como base argamassa e concreto	Reinildo de Jesus Santos
Artesanato em madeira	Objetos feitos com madeira inspiradas na natureza, pássaros, flores, árvores, adquirem formas nas mãos deste artesão. Geralmente utilizam madeira morta	Ediosvaldo Ramos Nascimento Valdelice Almeida Ramos Valdeni dos Santos Nascimento
Artesanato com argila	Trabalhos manuais executados com barro, como: figuras humanas que retratam o cotidiano da região, jarros, utensílios domésticos, luminárias, entre outros	Cleuza Ramada Ediosvaldo Ramos Nascimento Gilvanete Ramada Legiani Silva Bispo Nascimento Maria da Glória Rocha de Vasconcelos- Góia Valdelice Almeida Ramos
Artesanato com palha de licuri, bananeira, cipó	Produção de objetos utilitários e decorativos com palha de licuri e de bananeira trançada	Maria Edileusa de Oliveira Souza Isília Santana da Silva Jilvânia Barbosa de Souza Adailsa Barbosa de Oliveira Arenilde Maia Ediosvaldo Ramos Nascimento Edith Sena Alves do Espírito Santo Jovina Pereira de Souza José Sampaio Matos Maria José Pinheiro de Santos Sousa Juvenal Teodoro Payayá Otto Payayá Anatália Olália dos Anjos Selvo Narciso Costa
Artesanato com coco de licuri	Produção de peças artesanais através do reaproveitamento do fruto do licuri - coco	Isília Santana da Silva Jilvânia Barbosa de Souza Adiel Lourenço Pinto
Artesanato com flores secas	Arranjos feitos com flores e folhas desidratadas.	Doralise Bastos de Aguiar
Artesão com sementes e penas	Execução de colares com sementes de licuri, de outras arvores e penas de pássaros	Otto Payayá
Artesanato – bonecas de pano	Produção de bonecas feitas com retalhos, algodão e lã	Ivone Oliveira Domingues

Figura 68: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

Bordado e fuxico	Confecção de panos bordados, crochê e fuxico	Maria Edileusa de Oliveira Souza Ivone Oliveira Domingues Maria de Lourdes Oliveira Norneide Silva Oliveira Souza
Músicos	Tocam diversos instrumentos	Antenilsom Teles de Araújo Genaro Rodrigues de Almeida
Produtor de cachaça - Alambiques	Fabricação artesanal de cachaça	Silvio Luís Belas de Oliveira Mario Mendes dos Santos
Produtor de rapadura	Produção de rapadura – doce produzido a partir da cana de açúcar	Ana Maria de Souza Josete Celestina de Almeida Antônio Fernandes Souza
Culinária	Produção de iguarias típicas da região da Chapada Diamantina – cortado de palma, doces, beijus e biscoitos de polvilho - tanto para consumo como para comercialização	Ana Maria de Souza Josete Celestina de Almeida Luzinete Eunice dos Santos Maria do Carmo Silva Marinalva Santana dos Santos Zilma Oliveira
Infusões medicinais	Os remédios e infusões são preparados segundo os ensinamentos herdados da família. Para a elaboração dos remédios, as folhas são lavadas, secas no sol e embaladas.	Otto Payayá
Rezadeiras	Profissional que rezam pessoas contra olhado e dores do corpo, geralmente utilizando	D. Maria Farias de Oliveira – Maria Calada Jovelina Rita dos Santos Luzinete Eunice dos Santos Sheila Cristina Duque da Silva
Parteira	Para o exercício do oficio são utilizadas praticas aprendidas pela vivencia, junto com outras mulheres e pela oralidade. Durante o parto são utilizadas práticas populares, como uso de plantas medicinais para realizar benção e rezas, superstições e de simpatias.	Maria de Lurdes Carlo Ritali Carlos dos Santos

12. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
A-CD-UTINGA-entrevista_01	Áudio da entrevista realizada na obra de Sr.Biquinha, em 10/11/2015 com duração de 1h12m_45s	INRC_Chapada Diamantina –CD-Fase de Identificação
V-CD-UTINGA-entrevista_01	Vídeo da entrevista realizada na obra de Sr.Biquinha	INRC_Chapada Diamantina –CD-Fase de Identificação
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson_01	Sr. Adailson, conhecido como Biquinha	INRC_Chapada Diamantina –CD-Fase de Identificação
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson_02	Sr. Adailson trabalhando na construção de uma casa	INRC_Chapada Diamantina –CD-Fase de Identificação
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson_03	Sr. Adailson trabalhando na construção de uma casa	INRC_Chapada Diamantina –CD-Fase de Identificação
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson_04	Sr. Adailson trabalhando na construção de uma casa	INRC_Chapada Diamantina –CD-Fase de Identificação

Figura 69: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

F-CD-UT-OF-Sr. Adailson_05	Sr. Adailson trabalhando na construção de uma casa	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson_06	Sr. Adailson trabalhando na construção de uma casa	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson e esposa _07	Esposa de Sr. Adailson preparando massa	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson e esposa_08	Esposa de Sr. Adailson auxiliando na construção	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-Sr. Adailson _09	Casa construída por Sr. Biquinha	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção com tijolos_10	Estrutura de paus e varas que compõem o enchimento	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_11	Detalhe – varanda da casa de enchimento	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_12	Estrutura de paus e varas que compõem o enchimento	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_13	Detalhe da "viga" da estrutura de enchimento	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_14	Detalhe do esteio denominado forquilha da estrutura do enchimento	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_15	Detalhe do esteio denominado forquilha e da linha, peça horizontal, da estrutura de enchimento	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_16	Barro sendo preparado, ou seja, pisado	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_17	Lançamento do barro no enchimento - embarrar	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_18	Lançamento do barro no enchimento - embarrar	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO
F-CD-UT-OF-construção em taipa_19	Lançamento do barro no enchimento - embarrar	INRC_CHAPADA DIAMANTINA –CD-FASE DE IDENTIFICAÇÃO

13. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Não identificado		

Figura 70: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	BA	CD	MC	2016	Q60	---

14. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

14.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim. Um dos poucos profissionais que ainda faz casas de enchimento.

14.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
O entrevistado, assim como sua esposa, demonstração satisfação em participar da entrevista. A esposa, não quis aparecer nas filmagens nem nas fotografias, ficando inicialmente afastada, mas logo começou a interagir. Nota-se a importância de eventos culturais para a valorização da cultura local. O saber sobre a taipa de enchimento foi valorizado e revisto por Sr. Biquinha por conta de um evento da cidade. Sr.Biquinha reflete ainda sobre a questão ambiental e a proibição da retirada de madeira entendendo a importância da preservação do meio ambiente. Reclama da atuação do IBAMA que proíbe a retirada de madeira roliça (pindaíba, amarelinha) para se fazer caibro. Considera a proibição certa e ao mesmo tempo errada. Certo pelo meio ambiente, errada porque a ação não é igual para todos. Segundo ele, tem gente que não tem dinheiro para comprar a madeira serrada e não pode tirar a madeira roliça para cobrir a casa. O rico vem e passa o trator, e nada "acontece. "Outro dia um rapaz daqui fez uma coivara para plantar, o IBAMA viu, e ele ficou preso durante 5 dias. O avião veio, levou ele, a família ficou doidinha. Ele queimou para fazer plantação, uma tarefa de terra. Ele vive só de plantar" Outra proibição relatada pelo entrevistado é o fechamento de uma pedreira em uma região próxima, e do areão, local onde tiraram areia para construção.

14.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
Durante a entrevista Sr.Biquinha ressalta que os meses de chuva na região são novembro para dezembro. Justamente o período em que se desenvolveu a etapa de identificação do INRC e que coincidiu com um dos maiores incêndios florestal já registrado na região, em um dos novembros mais secos já registrados. O entrevistado diz preferir as construções com alvenaria que as construções com bloco, justificando que o que por ser o bloco "ocado" é difícil para fazer as instalações, como por exemplo, "assentar uma pia, se não acertar na massa, a pia fica dançando, porque o bloco é ocado". Segundo Sr.Biquinha, o bloco tem o mesmo preço da alvenaria, rende mais que a alvenaria, é mais fácil de trabalhar, o trabalho rende mais, mas a alvenaria é mais segura. É mais forte, a casa fica fria. Sabe cortar pedra, faz quando precisa de pedra para as suas próprias obras. No município, existem várias olarias: Núcleo rural, Ponte d'água e Liberdade (bairros em Utinga onde se produz alvenarias), além do povoado de Cambuí. O milheiro de alvenaria na olaria custa em torno de R$ 150,00 e entregue na obra R$180,00.

Figura 71: Ficha de identificação de Ofícios e Modos de Fazer (Pedreiro) – INRC. Fonte: IPHAN, 2015.

Anexo 3 – Modelo de fichas de identificação dos sítios no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **SÍTIO**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

Especificar a localização do sítio a ser inventariado, detalhando até o nível que seja relevante para o caso considerado. Se o sítio incluir mais de uma unidade administrativa, relacionar todas, iniciando pela que abranger a maior parte da área considerada e listando as demais em ordem alfabética.

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		DENOMINAÇÃO OFICIAL
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Relacionar todas as demais por ordem alfabética.
ESTADO		
MUNICÍPIO		
DISTRITO OU SUBDISTRITO		
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Relacionar em ordem alfabética as localidades em que o sítio foi subdividido para efeitos deste inventário.
	NO ENTORNO	Relacionar em ordem alfabética as localidades inventariadas que se situam fora dos limites do sítio.

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Inserir fotos emblemáticas do sítio, incluindo pelo menos uma vista geral, um registro de cada um do(s) ponto(s) focal(is) ou detalhes mais significativos mencionados no resumo. Numerar cada foto (foto 1, 2, etc.), acrescentar legenda descritiva e código de localização, seguindo o padrão do *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
Indicar número de bens inventariados nas várias categorias e resumir as suas principais características.

PÁGINA 1 DE 4

IPHAN Inventário Nacional de Referências Culturais Departamento de Identificação e Documentação 49

Figura 72: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO
Descrever os limites da área inventariada, localiza-la na região e justificar a delimitação adotada pelo inventário, relacionando-a às subdivisões jurídico-administrativas abrangidas. Remeter à *Ficha de Identificação de Localidade* para informações mais detalhadas, se for o caso.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE
O patrimônio ambiental e a disponibilidade de matérias-primas para as atividades inventariadas. Descrever os principais ecossistemas e recursos hídricos da região, informando sobre o seu estado de conservação. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter ao campo 4.2 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

4.3. MARCOS EDIFICADOS
Marcos urbanísticos, arqueológicos, arquitetônicos e edificados em geral relevantes como referências espaciais do sítio. Fornecer denominação, localização, principais características e informar sobre os sentidos atribuídos pela população. Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações,* quando for o caso. Existindo INBI, IBA ou outro levantamento arquitetônico ou arqueológico do sítio inventariado ou de alguma de suas localidades, indicar localização e o número total de edificações e destacar os principais marcos considerados. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter ao campo 4.3 da *Ficha de Identificação de Localidade.*

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.*

5.1. RESUMO
O processo de formação histórica da área, mencionando os fatos e processos mais relevantes para uma compreensão das principais transformações socioculturais ocorridas. Dar destaque às mudanças jurídico-administrativas, às transformações econômicas, demográficas, de infra-estrutura e à implantação de políticas de preservação do patrimônio cultural e ambiental na área. Este é um texto de comentário à cronologia abaixo.

5.2. CRONOLOGIA	
DATA	EVENTO
	Listar em ordem cronológica crescente os fatos históricos mais relevantes, sobretudo as intervenções que forem relevantes do ponto de vista ambiental e patrimonial promovidas no sítio.

Figura 73: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

6.1. POPULAÇÃO

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Número e taxa de crescimento; (2) Composição: idade e sexo; (3) Urbanização: variação da população rural e urbana; (4) Origem: local de nascimento x residência atual.

6.2. QUALIDADE DE VIDA

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Saneamento básico; (2) Mortalidade infantil; (3) Índice comparativo de qualidade de vida (IDH: índice de desenvolvimento humano, ou outro).

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Ocupação; (2) Renda familiar; (3) Produção (ramos de atividade); (4) Estrutura fundiária (área e número de estabelecimentos rurais).

6.4. EDUCAÇÃO

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Relação dos estabelecimentos de ensino existentes atualmente, com indicação de nível e número de alunos matriculados; (2) Escolaridade da população com 7 anos e mais, com atenção especial para o problema do analfabetismo.

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Inserir representação gráfica do sítio (croquis, plantas e/ou mapas), localizando as suas subdivisões e principais componentes (citados nesta ficha). Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários, incluindo mapas de localização dos núcleos rurais e urbanos, áreas protegidas, os principais empreendimentos econômicos e de infra-estrutura (barragens, áreas de mineração e de extrativismo, etc.), estradas e caminhos vicinais e principais ecossistemas e recursos hídricos disponíveis. Utilizar sempre que possível mapas em escala 1:100.000. Incluir em todos os desenhos legenda descritiva detalhada.

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Enumerar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes, relevantes do ponto de vista da situação atual do sítio em seus aspectos ambientais e culturais. Atentar especialmente para instrumentos de planejamento e de proteção do patrimônio cultural e natural.

Figura 74: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Considerar: (1) Questões de natureza administrativa (relação entre áreas de competência, problemas de gerenciamento, etc.); (2) Atitudes e valores da população (residentes, usuários ou visitantes e ONGs) em relação ao patrimônio cultural e ambiental e em relação à atuação do governo; (3) Impactos e outros problemas decorrentes de empreendimentos públicos e privados implantados no sítio e em seu entorno.

9.2. RECOMENDAÇÕES
Recomendações dos técnicos à instituição, considerando: (1) A necessidade de implementar ações de valorização e informação (programas de educação patrimonial); (2) A conveniência de se aprofundarem estudos visando a registro ou tombamento de bens (citar denominação, código do inventário e justificativa).

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	Indicar título e código.
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade*.
ANEXO 4: CONTATOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade*.
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

PÁGINA 4 DE 4

Figura 75: Ficha de identificação do sítio – INRC. Fonte: IPHAN, 2000.

Anexo 2 – Fichas do Inventário dos Bens Culturais e de Interesse Urbanístico – 1998

CONJUNTOS RESIDENCIAIS CR1

Vila Comendador Mansueto Cecchi

Fora da Área

CF: 5/132,133,e 134
Rua João Ramalho

Número de Pavimentos: Dois

Uso Original: Residencial

Uso Atual: Residencial

Estado de Conservação:

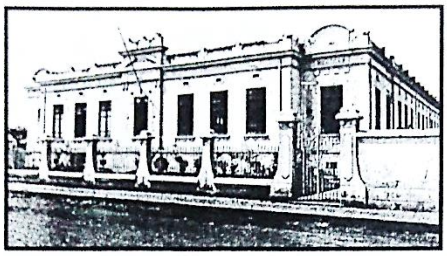
As casas integrantes do conjunto estão parcialmente modificadas. Algumas casas conservam os detalhes originais da fachada. Porém o recuo de frente dos lotes foi alterado para dar lugar ao abrigo do automóvel e terraço, perdendo-se a característica da implantação original do conjunto.

Histórico/ Descrição/ Ambiência:

Construído nos anos 50, de acordo com Ademir Médici, este conjunto foi um dos que permaneceram, contrariando a regra que motivou o desaparecimento deste tipo de ocupação no centro da cidade. O conjunto tem como principal característica a sua identificação no arco de entrada. O baixo gabarito das edificações ao redor faz com que o conjunto ainda seja dominante na região. Existem dois acessos, sendo que no interior da vila há uma quadra circundada por vias, que integra o conjunto.

12

Figura 76: Ficha de identificação da Vila Comendador Mansueto Cecchi. Fonte: TOZZI, 1998.



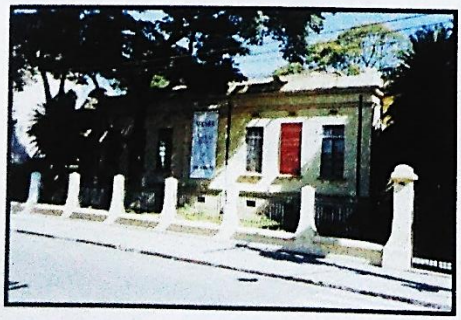
Número de Pavimentos: Um, mais porão

Uso Original: Escola

Uso Atual: Museu

Estado de Conservação:

O exterior do prédio encontra-se bem conservado, sendo que o interior sofreu adaptações para melhor desempenho da função atual.



Museu de Santo André

Eixo Cultural

CF. 5/31/14
Rua Senador Fláquer

Histórico/ Descrição/ Ambiência

Conhecido como "1.° Grupo", é o mais antigo e tradicional estabelecimento de ensino primário de Santo André. Foi a primeira escola oficial de responsabilidade do Governo do Estado. O prédio teve início a partir de 1912 (data na fachada), mas o decreto para sua criação só foi promulgado em 3/6/1914, ano de sua inauguração. Originou-se na anexação de nove escolas isoladas que funcionavam na cidade. Como nessa época Santo André estava sob ascendência político- administrativa de São Bernardo, a escola recebeu a denominação de "Grupo Escolar José de São Bernardo", nome que figurou até 1938, quando mudou para "1° Grupo Escolar Professor José de Azevedo Antunes". O terreno para sua construção foi doado ao Estado pelo Sr. Secundino Rodrigues e a Sra. Clara Thon Fláquer. A distribuição espacial se dá na forma de "U" do prédio, de modo que todas as salas se comunicam com o mesmo pátio interno. Todo o madeiramento é pinho-de-riga e as telhas foram importadas da França. A primeira turma, composta por 27 alunos formou-se em 1918. Meninas e meninos frequentavam a escola em diferentes períodos do dia, havendo separação dos sexos inclusive na hora da matrícula. Em 1977, a função escolar foi desativada, para permitir a instalação no local do "Museu da Cidade". A alteração do uso só foi possível graças à construção de outro estabelecimento escolar pela prefeitura em outro local, que viabilizou a permuta desse imóvel de propriedade do Governo do Estado com outro estabelecimento de propriedade da prefeitura. Porém, consta que antes de seu tombamento pelo Conselho de Patrimônio da Cidade, foi ocupado pela sede de Promoção Social. (Fonte: Museu de Santo André)

29

Figura 77: Ficha de identificação do Museu de Santo André. Fonte: TOZZI, 1998.

EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS IN1

Centro Principal
CF: 5/1/24 e 28
Av. Queirós dos Santos

Número de Pavimentos: Dois

Uso Original: Industrial

Uso Atual: Industrial/ Escolar

Estado de Conservação:

A fachada mal conservada está descaracterizada por letreiros e *luxalons*. O edifício original dividiu-se em dois lotes com proprietários e usos diferentes.

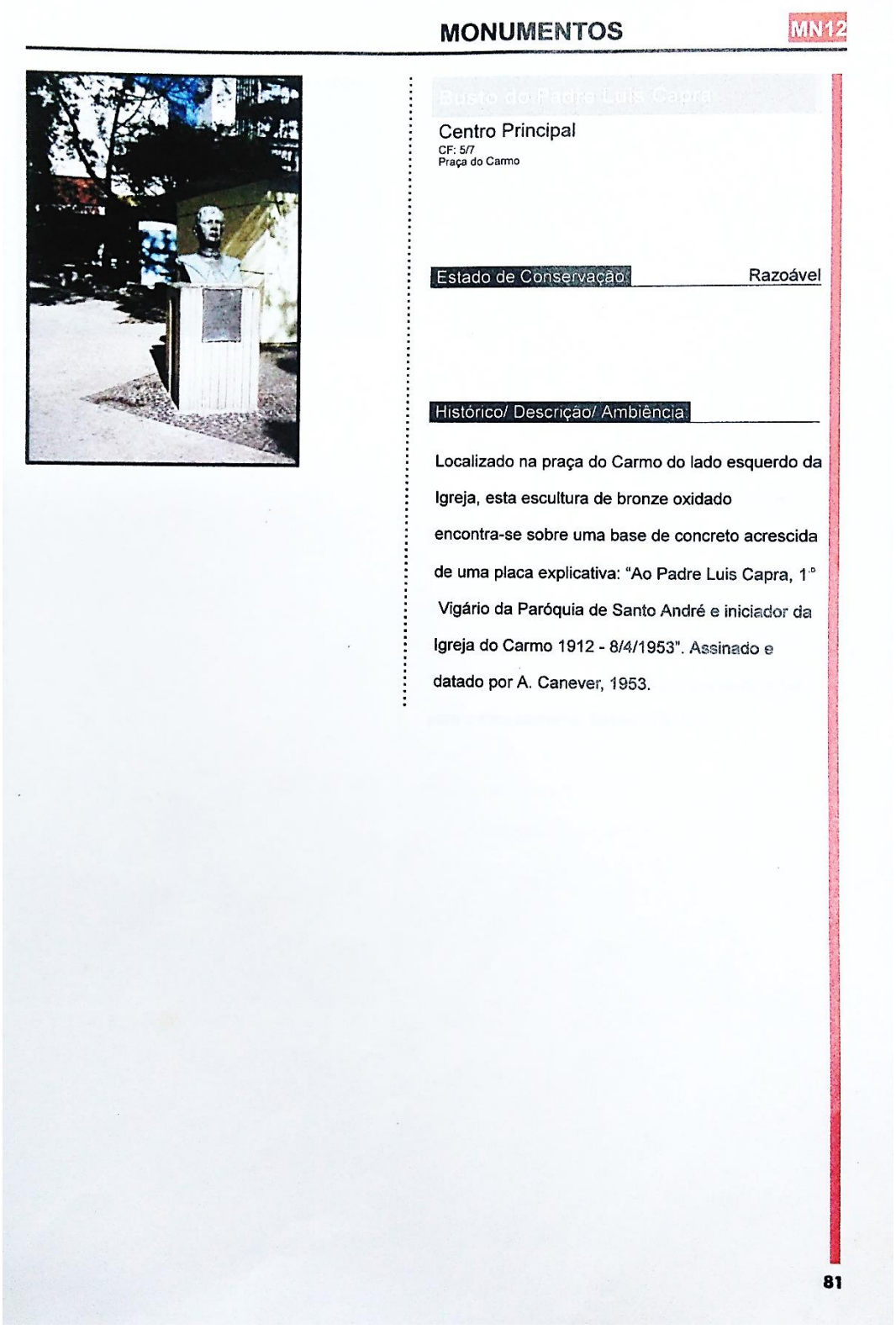
Histórico/ Descrição/ Ambiência:

A segunda grande indústria instalada em terreno andreense foi a Companhia Streiff de São Bernardo, fundada em 1897, precedida apenas pela Ypiranguinha. Foi também a primeira fábrica de móveis da região. Suas primeiras instalações tomavam lugar à rua Oliveira Lima, próxima à Monte Casseros.

O "Álbum de São Bernardo" a classifica como: "estabelecimento de primeira ordem, que se dedica à fabricação de cadeiras em larga escala e móveis pequenos" e que ocupa "enorme edifício à Avenida Antônio Queirós dos Santos". Atualmente parte dos galpões encontram-se ocupados pela Cooper-Rhodia e outra parte pelos cursos profissionalizantes Continental. Apesar da descaracterização, a imponência dos galpões continua a constituir um marco na área urbana de Santo André.

41

Figura 78: Ficha de identificação dos galpões da Companhia Streiff de São Bernardo. Fonte: TOZZI, 1998.



MONUMENTOS MN12

Busto do Padre Luís Capra

Centro Principal
CF: 5/7
Praça do Carmo

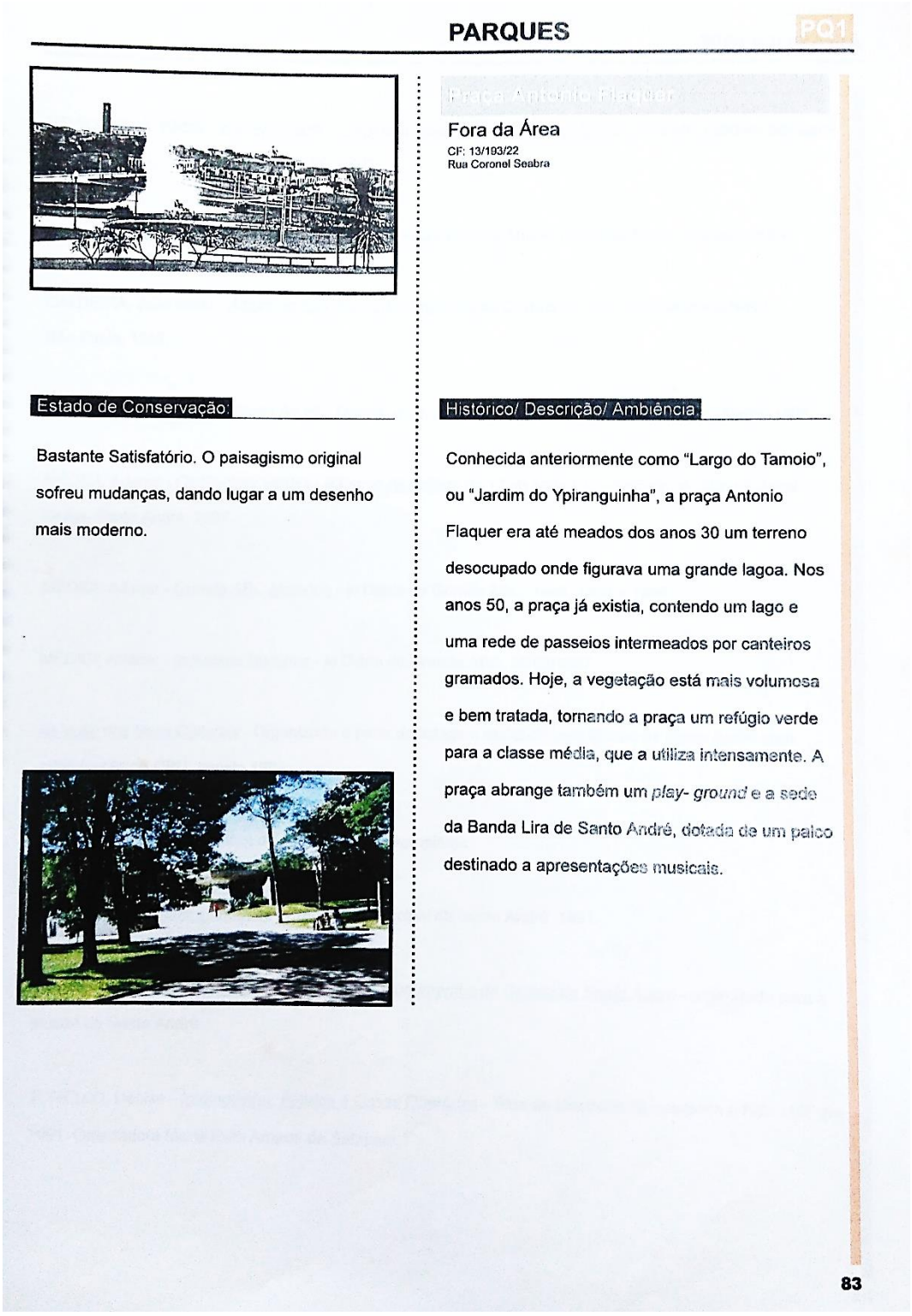
Estado de Conservação: Razoável

Histórico/ Descrição/ Ambiência:

Localizado na praça do Carmo do lado esquerdo da Igreja, esta escultura de bronze oxidado encontra-se sobre uma base de concreto acrescida de uma placa explicativa: "Ao Padre Luis Capra, 1.° Vigário da Paróquia de Santo André e iniciador da Igreja do Carmo 1912 - 8/4/1953". Assinado e datado por A. Canever, 1953.

81

Figura 79: Ficha de identificação do Busto do Padre Luís Capra. Fonte: TOZZI, 1998.



PARQUES PQ1

Praça Antônio Flaquer

Fora da Área

CF: 13/193/22
Rua Coronel Seabra

Estado de Conservação:

Bastante Satisfatório. O paisagismo original sofreu mudanças, dando lugar a um desenho mais moderno.

Histórico/ Descrição/ Ambiência:

Conhecida anteriormente como "Largo do Tamoio", ou "Jardim do Ypiranguinha", a praça Antonio Flaquer era até meados dos anos 30 um terreno desocupado onde figurava uma grande lagoa. Nos anos 50, a praça já existia, contendo um lago e uma rede de passeios intermeados por canteiros gramados. Hoje, a vegetação está mais volumosa e bem tratada, tornando a praça um refúgio verde para a classe média, que a utiliza intensamente. A praça abrange também um *play- ground* e a sede da Banda Lira de Santo André, dotada de um palco destinado a apresentações musicais.

83

Figura 80: Ficha de identificação do Parque Antônio Flaquer. Fonte: TOZZI, 1998.

Anexo 3 – Fichas do Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santo André – 2006

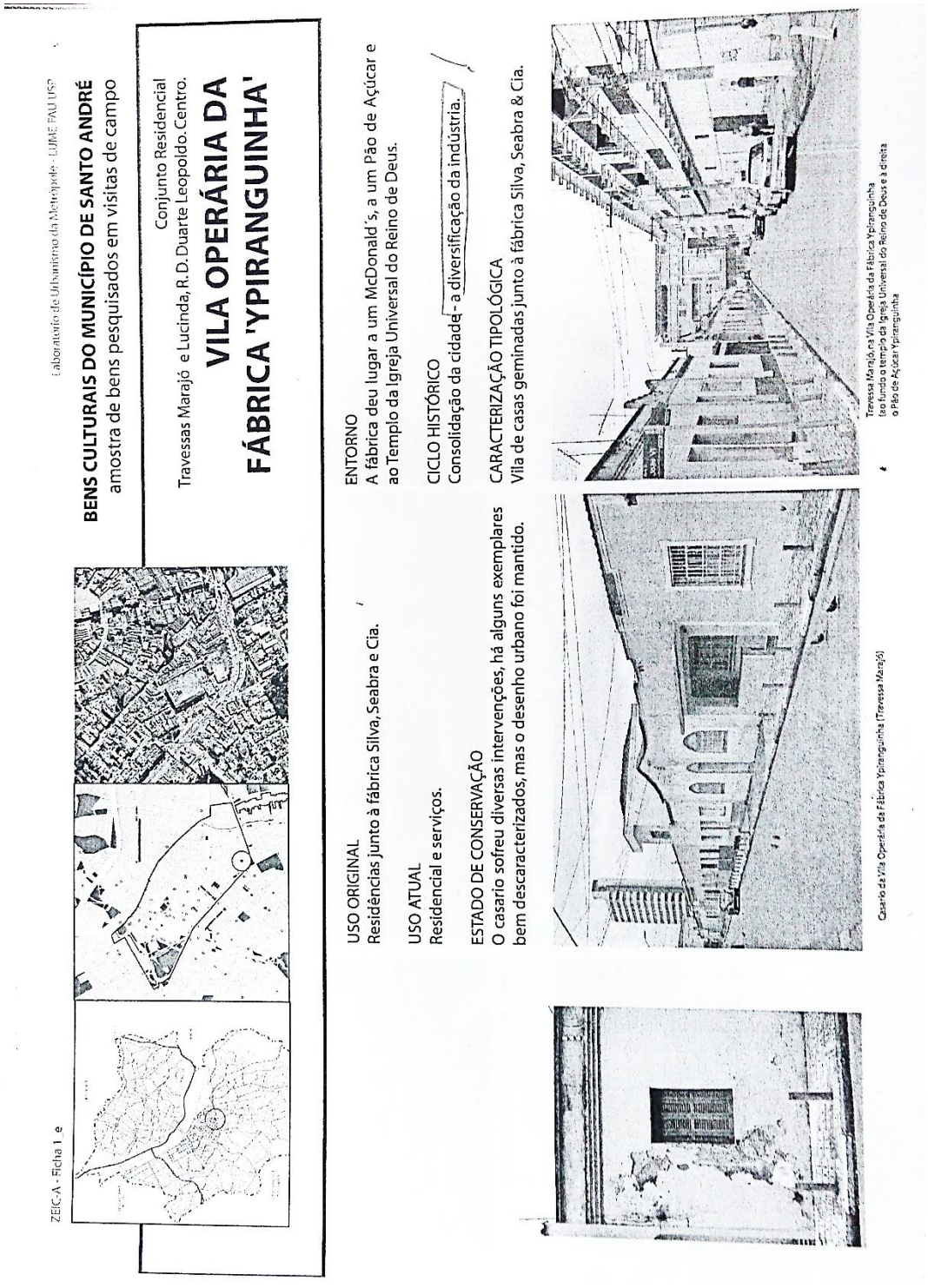


Figura 81: Ficha de identificação da Vila Operária da Fábrica Ypiranguinha. Fonte: LUME, 2006.

Figura 82: Ficha de identificação do Primeiro Grupo Escolar de São Bernardo. Fonte: LUME, 2006.

Figura 83: Ficha de identificação da Avenida Bernardino de Campos. Fonte: LUME, 2006.

Figura 84: Ficha de identificação da Vila Operária da Fábrica Ypiranguinha. Fonte: LUME, 2006.

Figura 85: Ficha de identificação da Catedral Nossa Senhora do Carmo. Fonte: LUME, 2006.

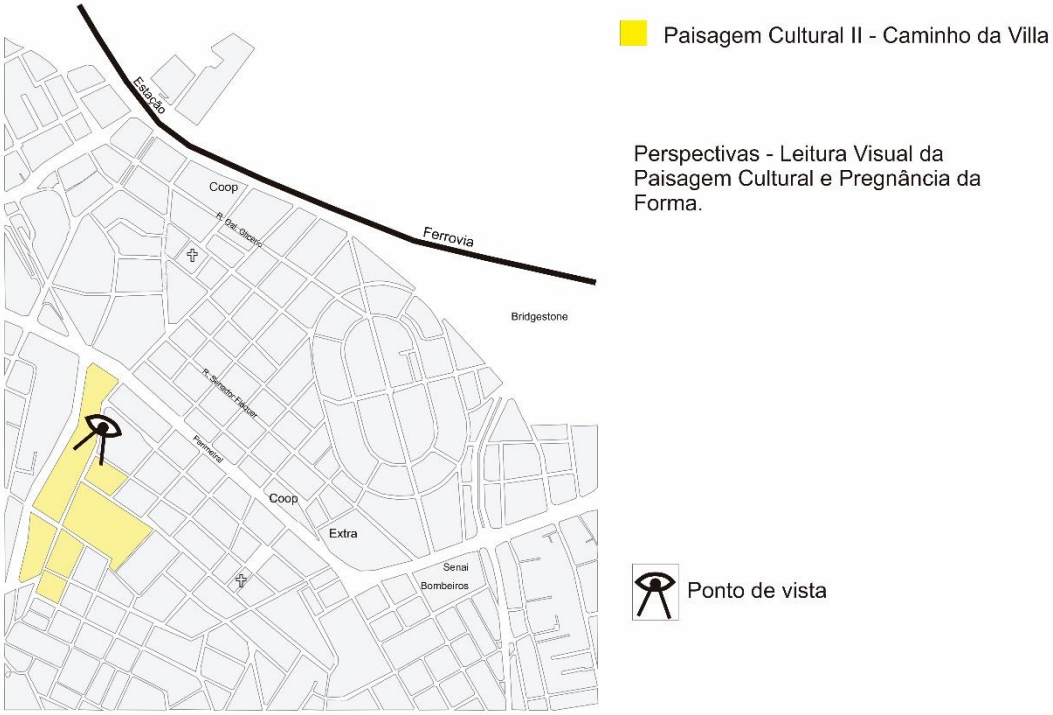


Figura 86: Categoria de perspectivas do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

Figura 87: Identificação dos bens de interesse no inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

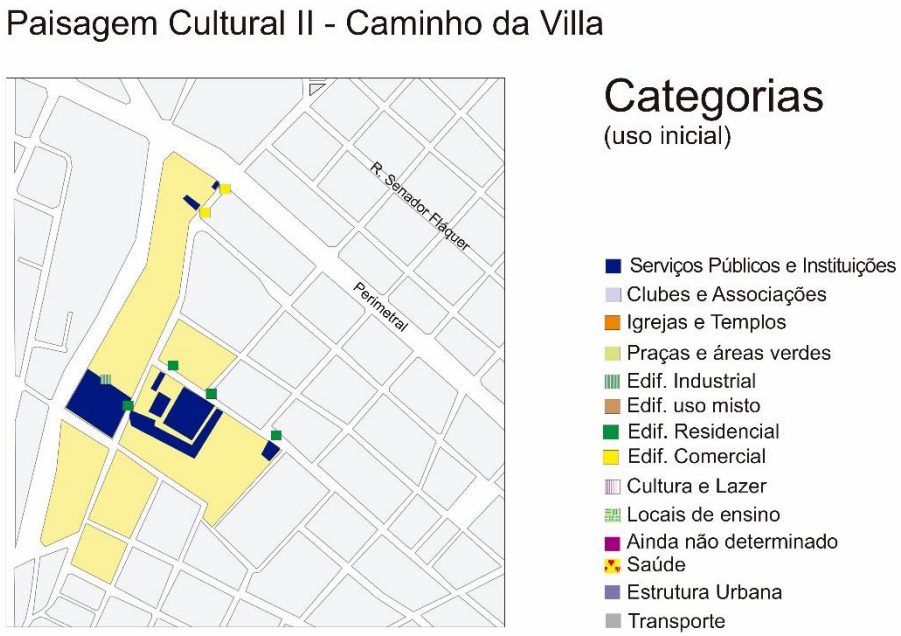


Figura 88: Categoria de uso inicial do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA,2009.

Figura 89: Categoria de valor imaterial do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

Figura 90: Categoria de estado de conservação do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

Figura 91: Categoria de atividades cotidianas e festividades do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

Figura 92: Categoria de elementos arquitetônicos do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

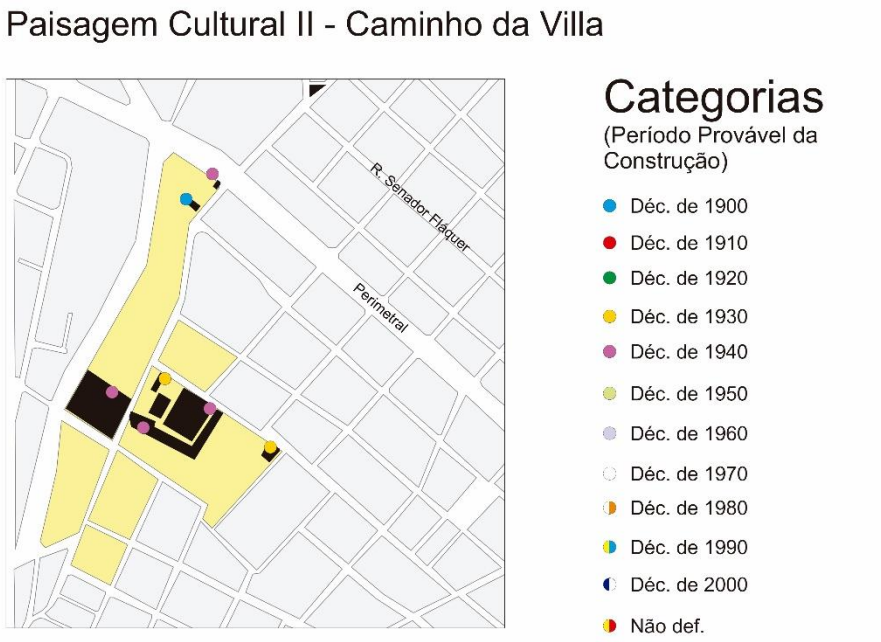


Figura 93: Categoria de período provável de construção do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

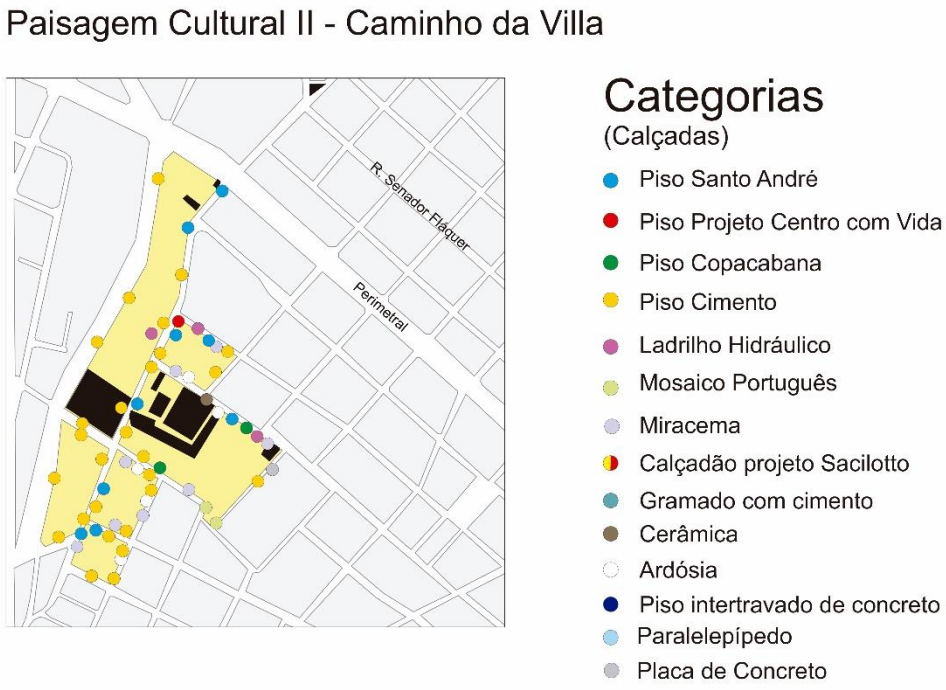
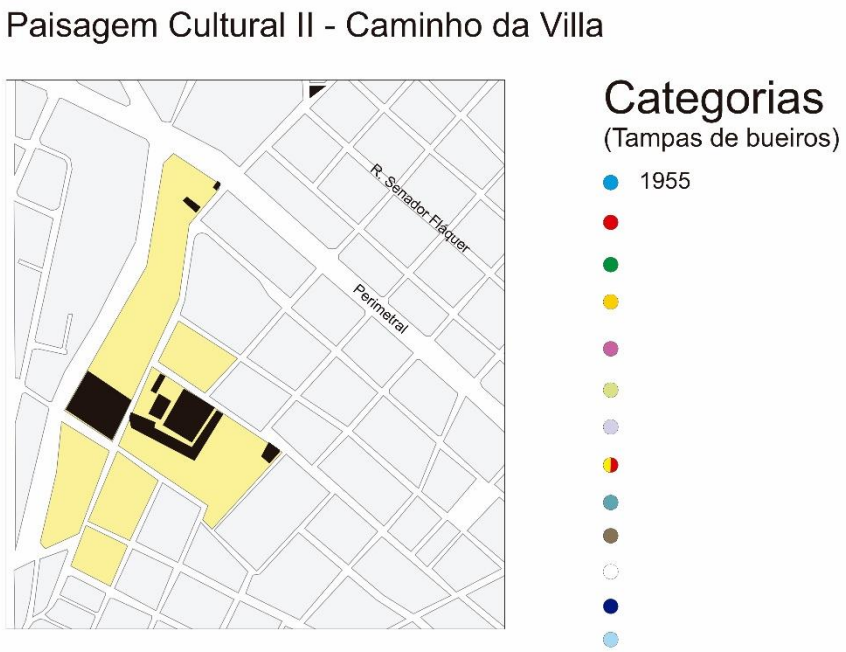


Figura 94: Categoria de calçadas do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.



Categoria de tampas de bueiros do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

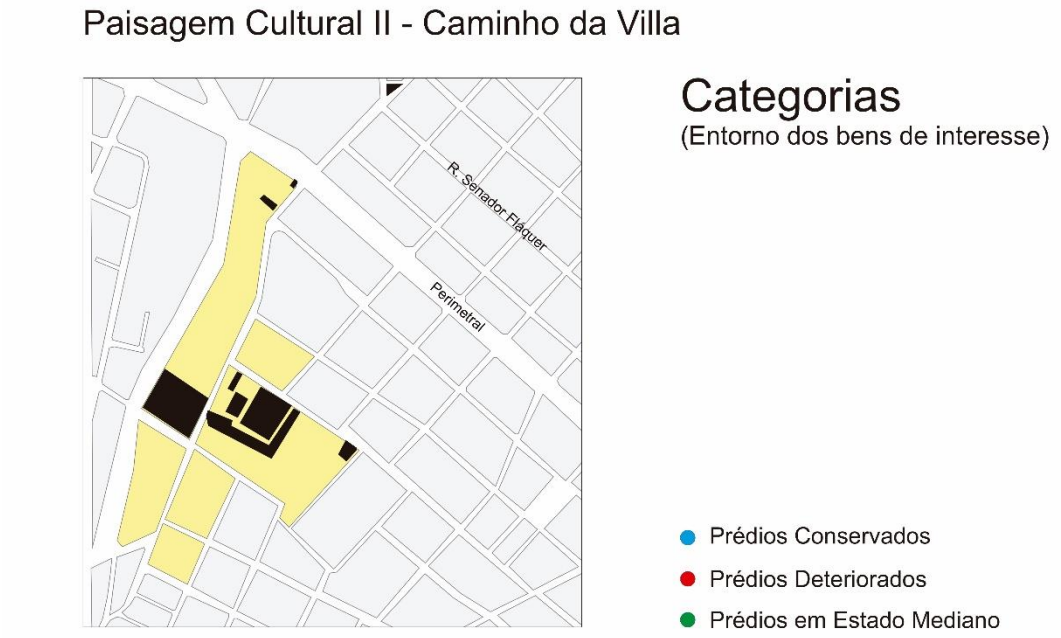


Figura 95: Categoria de entorno dos bens de interesse do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

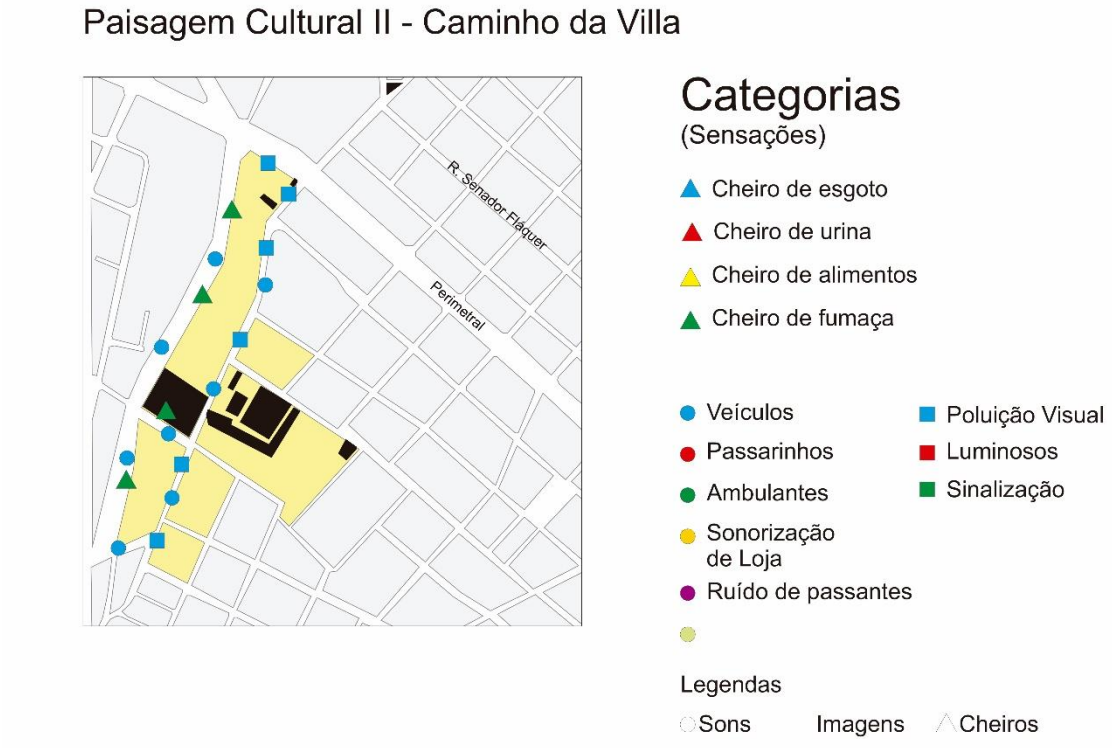


Figura 96: Categoria de sensações do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.

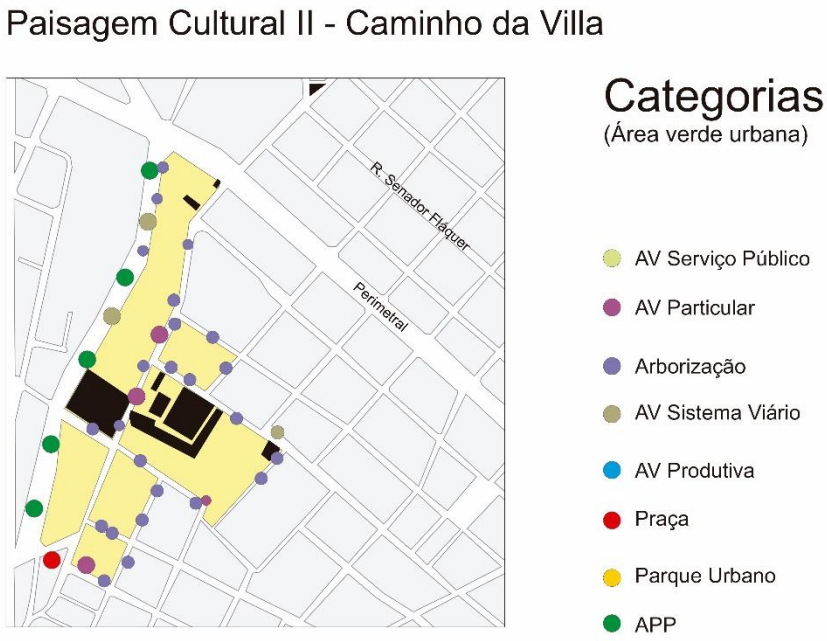


Figura 97: Categoria de área verde urbana do inventário elaborado em 2006. Fonte: COMDEPHAAPASA, 2009.